

DANILO LEITE MOREIRA

**POR UMA NOVA HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-
ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS
(1953-1964)**

DOURADOS – 2015

DANILO LEITE MOREIRA

**POR UMA NOVA HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-
ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS
(1953-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Linderval Augusto Monteiro**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M838p Moreira, Danilo Leite

Por uma nova história da emancipação político-administrativa do município de Batayporã-MS (1953-1964). / Danilo Leite Moreira – Dourados: UFGD, 2015.

132f. il.

Orientador: Prof. Dr. Linderval Augusto Monteiro.

Dissertação (Mestrado em História) FCH, Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Emancipação político-administrativa. 2. Batayporã-MS.
3. Identidade. I. Título.

CDD – 981.71

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte

DANILO LEITE MOREIRA

**POR UMA NOVA HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-
ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS
(1953-1964)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ **de** _____ **de** _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Linderval Augusto Monteiro (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Marcio Mucedula Aguiar (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

Jiani Fernando Langaro (Dr., UFGD) _____

*A minha mãe, que sempre foi, é e será o meu tudo.
Te amo!*

AGRADECIMENTO

Ao longo da minha vida, fui conhecendo pessoas que passaram a fazer parte da minha história e criando apreço e admiração por aquelas que me ajudaram a chegar até aqui. Ao concluir mais uma etapa de minha vida, não poderia deixar de agradecer àqueles que me ajudaram. Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por me permitir chegar até aqui, sem ele nada seria possível.

Gostaria de agradecer imensamente àquela que nunca desistiu de mim, que me cuidou, me amparou, me ensinou, me guiou e me amou como ninguém vai me amar, mas que em 2013, no início desta pesquisa, foi morar no céu. Você, mãe (Sônia M. Leite Moreira), sempre foi, é e será o meu tudo.

Agradeço ao meu pai Edimilson C. Moreira, por ter sido o melhor pai do mundo, afinal ele trabalhou dia e noite para que pudéssemos estudar. Agradeço ao meu irmão Erique Moreira, meu amigo, minha maior inspiração, pelo apoio e pelo incentivo.

Agradeço ao Professor Dr. Linderval Augusto Monteiro, meu orientador, por ter aceitado o meu projeto, pelas orientações, pela paciência e por acreditar em mim.

Agradeço aos Professores Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz e Dr. Jiani Fernando Langaro pelas sugestões e apontamentos feitos na qualificação.

Agradeço àqueles que me emprestaram suas memórias para que eu pudesse escrever esta história, sem eles este trabalho não seria possível: Senhor Gonçalo Ribeiro da Costa, Senhor Diego Sanches Marchi (*in memoriam*), Senhora Eunice Rodrigues Mustafá, Senhora Maria de Lourdes Romeiro, Senhor Antonio Fernando Andrade Prado e a Senhora Antonia Mourão Cheirubim.

Agradeço à equipe do Instituto Memória do Poder Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso por ter aberto as portas para que eu pudesse fazer o levantamento de fontes. Aos poderes executivo e legislativo do município de Batayporã e ao poder executivo do município de Nova Andradina.

Agradeço ao meu eterno amigo Professor Dr. Sérgio Eduardo Soares por não me deixar desistir e por ter me incentivado a seguir em frente. Agradeço por tudo que aprendi com você, receba minha eterna gratidão.

Agradeço aos meus amigos, que sempre me incentivaram no decorrer da minha caminhada. Como expressa Milton Nascimento na música *Canção da América*, “amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito, dentro do coração”. Aos meus amigos de

Dourados, André Candido e Ilsyane Kmitta, agradeço pelos cafés cheios de histórias. Agradeço aos meus primos Kalicia Fernanda e Paulo Roberto. Agradeço aos meus amigos de Batayporã Letícia e Josiane Enz, Márcio Martins, Suzi Nunes, Luciana Codognoto, Pâmella Nunes, Flávia Pinheiro, Daniel Duarte e Camile e Neuza Sanches. Em Nova Andradina, à minha amiga da graduação até a eternidade Melina Pinotti e, na República Tcheca, a minha copilota e amiga Martina Cermakova. Agradeço ao meu “amigo” Professor Msc. Giovani Bezerra pela inspiração diária. E aos colegas da Cambridge School, thanks! Agradeço a CAPES pela bolsa de estudo que me garantiu o suporte financeiro.

Me perdoem se alguém não foi citado. Mas a todos que contribuíram direta ou indiretamente na construção deste trabalho, meu muito e eterno obrigado

“[...] em 1961 isso aqui era apenas uma promessa sabe, era uma promessa, poucas casas e todo dia vinha gente do Estado de São Paulo para adquirir terra aqui da companhia de viação, a colonizadora na época. E então Batayporã era só uma promessa, uma esperança, um lugarejo, aqui com poucas casas, se contava as casas e hoje essa promessa, essa esperança virou uma realidade”

(Gonçalo Ribeiro da Costa).

RESUMO

A presente pesquisa objetiva uma discussão acerca da emancipação político-administrativa do município de Batayporã, localizado na região sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul, conhecida também como Vale do Ivinhema. O surgimento de Batayporã ocorreu como resultado das campanhas de colonização promovidas pelo Governo Getúlio Vargas, denominadas, em conjunto, “Marcha para o Oeste”, no período do Estado Novo. Batayporã também deve seu surgimento às ações do tchecoslovaco Jan Antonin Bata, proprietário da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, idealizador e fundador de alguns municípios no país. Durante a década de 1950, houve inúmeras migrações para o antigo Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, principalmente para a região onde está localizado Batayporã. A partir de 1953, quando o atual município foi elevado à categoria de distrito, instalou-se um considerável número de migrantes, oriundos do Oeste paulista e de outras regiões do Brasil. Em 1958, Nova Andradina, município vizinho ao de Batayporã, colonizado por Antônio Joaquim de Moura Andrade, emancipou-se de Bataguassu. Nesse período, Batayporã passou a pertencer, então, a Nova Andradina e, não querendo depender de outro município, iniciou um movimento pelo desmembramento, fato que ocorreu em 1963. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados como fontes os relatos dos moradores locais que vivenciaram e/ou participaram desse momento histórico; documentos, como Atas, Leis e projetos de leis levantados no acervo do Instituto Memória do Poder Legislativo, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso – uma vez que o Estado de Mato Grosso ainda era *Uno*. Como metodologia para analisar as fontes, utilizou-se a análise das narrativas, permitindo compreender o processo da emancipação político-administrativa do município de Batayporã.

Palavras-chave: Emancipação político-administrativa. Município de Batayporã. Identidade.

ABSTRACT

This research aims to a discussion about the political and administrative emancipation of the municipality of Batayporã, located in the southeastern state of Mato Grosso do Sul, region also known as Ivinhema Valley. The Batayporã uprising occurred as a result of colonization campaigns promoted by the Getulio Vargas government, called "*Marcha para o Oeste*", during Brazil's Estado Novo period. Batayporã also owes its rise to the actions of the Czechoslovakian Jan Antonin Bata, owner of *Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso*, a transportation company. Bata was the idealizer and creator of some municipalities in the Brazil. During the 1950s, many people migrated to the region then called *Sul de Mato Grosso*, nowadays Mato Grosso do Sul state, especially to the region where Batayporã is located. From 1953, when Batayporã became a district, a considerable number of migrants coming from western Sao Paulo and other regions of Brazil settled in there. In 1958, Nova Andradina, a municipality that borders Batayporã, colonized by Antonio Joaquim de Moura Andrade, emancipated from Bataguassu and Batayporã becomes district of Nova Andradina. At this moment, inhabitants no longer wanted to depend on another city, so they started a movement to promote their emancipation, fact that occurred in 1963. The sources used to develop this research were interviews with local inhabitants who lived and/or participated in this historic moment and, along with oral history, documents such as minutes, laws and bills, which were found in the *Instituto Memória do Poder Legislativo*, in the Legislative Assembly of Mato Grosso, because at that time Mato Grosso and Mato Grosso do Sul used to form only one state (*Estado Uno*). The methodology to analyze the sources was the narrative analysis, which enabled understanding the process of political and administrative emancipation of the municipality of Batayporã.

Keywords: Political and administrative emancipation. Municipality of Batayporã. Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Bandeira do Município de Batayporã e Nova Andradina.	95
Fotografia 2 - Brasão dos Municípios de Batayporã e Nova Andradina.	95
Fotografia 3 - Busto de Jan Antonin Bata.....	108
Fotografia 4 - Žudro- Centro de Memória Jindrich Trachta	109
Fotografia 5 - Outdoor com a bandeira de Batayporã e da República Theca.	110
Fotografia 6 - Outdoor do grupo Klenot.	112
Fotografia 7 - Página do Facebook.	113
Fotografia 8 - Imagem do Menino Jesus de Praga.....	114
Fotografia 9 - Reportagem sobre Batayporã na Revista Reflex.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Governadores do Estado de Mato Grosso (1950- 1966)	83
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mato Grosso do Sul: localização da área de estudo	19
---	----

Mapa 2 - Localização das Fazendas Baile e Primavera.	80
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SMT- Sul de Mato Grosso

CML- Companhia Mate Laranjeira

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda

CVSPMT- Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso

UND - União Democrática Nacional

PSD - Partido Social Democrático

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

UBDNMU - União Brasileira em Defesa da Criação de Novos Municípios

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

UFMS/CPNA - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul *Câmpus* de Nova Andradina

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	11
Lista de tabelas	11
Lista de mapas	12
Lista de abreviaturas e siglas	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
A CHEGADA DAS PRIMEIRAS COLONIZADORAS AO “SERTÃO”	
1.1 Os “espaços vazios” não eram tão vazios: a ocupação indígena	25
1.2 Uma breve história da ocupação não indígena do sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul	28
1.3 Frentes Pioneiras/Frentes de Expansão	34
1.4 A nação em marcha para o Oeste	37
1.5 Os empreendimentos da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso	40
1.6 “É no sofrimento que a gente cresce”: A colonização do distrito de Batayporã	48
1.7 Uma outra empresa colonizadora: O desenvolvimento da Moura Andrade & Cia	58
CAPÍTULO II	
O DESMEMBRAMENTO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO DE BATAYPORÃ	
2.1 Um breve balanço acerca das produções bibliográficas referentes às emancipações político-administrativas.	62
2.2- Os narradores do desmembramento político-administrativo do município de Batayporã	64
CAPÍTULO III	
“NÓS E OS OUTROS” - A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE BATAYPORÃENSE	
3.1 A construção da identidade batayporãense	90
3.2 A invenção da identidade tcheca no município de Batayporã	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
FONTES	123
RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, o senador Valdir Raupp de Matos (PMDB/RO), criou um projeto de lei do Senado que substituíria o projeto de lei da Câmara dos Deputados nº 98, de 2002. O Projeto proposto por Raupp tinha como finalidade a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de novos municípios, conforme exigido pelo art. 18, § 4º, da Constituição Federal. Segundo o parecer do senador Raupp,

Não restam dúvidas de que o projeto de lei completa lacuna existente no ordenamento jurídico brasileiro por mais de 15 anos e, ao mesmo tempo, faz justiça aos distritos que possuem número elevado de habitantes. São muitos os casos em que os distritos foram emancipados, que cresceram, e se tornaram maiores em relação aos municípios aos quais pertenciam¹.

Caso o projeto fosse aprovado, o país poderia ganhar 188 novos municípios conforme dados divulgados pela União Brasileira em Defesa da Criação de Novos Municípios (UBDNMU).

Depois de 11 anos de discussão, o Congresso aprovou as regras para a criação ou incorporação de novos municípios brasileiros. O projeto foi aprovado com 53 votos a favor e cinco contra² – parte desses votos contrários foram de senadores do PSDB, partido de oposição. Aloysio Nunes (PSDB/SP), líder do partido no Senado, afirma que votou contra a proposta porque “são mais gabinetes de prefeitos, são mais cargos comissionados, mais estruturas administrativas, mais câmaras municipais, mais salários de vereadores. E o cobertor é curto”³. Para que fossem criados novos municípios, a proposta ainda dependia da sanção da presidente da República, Dilma Rousseff.

Em sua tese de doutoramento, o engenheiro Edison Favero mostra que desde a chegada dos primeiros portugueses esse tema vem levantando inúmeras discussões. Ao fazer uma breve abordagem histórica das emancipações político-administrativa no Brasil, o autor mostra que

¹ Informação retirada do site www.senado.gov.br/atividade/materia/getDocumento.asp?t=136266. Acesso em 2 de junho de 2015.

² Votação nominal do Senado Federal - Substitutivo da Câmara ao PLS nº 98 de 2002 - Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

³ Informação retirada do site <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/nova-lei-pode-gerar-mais-municipios-em-ma-ba-e-ce-diz-levantamento.html>. Acesso em 2 de junho de 2015.

Até a Independência, as nossas Municipalidades regeram-se no Brasil pelas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Posteriormente passaram a ser ordenadas pelas Constituições iniciando-se pela Constituição Imperial de 1824, nas Constituições Republicanas de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e na Emenda Constitucional de 1969, e, atualmente pela Constituição Federal promulgada em 1988 (FAVERO, 2004, p.39).

O processo de emancipação municipal no Brasil teve início nos anos 1930, mas foi entre 1950 e 1969 que esse processo se intensificou. Nas duas décadas posteriores, esse processo acabou sendo diminuído pelos governos militares. Com o fim da ditadura militar, em 1985, as emancipações se intensificaram novamente. Segundo João Carlos Magalhães,

Com a Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ser considerados entes federativos e a desempenhar um papel mais relevante na administração pública brasileira. As comunas passaram a integrar expressamente a Federação, juntamente com os estados e o Distrito Federal. Em decorrência, os municípios receberam extenso e detalhado tratamento constitucional, com competências privativas ou em colaboração com o estado e a União (MAGALHÃES, 2007, p.13).

De 1984 até o ano 2000, o Brasil teve um aumento de 34% na criação de novos municípios. Para que possamos avançar nessa discussão devemos entender por que a população de um determinado distrito quer se emancipar? Para responder a essa pergunta, inúmeras pesquisas foram realizadas na década de 1990, em busca de tentar entender quais os principais motivos que levavam as pessoas a buscar a emancipação político-administrativa de vários distritos. De acordo com Bremaeker, nas pesquisas realizadas listaram-se as seguintes alegações:

- Descaso por parte da administração do município de origem;
 - Existência de forte atividade econômica local;
 - Grande extensão territorial do município de origem; e
 - Aumento da população local
- (Bremaeker, 1993, In, Magalhães, 2007, p. 14).

A busca pela criação de novos municípios divide as opiniões, há os que são contra e há aqueles a favor do processo. Em geral, as pessoas do contra são aquelas do município de origem, pois parte do território de seu município será desmembrado, a arrecadação será diminuída, etc. Já as pessoas a favor são aquelas do novo município, pois serão beneficiadas com o desmembramento.

A redução do processo imigratório para os grandes centros urbanos representa um grande benefício indireto para esses centros, pois diminui vários

custos de aglomeração, como violência urbana, desemprego, processos de favelização, trânsito, queda dos salários reais da mão-de-obra pouco qualificada (em razão do aumento da oferta), entre outros (Magalhães, 2007, p. 20).

Outro fator que justifica a emancipação dos municípios no Brasil é que

A população, junto à elite política, encontra na emancipação uma nova maneira de aumentar os recursos financeiros para a comunidade, na busca de melhorias nas áreas da saúde, da educação, da segurança e dos serviços públicos afins (Magalhães, 2007, p. 21).

O tema “emancipações municipais” tem levantado inúmeras discussões não somente no âmbito políticos, mas também, nos âmbitos acadêmicos, institucionais e administrativos. Nas últimas décadas diversos pesquisadores de diversas áreas de estudos, tais como: engenheiros, geógrafos, cientistas sociais e historiadores tem se debruçado sobre o tema emancipações político-administrativa. Inúmeras dissertações e teses foram produzidas acerca desse assunto nas últimas décadas.

Na História, esse assunto só se tornou possível a partir da década de 1970, quando a historiografia assistiu ao “retorno” da história política, que surgiu no decorrer da Terceira Geração dos *Annales* e propunha uma renovação: a observação de novos objetos, diferentes daqueles tradicionais. Ao analisar como alguns historiadores trouxeram essa ideia de “renovação”, o historiador brasileiro Carlos Albernaz percebeu na obra do historiador francês de Jacques Julliard que

[...] a renovação do campo da história política só poderia acontecer mediante o contato com as ciências sociais, em especial daquelas que tratam do objeto político, pelo abandono da curta duração em detrimento da longa duração, buscando fenômenos que indicassem permanência além daqueles vinculados à mudança (ALBERNAZ, 2011, p. 16).

Assim como a ideia de “renovação” da história política para Julliard só poderia ocorrer mediante ao contato com outras ciências sociais, para René Rémond, a história política foi renovada em função da “pluridisciplinaridade⁴”. Segundo Rémond, o contato com disciplinas como o Direito, a Sociologia, a Filosofia, a Matemática, a Linguística e diversas outras permitiu que a história política se renovasse, passando por um processo de modificação. Ele explica como se deu essa renovação da história política.

[...] A umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática; às vezes

⁴ Esse conceito é bem discutido pelo historiador René Rémond (2003, p. 29-31). Ele mostra como a pluridisciplinaridade teve um papel fundamental na renovação da história política.

pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual (RÉMOND, 2003, p. 29).

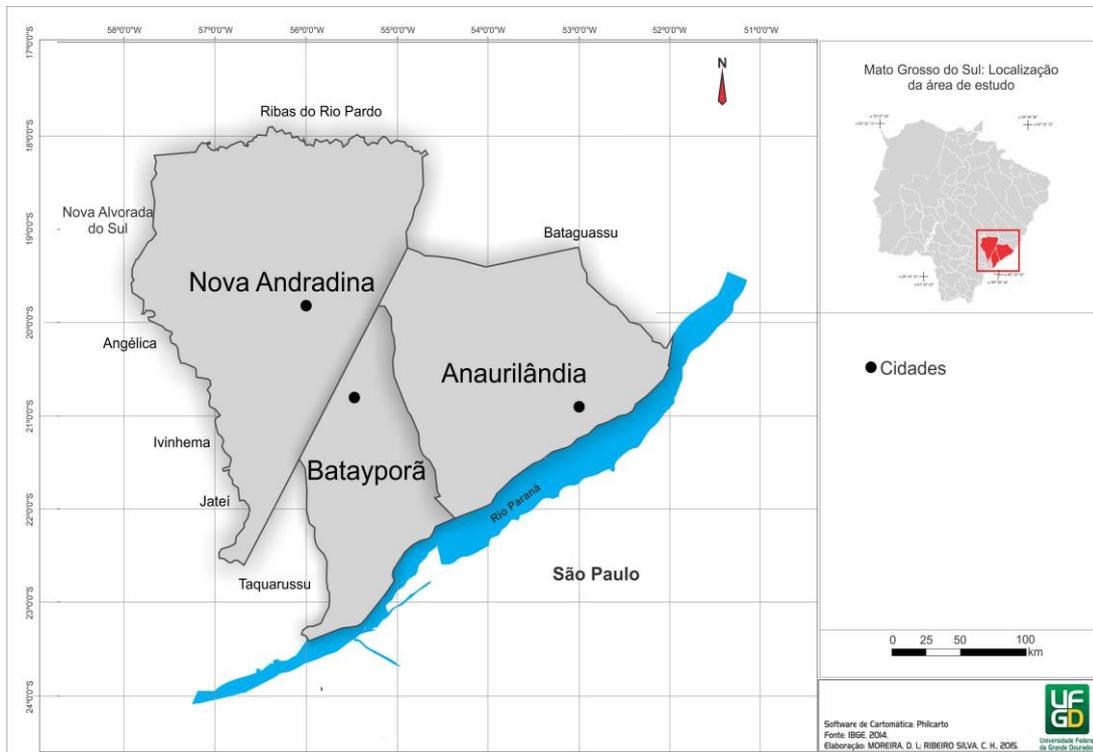
Portanto, a ideia de “renovação” da história política, tanto para Julliard quanto para Rémond, só foi possível graças ao contato com outras ciências; sem elas, a história política não teria se renovado.

Graças a essa renovação, foi possível pensar essa pesquisa, uma vez que no decorrer da década de 1960, o Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), assistiu à emancipação político-administrativa de diversos municípios⁵. Dentre os quais, podemos destacar o município de Batayporã.

Batayporã está localizado na região Sudeste de Mato Grosso do Sul, conhecida também como Vale do Ivinhema (Mapa 1). Seu surgimento se deve, em grande parte, às ações do tchecoslovaco Jan Antonin Bata, proprietário da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, idealizador e fundador de alguns municípios no País. A partir da década de 1950, muitos migrantes de diversas regiões do país passaram a colonizar o Sul de Mato Grosso, principalmente a região onde hoje está localizado Batayporã.

⁵ Na década de 1960, os seguintes municípios foram emancipados: Batayporã, Ivinhema, Naviraí, Anastácio, Anurilândia, Antonio João, Badeirante, Brasilândia, Caracol, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Jateí e Rio Negro.

Mapa 1 - Mato Grosso do Sul: localização da área de estudo



Mapa elaborado por MOREIRA, D. L.; RIBEIRO SILVA, C. H., 2015.

Em 2015, Batayporã comemora 52 anos de emancipação político-administrativa. Poucos sabem, mas o desmembramento do município foi muito importante para os que vivenciaram esse momento. E é esse o ponto de partida para esta pesquisa. Deve-se destacar que este trabalho teve início no ano de 2010, com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no curso de graduação em História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul *Campus* de Nova Andradina (UFMS/CPNA).

No TCC, buscou-se entender por que um descendente de tcheco afirmava com veemência que “Batayporã havia sido desmembrado do município de Bataguassu”. Iniciou-se uma investigação para entender se os demais moradores tinham essa mesma concepção, uma vez que, de acordo com a lei de criação⁶ do município, Batayporã havia sido desmembrado do município de Nova Andradina.

⁶ Outrora, a grafia do nome “Batayporã” era “Bataiporã”. A lei de criação do próprio município trazia esta forma de escrita. A deputada estadual Dione Hashioka (PSDB) apresentou um projeto de lei, no ano de 2007, solicitando a mudança na grafia do nome do município. O nome “Batayporã” é composto por três palavras: “Bata”, sobrenome do fundador; “y”, em língua guarani, quer dizer água; e “porã”, boa ou bonita, na mesma língua indígena. Assim, no dia 18 de maio de 2007, foi sancionada pelo então governador do Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), a lei número 1.963, modificando a grafia do nome do município. No

Utilizando a história oral, foi possível perceber que os demais moradores não tinham essa mesma concepção, os depoentes afirmaram que o município de Batayporã havia se desmembrado do município de Nova Andradina, não de Bataguassu como afirmava a descendente de tcheco. Em uma dessas entrevistas, surgiu a segunda problemática, que mais tarde se tornaria a problemática desta pesquisa. A senhora Maria de Lourdes Alves Romero afirmou, em uma das entrevistas concedidas em 2010 ao autor deste trabalho, que: “Nova Andradina não queria que Batayporã fosse desmembrado”. Sendo assim, era necessário entender por que os munícipes de Nova Andradina não queriam que o então distrito de Batayporã se emancipasse.

Com muitas lacunas e uma problemática a ser sanada, era necessário que essa pesquisa prosseguisse. Para isso, foi submetido um projeto no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD), na linha de pesquisa Fronteiras, identidades e representações. Após a delimitação temporal e espacial, fazia-se necessário um referencial teórico-metodológico que pudesse auxiliar o trabalho com as fontes, uma vez que a pesquisa não poderia se basear apenas nas fontes orais. Seria necessário, portanto, cruzar essas memórias com outros tipos de fontes para, assim, confrontar as informações e reunir o maior número de fontes possível acerca da emancipação político-administrativa de Batayporã. Dessa forma, levantar e analisar essas fontes passou a ser o objetivo do projeto desta pesquisa.

No primeiro capítulo, intitulado “A chegada das primeiras colonizadoras ao ‘Sertão’”, procurou-se abordar como se deu processo de ocupação do Sul de Mato Grosso do Sul. Deve-se ressaltar que muito antes das primeiras empresas colonizadoras chegarem ao sertão, a região onde hoje está localizado o município de Batayporã teve um intenso tráfego humano. Assim, nesse primeiro capítulo, foi realizada uma breve abordagem acerca da passagem dos primeiros habitantes, pois os espaços considerados “vazios” não eram tão vazios assim, posto que havia populações indígenas.

Realizou-se um breve levantamento acerca do processo de colonização do Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, destacando os principais fatores econômicos, sociais e políticos que motivaram a ida dos primeiros colonizadores para o “Sertão”. Para embasar essa questão, discutiu-se sucintamente os conceitos de “Frente de Expansão” e “Frente Pioneira”,

decorrer deste trabalho o leitor poderá se deparar com as duas grafias, uma vez que os documentos produzidos anteriormente ao ano de 2007 traziam a grafia do nome de Batayporã com “i” e assim ela será mantida quando se tratar de citação de fontes. Porém, no decorrer da dissertação, será utilizada a grafia Batayporã, com “y”.

fundamentais para quem trabalha com colonização, uma vez que a região estudada foi palco tanto das Frentes de Expansão, quanto das Frentes Pioneiras.

Ainda no Capítulo 1, antes de abordar as chegadas das empresas colonizadoras, foi feito um breve apanhado acerca da política de governo denominada “Marcha para Oeste”, empreendida pelo então presidente da República Getúlio Vargas, uma vez que foi nesse cenário que apareceram as primeiras colonizadoras. Para finalizar o capítulo, com base em pesquisas realizadas previamente, fez-se um sucinto relato histórico da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso, responsável pela colonização do município de Batayporã, e da Moura Andrade & Cia., responsável pela colonização do município de Nova Andradina.

No primeiro capítulo, procurou-se destacar como se deu a construção do então distrito de Batayporã com base no relato daqueles que vivenciaram e incorporaram esse processo – não somente no que foi produzido academicamente ou nos documentos elaborados pela empresa colonizadora. Essa reconstrução do processo de colonização foi feita, portanto, por meio das memórias dos primeiros colonos⁷ que, na década de 1950, apostaram em uma vida melhor e trouxeram, em suas bagagens, sonhos e esperança de um novo começo. Para isso, utilizou-se a metodologia da história oral. Segundo a historiadora norte-americana Erin Jessee,

*In recent years, oral history has been celebrated by its practitioners for its humanizing potential, and its ability to democratize history by bringing the narratives of people and communities typically absent in the archives into conversation with that of the political and intellectual elites who generally write history. And when dealing with the narratives of ordinary people living in conditions of social and political stability, the value of oral history is unquestionable*⁸ (JESSEE, 2011, p. 287).

⁷ No decorrer dessa pesquisa, serão utilizados os conceitos de colonizador e colono. O colonizador, tido sempre como o pioneiro, é, no caso desta pesquisa, o dono da Companhia de colonização e os funcionários que tiveram participação direta nesse processo de colonização. O colonizador sempre tem mais benefícios em relação ao colono porque a colonizadora lhe concede os melhores empregos e, mais tarde, os melhores cargos. O colonizador é aquele que traz consigo a superioridade científica, tecnológica, econômica e cultural, que lhe proporciona as condições de domínio e controle. Assim, tudo se estrutura e se define em função da empresa colonizadora (MEMMI, 1977). O colono, nesta pesquisa, é o migrante que vem de outras regiões, tais como Nordeste e Norte do Paraná e Oeste Paulista, a fim de adquirir terras da colonizadora. Este não tem nenhum privilégio por parte da colonizadora, mas é aquele que deseja ver a região colonizada se tornar independente para se desenvolver economicamente e para elevar a capacidade aquisitiva e o nível de vida de suas populações (MEMMI, 1977).

⁸ Nos últimos anos, a história oral tem sido comemorada por seus praticantes, por seu potencial humanizador e sua capacidade de democratizar a história, trazendo as narrativas das pessoas e comunidades, em geral ausentes nos arquivos das elites políticas e intelectuais, que geralmente escrevem a história. E quando se lida com as narrativas de pessoas comuns, que vivem em condições de estabilidade social e política, o valor da história oral é inquestionável (JESSEE, 2011, p. 287).

A metodologia da história oral foi utilizada com a finalidade de tirar os holofotes do dono da colonizadora, uma vez que a história de Batayporã não se resume exclusivamente a esse personagem. Nesse sentido, a metodologia da história oral foi utilizada por ser necessário dar voz àqueles colonos, pessoas comuns que sempre fizeram, e ainda fazem, parte do cotidiano batayporãense, mas que, até então, não haviam sido ouvidos.

No segundo capítulo, intitulado “A emancipação político-administrativa do município de Batayporã”, fez-se, em um primeiro momento, um breve balanço bibliográfico de algumas dissertações e teses de diversas áreas que tiveram como tema a questão das emancipações político-administrativas. Logo após, buscou-se atingir mais um objetivo desta pesquisa: analisar se os interesses pelo desmembramento do município de Batayporã haviam partido de “[...] um movimento ‘de baixo para cima’, ou seja, a pressão social cria a pressão política, sendo assim muito mais democrática, uma vez que o poder emana do povo” (PINTO, 2002, p.10), ou se havia sido “[...] um movimento de pressão que vem ‘de cima para baixo’ uma vez que a emancipação político-administrativa atende, de forma mais intensa, aos anseios políticos que aos desejos das populações locais” (Idem).

Para que essas inquietações fossem respondidas – ou seja, saber de onde surgiu o interesse pela emancipação político-administrativa do município de Batayporã – fez-se a análise de documentos produzidos acerca desse episódio. Deve-se destacar que, quando o município foi emancipado, na década de 1960, o Estado de Mato Grosso do Sul ainda não havia se separado do Estado de Mato Grosso. Por isso, foi preciso recorrer aos arquivos localizados em Mato Grosso, uma vez que boa parte dos documentos acerca desse episódio estão localizados nos arquivos e acervos de instituições daquele Estado. Parte dessa documentação foi encontrada no Instituto Memória do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, que pertence à Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Junto com esses documentos, a história oral também foi utilizada nesse capítulo, pois “[...] os depoimentos orais caracterizam-se como parte dos recursos documentais a que o historiador pode recorrer, para ampliar o debate historiográfico e o recorte temático do seu objeto de estudo” (MONTENEGRO, 2007, p. 30).

Para narrar esse episódio histórico utilizou-se a “descrição densa” proposta pelo antropólogo Clifford Geertz, uma vez que “[...] podemos constantemente encontrar uma multidão de testemunhas que nos digam como seriam eles” (Stone, 1991). Essa proximidade com a antropologia foi essencial porque permitiu contar uma história com mais detalhes e, com isso, foi possível pensar uma história-narrativa. “Um número cada vez maior dos ‘novos

historiadores' vem tentando agora descobrir o que se passava na cabeça das pessoas no passado e como era viver naqueles tempos, questões estas que reconduzem inevitavelmente ao uso da narrativa" (Stone, 1991).

Ao contar uma história, o historiador narra "intrigas". Segundo José Carlos Reis,

A intriga é uma obra de síntese. Ela reúne objetivos, causas e azares em uma unidade temporal, total e completa. Ao reunir o que está disperso, o que era sucessão e devir, essa "síntese do heterogêneo" narra o que é a intriga (assim como a metáfora) e faz aparecer na linguagem o novo, o inédito, o ainda não dito [...]. A intriga põe junto e integra em uma história total e completa os eventos múltiplos e dispersos, criando uma significação inteligível. Compreender na narrativa é unificar em uma ação inteira o diverso constituído por circunstâncias, objetivos, meios, iniciativas, interações, mudanças de sorte e todas as conseqüências não desejadas saídas da ação humana (REIS, 2006, p. 136).

A citação acima resume por que foi utilizado esse modelo de história-narrativa nesta pesquisa. Primeiro, há uma intriga entre os seus personagens dessa história. Segundo, para contar o episódio da emancipação político-administrativa de Batayporã, foi necessário encontrar fontes espalhadas. Por último, a partir do que foi reunido, foi possível narrar uma nova história que não era de conhecimento dentro do município.

Dito de outra forma, a intriga gerada naquele momento foi essencial para narrar essa história porque fez com que os eventos dispersos acerca desse episódio fossem "resgatados", organizados e sintetizados para, assim, constituir/narrar essa história com começo, meio e fim. A decisão crucial de se escolher uma história narrativa se deve ao fato de que "o vivido torna-se mais humano enquanto narrado" (REIS, 2006, p. 139).

No terceiro capítulo, intitulado "Nós e os outros - A construção da identidade Batayporãense", procurou-se delinear o processo da construção de identidade do município. Inicialmente, abordou-se a construção dessa identidade com base nos três elementos definidos por Michael Pollak (1992): a unidade física; a continuidade dentro do tempo; e o sentimento de coerência construído através de elementos simbólicos, como o brasão e o hino.

Uma vez que os nova-andradinenses e os batayporãenses divergiam uns dos outros, os elementos simbólicos utilizados na tentativa de construir uma identidade sólida não se sustentaram. A falta de uma identidade local fez com que um novo modelo de identidade acabasse surgindo no "espaço vazio" deixado por aquela que não se consolidou. Dessa forma, na última década vem sendo inventada/construída e apresentada uma nova identidade ligada à memória do dono da colonizadora Jan Antonin Bata.

Luisa Passerini, ao falar da memória, afirma que “[...] a memória é concebida como uma relação entre presente e passado, silêncio e discurso, esquecimento individuais e coletivo” (2013, p.17). Sem afirmação, essas memórias podem cair no esquecimento, fator esse que acaba gerando um grande “vazio” nas identidades e esses “vazios” fazem com que novas identidades sejam construídas.

Tanto Batayporã quanto Nova Andradina são municípios criados recentemente. Ao realizar este trabalho, pode-se perceber que ainda há poucas pesquisas acerca dessa história local, principalmente no que se refere a Nova Andradina, uma vez que não foram encontradas obras com rigores acadêmicos a respeito deste município. Diferentemente do município de Batayporã, que conta com algumas obras acadêmicas. Esta pesquisa aborda, de certa forma, um pouco da história de ambos os municípios, com mais enfoque para Batayporã. É necessário que novos pesquisadores construam trabalhos que explorem a dinâmica histórica dessa região. O desenvolvimento de mais pesquisas históricas nessa região permitiram compreender/entender o surgimento de inúmeros problemas, sejam eles sociais, políticos e/ou econômicos que estão inseridos no cotidiano dessa populações, mas acabam passando por despercebidos. O surgimento novas pesquisas não somente no campo da historiográfico, mas em diversas áreas podem trazer benefícios para o desenvolvimento desta região.

CAPÍTULO I- A CHEGADA DAS PRIMEIRAS COLONIZADORAS AO “SERTÃO”

1.1 Os “espaços vazios” não eram tão vazios: a ocupação indígena

Antes de iniciarmos a discussões acerca do processo de ocupação não indígena no atual Estado de Mato Grosso do Sul, devemos destacar que essa região sempre teve um fluxo migratório marcado fortemente pela presença de povos indígenas. Pesquisas realizadas pelo arqueólogo Gilson Rodolfo Martins, apontam que “[...] o território estadual, pelo que já se sabe, foi significativamente ocupado e transitado por grupos de caçadores/coletores/pescadores pré-histórico [...]” (MARTINS, 2002, p. 11).

As incursões não indígenas pelo território onde hoje está localizado o Mato Grosso do Sul aconteceram no início do século XVI, com a chegada dos primeiros colonizadores europeus. Deve-se destacar que essas entradas ocorreram, em muitos casos, através dos rios Paraguai e Paraná – o primeiro localizado a Oeste e o segundo, a Leste. Para Martins, pelo fato do Estado de Mato Grosso do Sul ser banhado de norte a sul por dois grandes rios, essa região pode ser considerada “mesopotâmica” (MARTINS, 2002, p. 12).

As malhas fluviais tiveram um papel fundamental na penetração de diversos povos, uma vez que muitos desses rios estavam interligados entre si. Essa intensa movimentação só se tornou passível porque “todos os rios estaduais são perenes e navegáveis e sempre foram suportes para um intenso tráfego fluvial das populações indígenas e coloniais” (MARTINS, 2002, p. 12).

A afirmação da presença de povos indígenas nas terras onde hoje está localizado o município de Batayporã foi possível graças a escavações em sítios arqueológicos, a partir de 1992, que possibilitaram a análise de vidas pretéritas dos grupos indígenas por meio de vestígios de artefatos produzidos por esses grupos.

Nesses locais são abundantes os vestígios de recipientes de cerâmica, alguns sepultamentos, artefatos e resíduos líticos (rochas) tais como lascas, lâminas de machado de pedra polida, pontas de projéteis, mãos-de-pilão, almofarizes, raspadores, facas, furadores percutores e outros tipos de vestígios arqueológicos representativos da cultura material de povos indígenas pré-coloniais (MARTINS, 2002, p. 20).

Muitos desses utensílios foram encontrados principalmente no município de Anaurilândia, que faz divisa com o município de Batayporã. Nos resíduos foram encontrados artefatos de cerâmicas Guarani, que, em Mato Grosso do Sul, “ocupavam a porção sul,

sudeste e centro oeste do Estado” (MARTINS, 2002, p.41). Além dos índios Guarani, foram encontrados resquícios também da presença de índios Ofaié, que habitavam a região onde hoje está localizado o município de Batayporã. Segundo o pesquisador Carlos Alberto dos Santos Dutra, baseado em pesquisas realizadas na região,

Por volta de 1948, um grupo de Ofaié foi encontrado na margem esquerda do ribeirão Samambaia (hoje município de Bataiporã), na sua confluência com o rio Ivinhema (atual no município de Taquaruçu). A julgar pela descrição e solidez do aldeamento ali construído, o grupo revelava manter domínio sobre aquela região fronteiriça há bastante tempo, e isso lhes oferecia condições de ali desenvolver e praticar com relativo desembaraço muitas manifestações culturais, inclusive hábitos musicais que puderam ser recolhidos (DUTRA, 2004, p.53).

As primeiras pesquisas ocorridas na região em busca de vestígios da presença de povos indígenas tiveram início ainda em 1948. Neste ano, o então antropólogo Darcy Ribeiro tivera uma experiência com um grupo de índios Ofaié que vivia nos limites da fazenda Primavera, propriedade de Antônio Joaquim de Moura Andrade. O trabalho, em que Ribeiro relata essa experiência, foi publicado

[...] pela Revista do Museu Paulista em 1951, sob o título *Notícia dos Ofaié-Chavantes* é a obra recente que maior número de informações reúne sobre esse povo. É digna de nota não somente por recolher os mitos re-lembrados pelas duas famílias que viviam nas margens do rio Samambaia, mas pela panorâmica da trajetória empreendida por esse povo ao longo da história, bem como a bibliografia e as fontes a que teve acesso, como funcionário do SPI, e conseguiu recolher nessa obra, que pode ser rapidamente apontada como de referência para uma história Ofaié (DUTRA, 2004, p.98).

A maioria dos relatos encontrados na obra de Dutra mostra que os Ofaié estiveram sempre localizados na beira de rios e córregos que cortam a região onde hoje está localizado o município de Batayporã. Esse fator permite compreender que esse grupo que habitava a região pesquisada utilizava os leitos dos rios como meio de locomoção. Embora existam registros da presença de grupos de índios Ofaié, atualmente nem na região nem nas proximidades existem sequer descendentes deles. O que teria ocorrido com esses povos?

A Frente de Expansão⁹, ocorrida no decorrer do século XIX, fez com que grupos colonizadores não índios passassem a ocupar a região estudada. Desde então, populações indígenas que habitavam a região sudeste do então sul de Mato Grosso se reduziram drasticamente em função do contato com esses colonizadores não índios. Relatos acerca desse

⁹ Sobre esse conceito conferir página 34 até 37.

episódio podem ser encontrados na obra já citada “Notícia dos Ofaié-chavante”, de Darcy Ribeiro. O antropólogo relata que só foi possível coletar algumas informações sobre os Ofaié, em sua visita à região em 1948, porque ainda havia a presença de um pequeno grupo familiar que vivia em dois ranchos às margens do ribeirão Samambaia. Essas narrativas coletadas por Ribeiro revelam como se deu um dos principais episódios que acabou fazendo com que os Ofaié se reduzissem drasticamente:

A mais remota recordação de Otávio se prende a uma das chacinas de que sua tribo foi vítima. Ocorreu em 1900 quando ele tinha pouco menos de 5 anos e José ainda não era nascido. Viviam numa aldeia à margem do ribeirão Combate (assim chamado desde então) onde foram atacados uma madrugada por grande número de cavaleiros. Seus pais conseguiram fugir, escondendo-se num pindaibal próximo, onde ficaram todo o dia; saíram à tarde para ver se os atacantes tinham ido embora [...] (RIBEIRO, 1951, p.91).

O Rio Combate corta a rodovia MS-276 e está localizado na divisa dos municípios de Batayporã e Anaurilândia. Os moradores locais contam que o nome do córrego está ligado ao massacre de um grupo de indígenas assassinados por fazendeiros locais, por terem invadido suas terras e abatido um animal de sua propriedade.

Segundo Ribeiro, o mesmo ataque havia sido relatado em uma fazenda por onde passaram quando seguiam viagem para o Samambaia. Ao lado da sede, encontrou um monumento, no túmulo do fundador da propriedade, com a seguinte inscrição “ele e seus filhos e companheiros foram infortunadamente trucidados pelos chavante em 19-4-1900” (RIBEIRO, 1951, p 92). De acordo com esse segundo relato, o ataque teve início depois que um grupo de índios atacou os fazendeiros. Estes se reuniram e atacaram um grupo de índios que habitavam as margens do córrego hoje denominado Combate.

Não se sabe ao certo qual foi o real motivo para que esse massacre ocorresse. O que se pode afirmar, com base em pesquisas já realizadas, é que pouco antes das primeiras colonizadoras chegarem ao “sertão”, os índios da região já tinham sido mortos/massacrados pelos fazendeiros locais. Os poucos que restaram acabaram sendo incorporados pelo novo estilo de vida local, tornando-se peões.

O processo de colonização não indígena (Frente de Expansão) teve um impacto profundo na região sudeste do então sul de Mato Grosso. Grupos pretéritos que habitavam a região se reduziram drasticamente em poucos anos em função do contato com os colonizadores não índios. Segundo Dutra:

[...] se pretendemos buscar as razões que levaram ao extermínio das populações indígenas no Brasil, devemos antes buscar compreender, ao lado do contexto econômico e social vivido pelas classes exploradoras, também o contexto onde ocorreram verdadeiros espetáculos de apresamento e encarniçados massacres que povoaram, durante séculos, a marcha inexorável da colonização para o Oeste brasileiro. Sem dúvida, isso deixou marcas indeléveis na população nativa sobrevivente, e para muitos, ainda hoje isso é motivo de indignação e questionamento, em face das crueldades que eram praticadas contra eles (DUTRA, 2004, p. 257).

Sem dúvida, o dito progresso devastou inúmeras florestas e esmagou várias sociedades indígenas. As que não foram totalmente exterminadas foram marcadas fortemente pelas ações dos não índios, que, imbuídos de um espírito “civilizador” e progressista, não pensaram nas consequências de um extermínio.

1.2 Uma breve história da ocupação não indígena do sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.

Como vimos anteriormente, muito antes da chegada dos primeiros colonizadores, o Mato Grosso Sul era habitado por diversos povos indígenas. O então Sul de Mato Grosso (SMT) surge na história da América Portuguesa no decorrer do século XVII, “quando os grupos indígenas que habitavam passaram a ser alvo das incursões escravizadoras efetuadas por moradores do planalto paulista, na então capitania de São Vicente” (QUEIROZ, 2009, p. 198).

Para compreender os motivos que levaram os portugueses a entrar continente adentro, é preciso compreender o contexto econômico, social e político que motivou inúmeros colonizadores a adentrar o “sertão”. A primeira leva migratória ocorrida no sul de Mato Grosso ocorreu quando ele ainda era apenas uma capitania hereditária. Essas primeiras entradas dos portugueses se deram em função da busca por mão de obra para a execução de alguns serviços. Como ainda não havia sido inserida a mão de obra negra, os portugueses tinham que se contentar apenas com o “[...] ‘negro’ da terra, como sem malícia costumavam dizer, e é para ir buscá-lo que correm o sertão” (HOLANDA, 1986, p. 26).

Nesse primeiro momento, os interesses estavam voltados apenas à busca por mão de obra escrava indígena. As primeiras atividades de fixação passaram a ocorrer na primeira metade do século XVIII, quando foram encontradas as primeiras jazidas de ouro de aluvião,

nas imediações de Cuiabá, atual capital de Mato Grosso. Embora as jazidas de ouro estivessem localizadas em Cuiabá devemos destacar que “era, contudo, no território de SMT que situava a maior parte do trajeto então percorrido entre Cuiabá e São Paulo - Trajeto esse no qual logo tiveram início as expedições fluviais que seriam conhecidas como *monções*” (QUEIROZ, 2009, p. 198).

No início, essas expedições eram realizadas pelas malhas fluviais e o trajeto que ligava São Paulo a Mato Grosso passava por trechos de rios onde está localizado o atual Mato Grosso do Sul. Deve-se destacar que esses percursos eram realizados pelo meio de transporte utilizado pelos monçoeiros, as canoas *manum* que “mediam normalmente cerca de 12 metros de comprimento e eram feitas, à moda indígena, cada uma de um único tronco de uma grossa árvore” (QUEIROZ, 2009, p. 199). Nas primeiras expedições, a maior parte da viagem era realizada pelas malhas fluviais, porém esse trajeto era repleto de obstáculos, como corredeiras, cachoeiras e saltos, que existiam no decorrer do caminho e que dificultavam o acesso a Cuiabá.

Esses obstáculos encontrados no trajeto que ligava São Paulo a Cuiabá fizeram com que novas rotas acabassem surgindo. Os novos percursos não eram realizados apenas pelos leitos fluviais, incluíam caminhos terrestres que passavam a ser abertos. Embora em alguns momentos essas expedições tenham sido realizadas por água e em outros por terra, ambos tinham obstáculos. Com base em sua pesquisa, o historiador Paulo Roberto Cimó mostra que:

[...] o máximo de aproveitamento das facilidades naturais consistiria, na verdade, na adoção não de uma via inteiramente fluvial, mas sim de uma via mista, fluvial-terrestre – o que corresponderia, na prática, à continuação, aperfeiçoada, do antigo costume de se evitar a navegação nos “maus passos” (QUEIROZ, 2009, p. 201).

Podemos perceber que os bandeirantes preferiam as vias mistas, uma vez que algumas partes do percurso eram melhores por terra do que por água. Esses caminhos foram sendo abertos aos poucos e “[...] a partir da segunda década do século XIX que as monções ‘tornaram-se cada vez, mais raras, até desaparecerem completamente por volta de 1838’” (QUEIROZ, 2009, p. 201).

Embora os caminhos mistos fossem frequentemente utilizados pelos bandeirantes no SMT, já havia lugares “favoráveis a esses percursos terrestres, capazes tanto de permitir o trânsito terrestre até Cuiabá como de dispensar a navegação nos trechos mais críticos dos rios Pardo e Coxim” (QUEIROZ, 2009, p. 202).

Nos trajetos terrestres, fazia-se necessária a utilização de meios de locomoção como carros de bois para auxiliar no transporte de carga. Mesmo assim, esses percursos só podiam ser realizados “[...] desde que existissem, ao longo do trajeto, sítio de abastecimento” (QUEIROZ, 2009, p. 203).

Esses trajetos por água ou por terra só serviam como rotas de passagens para homens aventureiros. Durante esse período, essas pessoas estavam mais interessadas em chegar a Cuiabá do que em se fixar nas terras do SMT, uma vez que não existiam interesses econômicos para essa região, os interesses eram puramente “[...] estratégicos (isto é, políticos, estatais), derivados, sobretudo, de sua localização geográfica” (QUEIROZ, 2009, p. 208).

Os interesses econômicos nessa região surgiram quando espanhóis e portugueses iniciaram um contrabando, de ambas as partes tanto portugueses buscavam prata espanhola, como espanhóis, buscavam ouro em Mato Grosso. Esse fator fez com que acabasse se desenvolvendo uma intensa movimentação no sul, despertando, assim, a

[...] ideia de se valorizar esse território mediante a realização de investimentos estatais, os quais, mesmo apresentando um caráter essencialmente político-militar, deveriam produzir efeitos econômicos, ao menos na estrita medida capaz de justificar sua manutenção; e da ideia, correlata, de transformar esse território em uma espécie “plataforma de contatos” entre o sudeste da América portuguesa e os domínios espanhóis adjacentes (QUEIROZ, 2009, p. 211-212).

Para a valorização desse território, foi construída a praça fortificada de Iguatemi que, em um primeiro momento, tinha um caráter político-militar. Para que os efeitos econômicos surgissem fazia-se necessário o povoamento da região. Assim, por volta do ano de 1769, um número grande de pessoas passou a chegar a Iguatemi.

A praça do Iguatemi deveria servir ao estabelecimento ou reorientação de rotas comerciais. Sua vinculação seria, em primeiro lugar, com o planalto paulista, tanto por meio da navegação, tipicamente monçoeira pelo Tietê, Paraná e Iguatemi, como por meio de um caminho terrestre cuja a abertura então se buscou providenciar (QUEIROZ, 2009, p. 214).

Desde então, o SMT deixava de ser apenas um lugar passagem. Com a criação da praça do Iguatemi iniciavam-se as primeiras atividades econômicas e também as primeiras atividades de colonização na região. Dessa forma, “além da praça, outros ‘núcleos urbanos’ deveriam ser fundados junto às cabeceiras dos rios Amambai, Ivinhema, Iguatemi e Pardo” (QUEIROZ, 2009, p. 213).

Mesmo com a colonização do SMT, os monçoeiros e os bandeirantes não deixaram de buscar novas rotas, fossem elas fluviais ou terrestres, que ligassem Cuiabá a São Paulo. Inúmeras vias continuaram a ser descobertas e ainda nesse “[...] contexto, o SMT continua a aparecer como a mencionada ‘plataforma de contatos’ entre o planalto paulista e os vizinhos espanhóis” (QUEIROZ, 2009, p. 217). Porém, “finalmente, dentre as novas rotas alternativas aventuradas para as comunicações e comércio de Mato Grosso destaca-se aquela que seria mais tarde a vitoriosa, isto é a via do rio Paraguai e estuário do Prata” [...] (QUEIROZ, 2009, p. 217).

Apesar da descoberta daquela que, anos mais tarde, se tornaria uma das principais vias de acesso a Mato Grosso, o Estado não tinha tantos interesses no SMT, uma vez que essa região sobrevivia em meio a muitas dificuldades. O SMT só passou a ganhar importância econômica, no cenário nacional, após a Guerra do Paraguai, quando a coroa portuguesa passou a realizar delimitações fronteiriças entre Brasil e Paraguai. Segundo o historiador Valmir Batista Corrêa,

Antes da guerra, a província de Mato Grosso sobreviveu com grandes dificuldades pelo prolongamento das formas coloniais de exploração da região. Nesse sentido, a guerra com o Paraguai imprimiu profundas marcas no desenvolvimento da região, na medida em que sua consequência mais relevante foi a ruptura do seu processo de ocupação iniciado no século anterior (CORRÊA, 2006, p. 47).

A Guerra do Paraguai – conhecida também como Guerra da Tríplice Aliança – teve início no ano de 1864 e durou até 1870. Embora a guerra tenha deixado marcas indeléveis na história dos países envolvidos, foi com o fim desse episódio que o Sul de Mato Grosso passou a se desenvolver, principalmente no que tange ao processo de colonização e ao setor econômico, pois antes da guerra não havia interesses econômicos e políticos definidos para essa região do país.

No tocante à região mato-grossense, uma das consequências mais relevantes do conflito foi a internacionalização das águas do rio Paraguai até o porto de Corumbá, que se tornou no período subsequente o mais importante entreposto comercial de Mato Grosso. Foi através deste porto que se estabeleceram, então, contatos mais assíduos e uma influência de grande significado econômico de praças comerciais e financeiras estrangeiras sobre toda essa região mato-grossense (CORRÊA, 2006, p. 51).

Com o fim da guerra, houve algumas tentativas de aberturas de novos caminhos mistos (terrestre-fluviais), uma vez que o Estado não podia depender apenas de uma rota de acesso

para o extremo oeste. Porém, essas vias “[...] não poderiam em absoluto competir com as luminosas perspectivas associadas à navegação do sistema Paraguai/Paraná, extraordinariamente cômoda e eficiente” (QUEIROZ, 2011, p. 121). A livre navegação pela bacia do Prata possibilitou que a província de Mato Grosso se tornasse um entreposto comercial, “[...] propiciando essa província conexão simultânea com os mercados regionais do Prata, com o mercado nacional brasileiro e diretamente com o próprio mercado mundial” (QUEIROZ, 2011, p.121). Sendo assim, o fim da guerra favoreceu ainda mais a economia da região. Esse aumento comercial, somado à livre navegação, possibilitou a chegada de inúmeros migrantes.

Desde o fim da Guerra do Paraguai, o sul de Mato Grosso vinha desenvolvendo outra atividade econômica, a extração da erva-mate. Estima-se que a extração da erva-mate tenha

[...] iniciado já na década de 1870, mediante a associação (aparentemente informal) entre dois empresários: Tomás Laranjeira, brasileiro, e Francisco Mendes Gonçalves, português, ambos ex-fornecedores do exército brasileiro na guerra com o Paraguai [...] (QUEIROZ, 2011, p. 127)

A extração da erva-mate teve início muito antes mesmo do fim da Guerra do Paraguai, mas somente após o fim da guerra é que surgiu uma das maiores empresas do ramo. “O empreendimento fundado por Laranjeira deu origem à célebre empresa conhecida como Companhia Mate Laranjeira” (QUEIROZ, 2011, p. 127).

Após duas décadas de seu surgimento, a exploração dos ervais se tornava a mais rentável de todas atividades econômicas em operação em Mato Grosso. Esse fator se deu porque a erva-mate produzida na região era considerada de ótima qualidade, fator esse que fez com que a Argentina se tornasse um dos principais consumidores do produto. Com o crescimento das exportações e para o escoamento do produto,

[...] a Companhia Mate Laranjeira (CML) passou a investir na formação de uma vasta infraestrutura da extração e transportes. Como resultado desses investimentos que se estenderam pelas décadas seguintes, ela veio a possuir seus próprios portos fluviais, estradas de terra e até mesmo dois trechos de ferrovia do tipo *Decauville*, além de instalações próprias para construção e reparação de veículos de tração animal e de embarcações fluviais [...] (QUEIROZ, 2010, p. 81).

Como vimos, o SMT foi considerado, durante certo período, apenas um lugar de passagem que ligava o Sudeste com o Norte. Enquanto tinha esse papel, os interesses econômicos e políticos na região eram muito limitados, fator esse que fez com que o SMT

levasse um tempo para ser colonizado. Os interesses em colonizar o SMT surgiram com o fim da Guerra do Paraguai, principalmente quando a Companhia Mate Laranjeira passou atuar na região. A empresa trouxe inúmeros imigrantes para região, uma vez que

Para fazer funcionar todo esse aparato, a empresa chegou a mobilizar milhares de trabalhadores, dentre os quais a maioria era constituída pelos chamados *mineiros*, isto é, aqueles empregados na coleta da erva executada no interior das matas – contingente esse formado por indígenas e principalmente por paraguaios, que migravam para o SMT ou eram recrutados diretamente no interior do Paraguai (QUEIROZ, 2010, p. 81).

Embora a CML tenha tido um papel fundamental no povoamento do Sul de Mato Grosso, deve-se destacar que muito antes dela atuar nessa região já havia iniciado um processo de colonização. Queiroz, em um de seus trabalhos procurou destacar “[...] que desde a primeira metade do século XIX, o SMT passara a acolher novos povoadores, vindos sobretudo do sudeste brasileiro, num movimento típico do fenômeno conhecido como frente de expansão” (QUEIROZ, 2010, p. 83-84).

Deve-se destacar que: “esses povoadores dedicavam-se à pequena agricultura e à pecuária bovina [...]. Portanto, a presença desses outros atores criava, por assim dizer, um universo ‘paralelo’ à empresa, embora parcialmente vinculada a ela” (QUEIROZ, 2010, p. 84).

Como tudo tem começo, meio e fim, a CML não acabou de um dia para o outro, diversos fatores levaram ao fim da empresa. Pode-se destacar, primeiramente, a queda na exportação para a República da Argentina, um dos principais mercados consumidores do produto.

O segundo fator foi que a empresa dificultava a entrada de migrantes na região, assim, “além de impedir a entrada de posseiros em seus domínios, a Companhia atuava como um tampão para a subida de migrantes oriundos do sul do país” (LENHARO, 1986, p. 64). Esse fator fez com que, a partir da década de 1930, a história da CML passasse a tomar novos rumos, pois com a “[...] chegada da era Vargas, dava-se início à política nacionalista que, segundo Getúlio, imprimiria novos rumos para o Brasil. Tal política atingiria a Matte muito perto [...]” (BIANCHINI, 2000, p. 199).

A política de Vargas passou, então, a atacar a Matte porque a empresa poderia atrapalhar os planos de ocupação do Centro-Oeste, já que ocupava boa parte das terras ricas e agricultáveis, impedindo a política de colonização. Dessa forma, “finalmente o cerco à Matte

Laranjeira foi apertado; os contratos de arrendamento não foram renovados [...]” (LENHARO, 1986, p. 66).

1.3 Frentes Pioneiras/Frentes de Expansão

Para pesquisar as fronteiras¹⁰ é importante que se entenda como se deu o processo de colonização/ocupação da região estudada. Em seu artigo “O retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”, o sociólogo José de Souza Martins nos leva a refletir sobre os diferentes tempos históricos, de diferentes personagens que habitam o espaço da fronteira: muitas vezes, os tempos históricos não são os mesmos para os sujeitos que habitam essas regiões. Para o autor, “a História do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (MARTINS, 1996, p. 26).

Os pesquisadores que trabalham a ocupação das fronteiras ou dos “espaços vazios” se deparam com duas concepções diferentes: a Frente Pioneira¹¹ e a Frente de Expansão. Primeiramente, para que possamos nos aprofundar e compreender essas concepções, devemos entender como elas surgiram. É importante ressaltar que “os geógrafos, desde os anos 40, importaram a designação de Zona Pioneira para nomeá-la, outras vezes referindo-se a ela como frente pioneira” (MARTINS, 1996, p. 27). Já os antropólogos denominaram “essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado como frentes de expansão” (MARTINS, 1996, p. 27).

Essa segunda concepção denominada de “Frente de Expansão” foi formulada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, para quem

ela expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante, o pequeno agricultor moderno e empreendedor (MARTINS, 1996, p. 28).

¹⁰ Na Europa, a palavra “*frontier*” significa o limite político que separa dois países vizinhos. Nos Estados Unidos, entretanto, o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: “Passou a significar o limite da zona povoada” (WAIBEL, 1955, p. 390). Neste texto, adota-se o conceito de fronteira utilizado pelos estadunidenses.

¹¹ A expressão “pioneiro” tem origem militar e significa “escoteiro”, “batedor”. Nos Estados Unidos, porém, esta palavra foi empregada em um sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que com isso promove o deslocamento da “fronteira” sertão adentro (WAIBEL, 1955, p. 390).

A concepção de frente de expansão formulada pelos antropólogos foi uma resposta aos geógrafos, que haviam elaborado o conceito de frente pioneira, pois, muitas vezes, os espaços onde se desenvolveram as frentes pioneiras já eram habitados por povos indígenas ou outros povos que chegaram para ocupar as fronteiras e que não se enquadravam como fazendeiros ou empresários, como era posto pelos geógrafos. Sendo assim, “ele [o antropólogo] inclui nessa definição as populações pobres, rotineiras, não indígenas ou mestiças [...] (MARTINS, 1996, p. 28). Embora essas concepções tenham sido expostas por áreas diferentes, devemos ter bem claro que:

Quando difundiram no Brasil a expressão “frente pioneira”, os geógrafos mal viam os índios no cenário construído por seu olhar dirigido. Monbeig define os índios alcançados (e massacrados) pela frente pioneira no oeste de São Paulo, como *precursores* dessa mesma frente, como se estivessem ali transitoriamente, à espera da civilização que acabaria com eles. A ênfase original de suas análises estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela construção das ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como o café e o algodão (MARTINS, 1996, p. 28).

Essas concepções elaboradas por geógrafos e antropólogos para a realização do estudo das fronteiras são apenas formas diferentes de vê-las. Porém, é necessário se ter bem claras as definições específicas para que possamos utilizá-las de forma adequada.

As diferentes formas de vivenciar a fronteira não são pautadas pelo viés econômico, mas pelo viés social. Cada sujeito que a habita vive a fronteira de forma diferente. Cada sujeito traz consigo seus interesses sociais e/ou econômicos em habitar o espaço da fronteira porque cada sujeito vive um tempo histórico diferente por ser único e exclusivo. Assim, o autor mostra que, para estudar as fronteiras, não se pode olhar para as concepções de Frente Pioneira ou Frente de Expansão e estudá-las de forma isolada. Martins deixa bem claro que

[...] é um instrumento útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade, quando destaca a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira e permite estudar a sua diversidade histórica não só como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na história (MARTINS, 1996, p. 32).

Embora seja importante que esses conceitos sejam estudados juntos, como bem ressaltou o sociólogo José Martins de Souza, esta pesquisa irá adotar a concepção de Frente Pioneira, uma vez que, de acordo com as informações levantadas, não há indícios de que as

colonizadoras das áreas onde hoje estão localizados os municípios de Batayporã e Nova Andradina tenham enfrentado embates com tribos indígenas ou outros povos. Como explica Darcy Ribeiro, em obra citada acima, esses embates ocorreram com os primeiros colonizadores não indígenas/fazendeiros que chegaram a essa região nas primeiras décadas do século XX. Assim, podemos perceber que essa região não refletiu apenas o processo econômico das Frentes Pioneiras, mas foi palco do que se denomina de Frentes de Expansão, pois, como bem salienta Martins,

O conjunto da informação histórica que hoje se tem sobre a frente de expansão e a frente pioneira sugere que a primeira foi a forma característica de ocupação do território durante um longo período. Começou a declinar com a chamada Marcha para Oeste, em 1943, e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre os territórios novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão. Tipicamente a frente de expansão foi construída de populações ricas e pobres que se deslocavam em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas [...]. E mesmo agricultores. Levaram consigo seus trabalhadores, agregados sujeitos a formas de dominação pessoal e de exploração apoiadas no endividamento e na coação (MARTINS, 1996, p. 43).

É nesse contexto histórico da Marcha para Oeste que os responsáveis pela colonização da região do Vale do Ivinhema, como a Companhia de “Viação São Paulo-Mato Grosso” e “Moura Andrade & Cia.”, estão inseridos. Essas colonizadoras se encaixam na concepção das Frentes Pioneiras, pois elas se movem “pelos interesses imobiliários do grande capital” (MARTINS, 1996, p. 44). Martins ressalta:

[...] ainda que os geógrafos tenham acentuado a importância da urbanização, das modernas vias de comunicação, dos empreendimentos econômicos modernos, da mentalidade moderna, sugeriram com razão a precedência dos fatores econômicos no deslocamento da frente pioneira, o principal dos quais, sem dúvida, a conversão da terra em mercadoria (MARTINS, 1996, p. 47).

Busca-se, portanto, neste trabalho, olhar para a concepção da Frente Pioneira elaborada pelos geógrafos na década de 1950 e que explica o surgimento da urbanização e a conversão da terra em mercadoria – as duas principais atividades que essas colonizadoras efetivaram nas regiões colonizadas. Para o geógrafo Leo Waibel, a Zona Pioneira só acontece quando “o pioneiro procura não só expandir o povoamento espacial, mas também procura intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida” (WAIBEL, 1955, p. 391). Para Waibel,

De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próxima e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um “boom” ou “rush”. Então, os preços das terras se elevam vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população (WAIBEL, 1955, p. 392).

É visível que a Região do Vale do Ivinhema, principalmente os municípios de Batayporã e Nova Andradina, foram alvos da Zona Pioneira no Brasil, pois, após a chegada das colonizadoras, inúmeras pessoas migraram para a região em busca de um pedaço de terra e de uma vida melhor. Os preços das terras foram aumentando cada vez mais e em poucos anos as cidades apareceram.

1.4 A nação em marcha para o Oeste

O historiador Alcir Lenharo fez toda a sua tese de doutoramento baseado no tema da colonização, principalmente no que se refere à década de 1930. Para Lenharo, “no bojo dessa tendência é que se ampliam as discussões e viceja uma política de colonização marcada pela conquista territorial e integração espacial do país” (LENHARO, 1986a, p. 13). A década de 1930 foi fortemente marcada pelas campanhas do então presidente Getúlio Vargas, que tinha como finalidade ocupar os “Espaços Vazios”. Para isso, Vargas criou uma

[...] estratégia de propaganda armada sobre o slogan da Marcha para o Oeste visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsável por ela (LENHARO, 1986a, p. 14).

Durante seu governo, Getúlio Vargas fez uso de estratégias que inúmeros outros governantes também utilizaram ao longo da história para promover a própria imagem. Foi por meio da propaganda que Vargas lançou sua mensagem para o povo brasileiro, incitando-o a construir uma “nação”, pois, como afirma Lenharo, “[...] a grande organização burocrática mostrou-se portadora de mais um novo e poderoso componente do poder – a máquina de propaganda” (LENHARO, 1986b, p. 38).

No período denominado Estado Novo, o rádio foi muito utilizado pelo ditador por alcançar ouvintes em grande escala, entrando na casa de inúmeros brasileiros, uma vez que boa parte da população tinha aparelhos de rádio em casa. Vargas promoveu, então, sua propaganda por meio dele, já que “[...] o rádio servia, eficazmente, para se espalhar a imagem onipresente de Vargas por todo país” (LENHARO, 1986b, p. 42).

É importante lembrar que durante o Estado Novo surgiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela difusão de propaganda e imagem do presidente e também por controlar as notícias e censurá-las. Não foi diferente com a “Marcha para o Oeste”:

A “cruzada” da Marcha para o Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constitui um precioso exemplo dessa fabricação de imagens. Elaborada crucialmente na virada do ano de 38, pouco depois do golpe, e retrabalhada cuidadosamente nos anos seguintes a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da nação que caminha pelas próprias forças em busca de concretização (LENHARO, 1986b, p. 55-56).

Vargas utilizou-se, ainda, de inúmeros meios para promover a campanha de colonização, recrutando um dos compositores mais renomados da época, Villa-Lobos, que teve participação na composição “Marcha para Oeste”, de 1938, com letra de Sá Roris (LENHARO, 1986b, p. 60). Villa-Lobos participou na composição de inúmeras músicas que exaltavam e faziam propaganda do regime. Nesse período, surgiu até mesmo uma marchinha para o carnaval de 1939, de autoria de João de Barro e Alberto Ribeiro: “Marcha para o Oeste” (LENHARO, 1986b, p. 73).

Assim, brasileiros cada vez mais envolvidos com a propaganda varguista passavam a saber do então Sul de Mato Grosso e se instalavam nessas áreas ditas “ainda não colonizadas”. Boa parte veio por interesses econômicos; outros tantos, em busca de um pedaço de terra, influenciados pela propaganda promovida pelo governo.

Segundo Lenharo, o então presidente chegava à população brasileira através dos pronunciamentos em que expressava uma de suas maiores preocupações: que a população brasileira deixasse suas terras na zona rural para morar na cidade e que isso causasse um desequilíbrio para o Estado. Em uma análise sobre os pronunciamentos de Vargas, Lenharo afirma que

a ideia de desequilíbrio também é muito bem posta; de fato o êxodo rural em massa deterioraria o valor do trabalho urbano e ameaçaria os níveis de consumo da população trabalhadora, fundamentais à produção industrial; desequilíbrio e problema também se o êxodo estancasse de vez, cortando o

suprimento da mão de obra para a indústria, numa época em que a imigração estrangeira baixava a níveis quase inteiramente negativos (LENHARO, 1986a, p. 14).

É visível que Vargas tinha inúmeros problemas para solucionar. Além de procurar conter o êxodo rural, seu maior interesse era fazer com que houvesse uma grande ocupação dos espaços ditos “vazios”. Para que isso acontecesse, era necessário “armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade de modo a que ela, lentamente, corresse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia” (LENHARO, 1986a, p. 21).

Para instituir esse plano político, Vargas utilizava metáforas em seus discursos. Uma delas era a expressão “ilhas de prosperidade”, para se referir às terras férteis desocupadas ou centradas nas mãos de grandes latifundiários. Para Vargas, era necessário ocupar essas áreas despovoadas; sua intenção era resolver os problemas de mercados do país por meio da instalação das pequenas propriedades. Sendo assim, para que as grandes propriedades fossem desocupadas e a pequena propriedade fosse instaurada, algumas “empresas compravam terras cansadas e as revendiam em lotes a pequenos lavradores” (1986a, p. 32).

O Estado Novo ficou marcado pela colonização no Brasil, timbrou marcas indeléveis no processo de ocupação do País. É nítida a política de criação das Colônias Agrícolas Nacionais em algumas regiões brasileiras; foram as primeiras iniciativas de colonização dos Espaços ditos “vazios”. Segundo Lenharo, “a criação das colônias agrícolas nacionais constituiu um momento de uma escala política colonizadora, que começou a ser pensada após a famosa proclamação da ‘Marcha para o Oeste’” (LENHARO, 1986a, p. 50).

No ano de 1941, por meio do Decreto-Lei nº 3.059, foram criadas as primeiras Colônias Agrícolas Nacionais nas terras que pertenciam à união, espalhadas em diversas áreas do País. Esses “núcleos agrícolas, granjas modelo e núcleos agroindustriais foram sendo criados para minorar o problema do abastecimento urbano; eram estratégicos para o conjunto da política social-trabalhista do regime, principalmente no caso da cidade do Rio de Janeiro” (LENHARO, 1986a, p. 52).

Como exposto acima, as Colônias Agrícolas foram criadas na tentativa de resolver os problemas internos do país, nomeadamente o abastecimento urbano e o emprego para a população mais pobre do país. Era necessário, portanto, desenvolver uma política de colonização que pudesse solucionar ambos os problemas.

Dessa forma, com o surgimento das Colônias Agrícolas Nacionais, os colonos recebiam, além de terras, outras inúmeras vantagens – embora quem quisesse permanecer nas

colônias tinha a obrigação cumprir uma série de normas, sob pena de ser despossado. Deve-se ressaltar que

o Estado Novo não conseguiu explorar como queria o investimento político que fizera sobre sua colonização na Amazônia e no Oeste. Até 1945, os trabalhos pouco avançaram, devido a enormes dificuldades materiais para o preparo das colônias e instalação dos trabalhadores (LENHARO, 1986a, p. 55).

O Estado não conseguiu atingir seus objetivos da maneira como estavam impressos nos projetos de colonização. Consequentemente, algumas das Colônias Nacionais criadas pelo governo federal não se desenvolveram da forma que Estado havia planejado. Algumas fracassaram pela falta de trabalhadores e outras, pela falta de recursos financeiros. Assim,

Grandes companhias colonizadoras começaram a especular febrilmente com a terra que muito valorizava após a implantação dos núcleos pioneiros. Desta maneira, a forma de colonizar predominante voltou para a “colonização econômica” dirigida para o lucro das companhias particulares, à qual o Estado Novo teoricamente se opunha, e da qual os “liberais” jamais se afastaram. O seu jeito de gerar e acumular capital manteve-se, portanto, vitorioso (LENHARO, 1986a, p. 57).

Com o não sucesso de algumas das Colônias Agrícolas Nacionais, grandes companhias colonizadoras – como a “Viação São Paulo-Mato Grosso”, responsável pela colonização do município de Batayporã, e a Moura Andrade & Cia, responsável pela colonização de Nova Andradina – passaram a investir fortemente na colonização privada e tiveram, de certa forma, um papel “indiretamente” fundamental para que a nação colonizasse para o Oeste.

1.5 Os empreendimentos da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso

Muitos anos antes de efetuar os primeiros empreendimentos da colonização da então vila de Batayporã, a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso (CVSPMT) já vinha atuando em outros empreendimentos no Oeste do Estado de São Paulo e no Sul do Estado de Mato Grosso. Pesquisas realizadas recentemente por José Carlos Ziliani e Juliana Sanches Bonfim mostram como se deram os diversos períodos da CVSPMT. No primeiro período da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso, entre 1908 e 1927, quando ainda se chamava

Diederichsen & Tibiriçá¹², a empresa empreendeu suas primeiras atividades colonizadoras através da abertura de estrada.

Do lado paulista, para a construção de estrada, Francisco Tibiriçá associou-se a Arthur Diederichsen, proprietário de grandes fazendas de café em Ribeirão Preto, e, para tal fim, formaram uma empresa a firma Diederichsen & Tibiriçá, que, por sua vez, também serviu de instrumento para a requisição de terras devolutas na região da Alta Sorocaba. Francisco Tibiriçá se encarregaria da abertura da estrada do lado mato-grossense e da instalação da gerência do Porto Tibiriçá, ficando a cargo de Arthur Diederichsen a abertura da estrada do oeste paulista (ZILIANI, 2010, p. 79).

Com a sociedade, esses dois empresários tinham o interesse de diminuir as distâncias por meio da construção de estradas boiadeiras e também “gerar lucros com a travessia do gado bovino do Sul de Mato Grosso para o Oeste Paulista” (BONFIM, 2009, p.76). Deve-se ressaltar que antes de Francisco Tibiriçá começar a abrir estradas no lado mato-grossense, alguns empresários já haviam feito tentativas nesse sentido, algumas com êxito e outras sem. O senhor Manuel da Costa Lima, conhecido também como Major Cecílio, por ser um grande criador de gado, tinha interesse na abertura de estrada e, em 1902, recebeu concessão do Estado de Mato Grosso para fazê-lo (BONFIM, 2009, p. 75; ZILIANI, 2010, p. 76, 77, 78).

Após alguns anos, a Francisco Tibiriçá se deparou com o Major Cecílio na abertura de estradas e, para evitarem maiores conflitos, entraram em um “possível” acordo: o Major Cecílio vendeu a firma para Francisco Tibiriçá e Arthur Diederichsen, que passaram a deter a concessão e tudo que havia sido construído no Sul de Mato Grosso (BONFIM, 2009, p. 77; ZILIANI, 2010, p. 80).

Após a compra da firma de Major Cecílio, em 1907, a empresa aumentou ainda mais seus empreendimentos. É possível que tenha sido a partir dessa compra que a empresa decidiu mudar sua razão social e, no ano seguinte, passou a se chamar Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso (BONFIM, 2009, p. 78; ZILIANI, 2010, p. 80).

Durante esse primeiro período, portanto, a empresa de colonização foi responsável apenas pela abertura de estradas e portos (no Rio Paraná) ligando o Estado de São Paulo com o de Mato Grosso. Foi também durante esse período que as colonizadoras se mobilizavam para promover, com infraestruturas da “modernidade”, a colonização daquelas áreas, potencializando o valor delas. “Para aquele início de século, o grande ícone potencializador do “progresso” e da “modernidade” era a ferrovia, mas também estradas de rodagem” (ZILIANI, 2010, p. 92).

¹² A firma Diederichsen & Tibiriçá surge no ano de 1905, depois que Francisco Tibiriçá estabeleceu parceria com Arthur Diederichsen (BONFIM, 2009, p. 76).

Com os avanços das Frentes de Expansão, cresceu o número de estradas que ligavam os dois Estados, o que permitiu a chegada do dito “progresso” trazido pelo processo de colonização. Com isso, os preços das terras passaram a crescer vertiginosamente. Porém, a partir de 1921, a empresa passou a enfrentar uma crise. Segundo Ziliani, “o anúncio de tal crise significou que os referidos ‘negócios em Mato Grosso’, que estavam representados pelas operações de navegação, pousos de boiadas e travessia de gado, estavam parados” (2010, p. 94). Com esse período de instabilidades financeiras, a companhia foi “vendida a um capitalista alemão Henrich Sloman” (BONFIM, 2009, p. 96).

Em sua tese de doutoramento, Ziliani caracterizou a fase após a venda da companhia para Henrich Sloman, entre 1927 e 1941, como o segundo período da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso, marcado fortemente pela exploração da navegação no rio Paraná e seus afluentes – embora inúmeras outras atividades continuassem sendo desenvolvidas pela empresa.

Devemos entender que, embora tivesse a concessão para explorar o Rio Paraná desde o primeiro período, a empresa não prestou serviços de utilidade pública naquele momento e a navegação atendia apenas seus interesses particulares. Como já foi mencionado anteriormente, a CVSPMT realizou empreendimentos de navegação com a travessia de bois do Sul de Mato Grosso para o Oeste Paulista através do Rio Paraná.

Segundo Ziliani, “no período anterior, a navegação funcionou apenas para atender aos interesses da Companhia, não existindo um plano estratégico para a sua exploração enquanto um serviço de utilidade pública, com roteiros regulares entre os portos, apesar de concessão para tal fim” (2010, p. 100).

Em função desses empreendimentos já realizados no primeiro período, a Companhia era detentora de certa infraestrutura náutica.

A CPVSPMT mantinha, em porto Tibiriçá, a estrutura necessária para atender as demandas da travessia de boiadas vindas de Mato Grosso, bem como, naqueles anos, os negócios de navegação, incluindo um estaleiro para a fabricação de vapores e oficina de todo o material em operação (ZILIANI, 2010, p. 101).

Entretanto, a infraestrutura utilizada no primeiro momento não era suficiente para que a companhia prestasse os serviços de utilidade pública com grande precisão. O contrato para navegação foi firmado em 1923, mas somente a partir de 1927 é “[...] que a CVSPMT direcionou seus negócios para a exploração mais sistemática daquilo que já estava legalizado,

sob a forma de concessões oficiais para a exploração da navegação no Rio Paraná e seus afluentes” (ZILIANI, 2010, p. 108).

O autor relata que os empreendimentos da navegação da CVSPMT, deveriam estar em sincronia com os horários dos trens.

A Companhia de Viação colocou em operação os seus vapores, com o estabelecimento de horários de funcionamento da Navegação no Rio Paraná e seus afluentes, como o Rio Pardo e Ivinhema, operando em tráfego mútuo com a Estrada de Ferro Sorocabana e demais estradas paulistas, de modo a atender aos passageiros que de Mato Grosso demandavam às cidades paulistas e, de outro lado, aqueles que, por vários motivos, dirigiam-se para Mato Grosso (ZILIANI, 2010, p. 108).

Devemos destacar também que, no segundo período, a empresa desenvolveu atividades turísticas através de seus vapores.

Após chegarem ao ponto terminal da Estrada de Ferro Sorocabana, na estação de Presidente Epitácio, os "turistas" dirigiam-se para o hotel que Companhia mantinha no local, ou dirigiam-se diretamente para o vapor que seguiria a viagem pelo Rio Paraná, o qual oferecia condições confortáveis de hospedagem (ZILIANI, 2010, p. 111).

As atividades de navegação empreendidas pela CVSPMT nesse segundo período só duraram 14 anos, pois desde o início elas foram subvencionadas apenas pelo governo do Estado de São Paulo. Deve-se ressaltar que

[...] as atividades de navegação apresentavam fortes sintomas de agonização, por falta das subvenções, às quais o Governo Vargas recusava-se a dar continuidade em concedê-las e ao mesmo tempo ameaçava com um valor satisfatório dos equipamentos de navegação e o principal: era uma atividade deficitária, num tempo em que as ferrovias e as estradas de rodagem representavam uma concorrência impossível de disputar posições (ZILIANI, 2010, p. 118).

Assim como Vargas barrou as atividades da Matte Laranjeira, o então presidente fez o mesmo com os empreendimentos de navegação da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso. Além disso, essas atividades de navegação não eram tão eficientes. Dessa forma, o governo de São Paulo realizou o corte de subvenções em 1941 e,

nos anos seguintes, o serviço de navegação no Rio Paraná e seus afluentes acabou sendo nacionalizado pelo Governo de Getúlio Vargas, que criou a estatal Companhia de Navegação da Bacia do Prata, mantendo os roteiros mais rentáveis, inclusive a linha turística até o porto de Guaíra e as Cataratas do Iguaçu (ZILIANI, 2010, p. 121).

Portanto, a partir do que foi exposto acima, pode-se afirmar que diversos fatores contribuíram para que a companhia abandonasse os empreendimentos de navegação. Foi nesse momento que o empresário tchecoslovaco Jan Antonin Bata adquiriu a CVSPMT, iniciando, assim, o que Ziliani caracteriza como terceiro período da empresa (1941 a 1963).

É preciso apresentar, minimamente, esse personagem que foi responsável pelo processo de colonização de várias cidades, tanto no Oeste Paulista quanto no Sul de Mato Grosso. Jan Antonin Bata era dono da “Bata S.A.” uma das maiores empresas calçadistas do mundo localizada em Zlín, na então Tchécoslováquia.

A principal fonte utilizada para fazer um breve apanhado biográfico acerca desse personagem é um livreto¹³ que, embora escrito por dois memorialistas sem grandes pretensões historiográficas, contribui para uma melhor compreensão acerca da história de Jan Antonin Bata e até mesmo da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso.

Jan Antonin Bata, nasceu em Uherské Hradiste, na região da Morávia, atual República Tcheca, em 1898. Era irmão de Tomás Bata, dono de uma fábrica de calçados, localizada em Zlín, na então Tchécoslováquia. Deve-se ressaltar que “a organização Mundial Bata teve a sua gênese em uma produção artesanal de calçados da família Bata, que passou a se constituir como empresa industrial no início do século XX” (ZILIANI, 2010, p. 159). Após alguns anos, a Bata S.A. se tornou uma das maiores empresas calçadistas do mundo. Com a intenção de ajudar seu irmão, Jan Antonin Bata apoiou a expansão da empresa para outros países. “Assim são lançados os planos para a construção de fábricas na Alemanha, Iugoslávia, Polônia e Índia” (ARAMBASIC & SILVA, 2003, p. 24).

Tomás, já com alguns problemas de saúde, resolve passar a empresa para o nome de Jan Antonin Bata, que ficou à frente dos negócios – sempre com o auxílio de Tomás. Então, “no dia 12 de julho de 1932, [...] o avião de Tomás sofrera uma pane no momento da decolagem” (ARAMBASIC & SILVA, 2003, p. 25), resultando em um acidente que matou os dois ocupantes, Tomás e o piloto.

A empresa, que já vivia um período muito próspero, continuou ampliando seu capital não só na Tchécoslováquia, mas em diversos países da Europa – mesmo após a morte de Tomás. Essa prosperidade da empresa acabou gerando um sentimento de revolta entre alguns países. “Os alemães atacam com frequência a fábrica lá construída porque não admitem que

¹³ O livro “Passos tchecos em terras brasileiras” foi escrito por Dolores Ljiljana Bata Arambasic (neta de Jan Antonin Bata) e por Evandro Amaral Trachta (neto de Jindrich Trachta), ambos descendentes de tchecoslovacos. Embora se trate de uma obra de cunho memorialista, ela vem sendo utilizada em diversas pesquisas acadêmicas – dissertações e teses – pois traz relatos que possibilitam uma compreensão de alguns fatos acerca da vida de Jan Antonin Bata e da CVSPMT.

um tcheco tenha propriedade significativa na Alemanha. Falava-se que Bata é judeu [...]” (ARAMBASIC & SILVA, 2003, p. 29).

Antes de continuar essa discussão, é preciso falar minimamente sobre o contexto histórico naquele momento. Primeiramente, deve-se destacar que ainda se mantinham na Europa as tensões da Primeira Guerra Mundial (1914-1918); o mundo vivia o que denominamos hoje de “período entreguerras”. A empresa não sofreu ataques só da Alemanha, mas de diversos países, como França, Iugoslávia, Inglaterra e Holanda. Em diversos países, a Bata S.A. fechou as portas porque líderes políticos não sabiam ao certo qual era a nacionalidade de Jan Antonin Bata. Na Alemanha, por exemplo, falava-se que Bata era judeu. Por ser loiro, de olhos azuis e alto, os franceses achavam que ele era alemão. Com a chegada de Hitler ao poder na Alemanha, Bata passou a ser perseguido e suas empresas foram obrigadas a atender às exigências do exército alemão.

Com o fim da democracia na Alemanha, a fábrica lá construída é vendida para um industrial norueguês, mas autoridades alemãs não permitem que o dinheiro depositado em um banco alemão deixe o país. Tendo tomado conhecimento que uma empresa de colonização estabelecida no Brasil estava à venda, Jan se interessa em comprar as terras. E como essa empresa era de origem alemã, com o dinheiro da venda daquela fábrica, que ficara preso no Banco, Jan fecha o negócio, trocando assim as terras pelo dinheiro depositado na Alemanha. A compra das ações das empresas brasileiras Cia. de Viação São Paulo-Mato Grosso S.A. e Comercial Alto Paraná S.A. é paga com recursos da Bata A.S. Zlín através do Banco Transatlântico Alemão, agência da cidade de Olomouc, na Tchecoslováquia, por imposição dos invasores nazistas que já ocupam o território Tcheco (ARAMBASIC & SILVA, 2003, p. 32, 33).

É nesse contexto que tem início o terceiro período da CVSPMT, o mais importante para essa pesquisa por ser marcado pela abertura dos primeiros núcleos coloniais. As primeiras atividades de colonização da companhia foram realizadas no Oeste do Estado de São Paulo. O núcleo colonial de Mariápolis foi o primeiro fundado pela CVSPMT. Embora os primeiros empreendimentos ali tenham começado muito antes de Jan Antonin Bata adquirir a empresa, somente “a partir da década de 1940 é que se acelerou a formação dos núcleos de colonização para além do eixo ferroviário com suas estações” (ZILIANI, 2010, p. 134).

Para atrair mais interesse dos colonos à compra da terra das áreas colonizadas, a CVSPMT precisava ir muito além das construções das vias de acessos, como as estradas de rodagem. Era necessário superar todo tipo de obstáculo que tivesse no caminho, principalmente os naturais. No caso de Mariápolis,

A implantação inicial se deu a partir da formação da primeira fazenda, e para garantir o acesso e ligação de Mariápolis a Indiana e Presidente Prudente, este, o mais importante polo urbano da região naquele período, foi construída uma ponte sobre o Rio do Peixe, o que possibilitou o desencadeamento do processo de exploração de madeiras, a partir da derrubada das matas, ainda “virgens” (ZILIANI, 2010, p. 137).

Com uma certa infraestrutura, que permitia ligação com outros polos urbanos, os colonos se sentiam mais confiantes para adquirirem terras da colonizadora. Não precisou de muito tempo para que houvesse um “boom” na colonização e, assim, não demorou muito para que as frentes pioneiras avançassem. Em Mariápolis, “no mesmo ano de 1943, imediatamente após o levantamento topográfico da área, foi feita a divisão da mesma em pequenos lotes e a elaboração da planta do núcleo urbano. Iniciou-se a venda dos lotes da zona urbana” (ZILIANI, 2010, p. 137).

Em pouco tempo a empresa adentrou ainda mais o Oeste do Brasil: atravessou as fronteiras do Estado de São Paulo e passou a iniciar seus empreendimentos no sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. As dificuldades enfrentadas no processo de colonização da parte oeste do Brasil foram inúmeras, uma vez que toda a região ainda era composta de mata virgem.

O processo de colonização no núcleo colonial de Bataguassu foi iniciado ainda na década de 1940. Nesse período, além dos interesses econômicos, as empresas colonizadoras tinham o respaldo político do governo federal, que facilitava ainda mais o processo de colonização em função das campanhas denominadas de “Marcha Para o Oeste”, empreendidas pelo então Presidente Getúlio Vargas, como mencionado anteriormente. Com o fim da “Marcha Para o Oeste”, novos planos de colonização empreendidos pelo governo do Estado Novo fizeram com que grandes companhias colonizadoras passassem a colonizar as terras e fundassem novos núcleos coloniais. Entre casos como esse, pode-se destacar o de Bataguassu. Segundo Ziliani,

Pelos idos da década de 1940, estimulados pela “Marcha para o Oeste” do governo de Getúlio Vargas, através do projeto de colonização denominado Bataguassu, a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso realizou o loteamento, quando chegaram aproximadamente 100 (cem) imigrantes, vindos principalmente dos Estados do Nordeste e de São Paulo (ZILIANI, 2010, p. 140).

Embora as primeiras iniciativas de colonização, tais como a Frente de Expansão, já tivessem sido realizadas, Jan Antonin Bata, tinha intenção de instalar o núcleo colonial de Bataguassu às margens do Rio Pardo. Como o primeiro projeto, iniciado em 1948, não obteve

sucesso, “Jan Bata decide mudar o local de construção e escolhe a Gleba às margens dos rios Paraná e Pardo, e afluentes dos córregos Guassú e Sapé” (ARAMBASIC & SILVA, 2003, p. 57; ZILIANI, 2010, p. 141).

Como o núcleo colonial de Bataguassu estava localizado na margem direita dos rios Paraná e Pardo, a única ligação com o Oeste paulista, naquele momento, era através dos serviços de navegação feitos por balsas, que permitiam a travessia de um lado para o outro. Como já foi dito anteriormente, a colonizadora tinha interesse em facilitar a ligação entre as partes menos desenvolvidas dos núcleos coloniais e os lugares onde já havia certa infraestrutura. No caso de Bataguassu, o lugar mais próximo era Presidente Epitácio, localizado no Oeste Paulista.

Dessa forma, não demorou muito tempo para que fossem traçados os primeiros projetos de colonização da área onde seria efetivada a criação de Bataguassu. A perfuração de poço era uma das primeiras ações desenvolvidas na área onde se instalava o núcleo colonial, pois os primeiros empreendimentos de colonização só iniciavam depois de se encontrar água. Entretanto, “apesar de situado entre dois rios, Bataguassu não tem água. Após várias tentativas, finalmente a água foi encontrada a 90 metros de profundidade” (ARAMBASIC & SILVA, 2003, p. 57).

Com certa infraestrutura, a empresa iniciou o trabalho de divulgação das terras e os primeiros colonos adquiriram os lotes da CVSPMT. “O alqueire custava Cr\$ 1.200,00, o pagamento é 30% de entrada e o restante em 2 prestação anuais por 3 anos. No ano de 1949, 20.000 alqueires de terras já tinham sido vendidos” (ARAMBASIC & SILVA, 2003, p. 58).

Após a aquisição dos primeiros lotes, não demorou muito tempo para a chegada dos primeiros colonos. Assim, os sítios iam sendo colonizados e os terrenos onde seria instalada a cidade iam aos poucos sendo ocupados pelos novos moradores. Dessa forma, iniciava-se a construção das casas e, com alguma infraestrutura, chegavam novos avanços para o processo de urbanização. Onde a CVSPMT atuava, “serraria, água encanada, luz elétrica, dia a dia vão surgindo” (ARAMBASIC & SILVA, 2003, p. 60).

Logo após a colonização de Bataguassu, com interesse ainda de expandir seus projetos de colonização, Jan Antonin Bata acabou comprando, em 1940, uma outra área que ficava ainda mais no interior do então Estado de Mato Grosso. Assim, após percorrer aproximadamente 120 km de onde havia sido instalado o núcleo colonial de Bataguassu, chegaram a um local:

a Fazenda Samambaia era uma das grandes áreas de terras que a Companhia possuía no Estado de Mato Grosso, pertencente ao município de Entre Rios, hoje Batayporã. Os técnicos informaram que na fazenda existia grande quantidade de madeira e que a maioria dos terrenos estava coberta de matas virgens (ZILIANI, 2010, p. 143).

Embora as primeiras entradas para aquisições de terras de onde seria instalado o núcleo colonial de Batayporã tenham ocorrido em 1940, foi somente em 1953 que tiveram início as primeiras atividades colonizadoras de venda de terras onde seria instalado esse novo núcleo. Como de costume, antes de iniciar a colonização, a empresa colonizadora tinha de dar condições mínimas para o colono e – lembrando as dificuldades em Bataguassu – não iniciavam nenhum empreendimento colonizador até que se encontrasse água.

Depois de definir o lugar onde se edificaria a próxima colônia, o primeiro passo foi a busca incessante por água. Assim, “iniciou-se a prospecção para o primeiro poço: 60 metros. Durante a noite um enorme estrondo assustou o grupo da expedição acampada. O poço havia afundado 5 metros e estava cheio de água” (ARAMBASIC & SILVA, 2003, p. 66).

Água encontrada, iniciaram-se os primeiros trabalhos de derrubada da mata e de demarcação dos terrenos. Junto com os funcionários vieram os primeiros interessados em adquirir terras da Companhia de Viação. Devemos destacar que os primeiros sítios a serem demarcados e vendidos estavam localizados na zona rural, local conhecido como Bairro Alegria. Nesse processo de exploração da região,

[...] falando-se sobre água, comentou-se como a água da região era boa. A um índio que ajudava nas picadas, Vladimir Kubik [funcionário da CVSPMT] perguntou como se dizia “água boa” no idioma guarani. “Y = água, porã = boa”. Respondeu o índio. Perguntado a respeito Jan Bata aprovou o nome Batayporã = Bata de água boa. E assim se deu o nome daquele lugar de água e terra boa (ARAMBASIC & SILVA, 2003, p. 66, grifos nossos).

1.6 “É no sofrimento que a gente cresce”: A colonização do distrito de Batayporã

De forma muito sucinta, explicou-se como foram efetivados alguns núcleos coloniais empreendidos pela CVSPMT. A partir de agora, será tratada mais atenta e detalhadamente a forma como se deu a colonização do núcleo colonial de Batayporã, a partir do qual surgiu o distrito que, anos mais tarde, se desmembrou para formar o município de Batayporã.

Para reconstruir o processo de colonização do então distrito de Batayporã, utiliza-se como fonte nesse primeiro momento, o relato das pessoas que vivenciaram esse processo de colonização e que narram as experiências na construção desse distrito. Esse processo de reconstituição do passado só se tornou possível graças às lembranças ainda guardadas na memória dos primeiros colonos e que acabam sendo externadas por meio de suas narrativas. Ao relacionar a importância da memória com o espaço, o historiador Gilmar Arruda, em sua obra *Cidades e Sertões*, afirma que “o conceito de memória é importante, pois permite analisar as representações produzidas como resultado de uma experiência concreta e de desejos existentes sobre um espaço geográfico” (ARRUDA, 2000, p. 41).

Deve-se deixar bem claro que, para realizar esse trabalho com a história oral, fizeram-se necessárias as memórias, as lembranças de cada uma dessas pessoas, principalmente nesse processo de reconstrução. Sem essa metodologia, não poderíamos captar os desejos dos primeiros moradores ao chegarem ao então distrito de Batayporã. Segundo o sociólogo Maurice Halbwachs, em sua obra *Memória Coletiva*,

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. Certamente, que se através da memória éramos colocados em contato diretamente com alguma de nossas antigas impressões, a lembrança se distinguiria, por definição, dessas ideias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma ideia do que foi o nosso passado (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Esse processo de reconstrução da colonização do então distrito de Batayporã se faz necessário porque, embora já tenham sido realizados alguns trabalhos acerca da CVSPMT, apenas a dissertação de mestrado produzida por Juliana Sanches Bonfim deu atenção para o papel dos colonos – e, ainda assim, de forma muito sucinta. Em contrapartida, existe um livro de autoria de um escritor local que, sem se preocupar com os rigores acadêmicos, emprestou o seu ouvido e seu tempo aos colonizadores e aos colonos que se disponibilizaram a contar suas histórias. Essas histórias foram compiladas por Eurico Félix, em “*Causos de Batayporã*”. Esse livro e as entrevistas feitas pelo autor da pesquisa permitem que se entenda como os colonos e os colonizadores foram construindo o então distrito de Batayporã.

O processo de colonização do distrito de Batayporã não será abordado com base no que foi produzido academicamente, nem nos documentos elaborados pela empresa colonizadora. Essa reconstrução do processo de colonização será feita por meio das narrativas dos primeiros colonos, pois, na década de 1950, apostando em uma vida melhor, essas

peessoas trouxeram em suas bagagens sonhos e esperança de um novo começo. Valoriza-se o olhar a essas pessoas porque a qualquer momento essas lembranças podem desaparecer, pois

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são devidamente exteriores, então único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990, p. 70).

Dessa forma, para que essas lembranças não desapareçam, tomou-se a decisão de registrá-las nesse trabalho antes que essas pessoas acabem falecendo e, junto com elas, suas lembranças se percam. A história do processo de colonização será contada, portanto, dando voz a essas narrativas que sempre estiveram presentes no cotidiano dos batayporãenses, mas nunca foram ouvidas com a atenção devida.

Como vimos, a colonizadora despertava a atenção dos colonos para a aquisição dos lotes e dos terrenos. Para atraí-los para essa região, era necessário montar uma infraestrutura mínima, uma vez que o acesso a cidades já estruturadas ainda era difícil. Pode-se destacar a senhora Eunice Rodrigues Mustafá. Os munícipes sabem que ela foi a primeira professora do município, mas poucos sabem que ela foi também uma das primeiras moradoras. De acordo com suas narrativas, coletadas em 2010 em sua residência, Eunice Mustafá morava com seus pais no município de Mariópolis, Estado de São Paulo, e se mudou para o então distrito de Batayporã em 1954, após se casar com o senhor José Mustafá. Deve-se ressaltar que eles só vieram após seu sogro adquirir um sítio da CVSPMT. Embora Mustafá não tenha narrado na entrevista ao autor desta pesquisa a chegada dos primeiros moradores, um dos contos do livro *Causos de Batayporã* narra a chegada dos sogros da senhora Eunice e das primeiras pessoas que vinham para adquirir terras da colonizadora.

[...] quando o velho Mamede chegou aqui, vindo do Estado de São Paulo, mais precisamente de Mariópolis, com sua esposa, Dona Antônia e duas filhas, pararam às margens do ribeirão Esperança. Um mês depois veio o Zé Mustafá [...]. Algum tempo depois, apareceu Ataliba Ramos. As pessoas interessadas em comprar terra vinham em cima de caminhão, onde colocavam-se tábuas em bancos improvisados. Quando os interessados em comprar chegavam, iam ao rancho do velho Mamede, que era grande, comprido aberto dos lados. Dona Antônia era quem fazia a comida prá todos. Daí alguém ia mostrar os lotes (FÉLIX, 1992, p. 17).

Embora esse livro esteja muito longe da metodologia da história oral, ele acabou sendo utilizado nesse trabalho porque Félix procurou escutar atentamente essas histórias que eram

contadas pelos próprios moradores. Como muitos deles já não se fazem presente, o livro é utilizado para preencher as lacunas que existem nas falas dos entrevistados.

Embora não apareça o nome de Dona Eunice, é no contexto relatado na citação acima que se deu sua chegada. Seu esposo José Mustafá, conhecido também como Zé Mustafá, veio para Batayporã com a intenção de acompanhar seus pais. Em suas narrativas, a senhora Mustafá, afirmou que:

os pai dele José Mustafá vieram para cá, né daí então ele veio porque os pais dele já eram de idade e com duas menina pequena. Então ele era o único filho que estava em casa. Ele falava que não queria deixar os pais dele sozinho, já eram de idade, né já tinham um pouco de idade né (MUSTAFÁ, 2010).

Comparando as duas citações, pode-se perceber que os sogros de Dona Eunice estavam entre os primeiros moradores a chegarem após a adquirir lotes de terras da CVSPMT. Depois deles, começaram a chegar mais colonos que vinham de diversas regiões do país, mas principalmente do Oeste Paulista, interessados em adquirir terras da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso. Embora o livreto “Passos tchecos em terras brasileiras” relate que a colonizadora dava infraestrutura mínima aos colonos, pelas citações acima pode-se perceber que essa infraestrutura nem existia, uma vez que não havia lugares para hospedagem ou para alimentação. Havia apenas a casa de alguns moradores, como a de seu Mamede, que acabou se tornando um lugar de apoio às pessoas que vinham para adquirir terras ali. Eunice Mustafá tinha apenas dezenove anos e, por ser uma das primeiras moradoras, é possível perceber, através de suas narrativas, como era Batayporã no início da colonização:

A cidade não existia. A gente morava lá onde é a lagoa do sapo hoje, e ali tinha um trilho que subia aqui ó, onde é a avenida Mato Grosso. Esse trilho vinha aqui, era puro sape, sapezal sabe, então a gente vinha por aquele trilho e saía ali onde é o cemitério. Lá já tinha gente enterrada lá no cemitério, tinha uma cruz lá e tinha umas pessoas enterradas, porque a gente ia para o sitio do meu sogro por ali. A gente virava pra lá às direitas passava em frente à casa do seu Sebastião Enz e saía lá no sitio do meu sogro. A gente ia por aqui, mas não tinha rua, não tinha nada, só tinha a casa da Dona Marina, do seu Henrique e a nossa do outro lado. Nossa, quando eu cheguei aqui, a dona Marina já estava aqui. Dona Marina foi mais primeiro do que eu ainda. É porque ele [Henrique Trachta] era o gerente da Companhia. Ele que comprava os terrenos, então eles vieram bem primeiro do que eu [...] (MUSTAFÁ, 2010).

Em suas narrativas, é perceptível a sensação de que a cidade não existia. A princípio, não tinha “nada” onde ela e sua família moravam, além da casa da família do senhor Henrique Trachta, gerente da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso. A avenida que se chamava

“Mato Grosso” hoje em dia leva o nome da sogra de dona Eunice, Antonia Spinosa Mustafá, já falecida. É possível perceber também que nos arredores da cidade havia sítios habitados por famílias como a do senhor Sebastião Enz.

Dona Eunice conta que no início não havia comerciantes, então o senhor Adélio, que vinha trazer o pessoal do Estado de São Paulo para comprar terras, recebia encomendas de tudo o que era necessário, como material escolar, por exemplo. Adélio trazia a mercadoria de São Paulo. Depois dele, chegou o senhor José Antônio, já falecido, que abriu uma casa de “secos e molhados” – ou empório – onde as pessoas passaram a fazer compras. Em determinados momentos, por mais que tenha dito que considerava Batayporã um lugar muito bom, dona Eunice deixou transparecer que sua chegada às terras do atual município foi muito dura, pois vinha de uma cidade já estruturada.

[...] a minha chegada que foi feia. Quando eu cheguei aqui, que eu vi Batayporã, porque eu pensava que o mato era assim. Era o mato, mas embaixo era limpinho, você podia andar sabe, então eu achava, eu pensava assim, mas que romântico eu vou poder andar. Assim vai ser lindo. Quando eu cheguei aqui, que eu vi aquela tranqueira todo embaixo do mato, eu “vixi maria”, não tem quem anda aqui, isso não é nada romântico, mas é, eu não conhecia mato. Sabe, eu não sabia que jeito era uma mata. Mas eu gostei muito dessa experiência que eu tive, serviu muito para mim crescer, assim como pessoa, porque é no sofrimento que a gente cresce. A gente sofreu muito, passou muita necessidade das coisas. A gente queria comer uma fruta, não conseguia, não achava. “Ixi” tanta coisa que a gente gostava, a gente teve que abrir mão de tudo pra morar aqui. Eu achava que eu não ia ficar muito tempo aqui. Eu acho que não vou acostumar aqui, não. Mas eu tinha prometido pro meu pai, foi contra a vontade do meu pai. Eu falei não, eu tenho que ficar é aqui. Eu quis vim aqui, casá pra morar aqui. Eu tenho que ficar aqui. E com isso eu fui ficando, tô até hoje, envelheci aqui em Batayporã. É no sofrimento que a gente cresce¹⁴ (MUSTAFÁ, 2010).

É possível perceber nas diversas narrativas, mas de forma mais explícita nesta, que os colonos não tinham ideia de como seria o lugar onde iriam morar. Na citação acima, percebe-se que a representação da floresta construída no imaginário da senhora Mustafá é uma visão romanceada que provavelmente se baseia em livros ou filmes, ainda que o momento de sua chegada tenha sido muito “difícil” porque ela não tinha a noção de como era uma mata. Em suas narrativas, deixa transparecer que, como era recém-casada e estava indo para um local novo acompanhando seu marido, pensou que não teria muito a fazer. Ao chegar às terras de Batayporã, encontrou algo que não esperava encontrar: uma mata fechada onde

¹⁴ No decorrer do texto optou-se por usar a transcrição na íntegra, portanto, não foi feita nenhuma alteração na fala dos entrevistados.

mal dava para andar. É perceptível em sua fala que Mustafá tenha pensado várias vezes em voltar para Mariápolis, mas tinha dois fatores que provavelmente impediam seu retorno. O primeiro, ela deixa bem claro, é que seu pai não a receberia de volta, pois ela se casou contra a vontade dele. O segundo, embora não tenha deixado transparecer, era o amor que sentia por seu marido e, portanto, a vontade de permanecer junto dele. Assim, juntando esses dois fatores, Mustafá acabou ficando e envelhecendo em Batayporã.

Dona Antonia Mourão Cheirubim, entrevistada no dia 12 de novembro de 2010, era filha e irmã dos primeiros comerciantes da cidade. Seu pai, o senhor José Antônio Mourão, migrante português, após saber do então Sul de Mato Grosso por meio de um corretor de terras, resolveu vir de Adamantina, Estado de São Paulo, para Batayporã. Impressionado com o local, se mudou em 1957. De acordo com Antônia Cheirubim, “[a] gente veio pra cá desbravar esse sertão. A gente chegou aqui no início de 1957, onde havia, acho, umas 10 famílias na cidade”. Mourão iniciou com um pequeno armazém de “secos e molhados” e, após três anos, construiu um prédio maior, tornando-se o proprietário do maior armazém do distrito. Assim, as pessoas passaram a vir do Oeste do “[...] Estado do São Paulo, chegavam, gostavam do lugar era às vezes até cinco mudanças por dia na ‘cidade’, então isso foi muito gratificante, porque meu pai ele conseguiu evoluir bastante” (CHEIRUBIM, 2010).

Conforme os anos foram passando, a “febre” de colonizar o Sul de Mato Grosso se espalhou cada vez mais por diversas regiões do país e o número de pessoas interessadas em adquirir terras da CVSPMT crescia a cada dia que passava. Um dos principais motivos para esse interesse era “vir prô interior, conseguir terras quase de graça, na manha... era só de falar com os homens da Cia. Viação e eles demarcavam os lotes” (FÉLIX, 1992, p. 5).

Nos primeiros anos não havia muito o que fazer, até porque não tinha lugar para ir. Assim como dona Eunice e dona Antonia Mourão, a senhora Maria de Lourdes Alves Romeiro, entrevistada no dia 7 de outubro de 2010 em sua residência, veio para Batayporã ainda muito jovem. Migrou no ano de 1954 e começou a trabalhar na casa do senhor Henrique Trachta. Maria Romeiro ressaltou em suas narrativas o aspecto religioso da vida social da localidade e lembra que a primeira missa foi celebrada no dia 17 de setembro de 1954 pelo Frei Luiz.

Não tinha nem igreja aqui. Rezava a missa numa pensão, ela cedia uma sala para fazer um altar, mas isso era uma vez por mês ou cada dois mês. Quando o frei, era um frei, que o frei podia vim, fazia casamento, batizado. Até que fez uma igreja de madeira, no local onde hoje é a matriz mesmo, aí depois desmanchou a igreja e fez a matriz (ROMEIRO, 2010).

Por meio de suas lembranças, é possível perceber que a vida religiosa se fazia presente na vida dos colonos, embora não existisse um prédio que abrigasse a igreja católica, vinha um frei de fora para realizar missas, batizados e casamentos. No local da atual igreja matriz de Batayporã havia uma igrejinha de madeira. Deve-se ressaltar que o Frei Luiz era quem atendia toda a região e realizava seu transporte com um jipe. Quem narrou como foi realizada a construção da primeira igrejinha foi a D. Antônia Mourão Cheirubim. Em suas narrativas, ela afirmou que:

[...] a igreja não tinha, tinha a estrutura da igrejinha, mas não tinha, não estava pronta a igreja. Faltava porta, faltava janela, faltava os bancos, o altar. Isso foi no início, como não tinha serraria ainda no início, tava construindo a serraria do senhor Bata, mas não estava funcionando, aí meu pai tinha um caminhãozinho pôs a madeira, duas toras, em cima do caminhão, levou lá na Fazenda Gato Preto e lá serraram essa madeira e aí a comunidade – não foi só meu pai, a comunidade, que a gente era uma família, era de 10 a 15 família – aí fizeram a igrejinha, terminaram a igrejinha e a gente fazia a celebração na igrejinha. Aí o padre que rezava as missas aqui era o Frei Luis. Que até a comadre Ana Nunes ela era a encarregada de cuidar da parte assim do altar, de arrumar o altar, de lavar as toalhas, então ela levava as imagens ela tinha as imagens dela ela levava para a casa dela as imagens no dia da missa ela trazia e arrumava o altarzinho na igrejinha de tábua de madeira de chão batido [...]

Através de suas narrativas, foi possível perceber como e onde eram feitas as primeiras atividades religiosas. Também foi possível conhecer o processo para a construção da primeira igreja do município – embora já tivesse certa infraestrutura, ainda havia muito por fazer. O senhor José Antônio Mourão, pai de Cheirubim, sempre foi uma pessoa muito religiosa e fez o possível para que a igreja fosse edificada. Com a ajuda da senhora Ana Nunes, construiu a primeira “igrejinha de madeira e chão batido” (CHEIRUBIM, 2010).

Junto com os pioneiros, vinham suas famílias – mulheres e crianças. Essas pessoas vinham de cidades já estruturadas, com escolas, igrejas, comércio, casas e ruas. Em suas lembranças, a senhora Antônia Cheirubim afirma que:

gente sofreu muito, porque foi assim, um sofrimento muito grande porque Adamantina era uma cidade mais desenvolvida. A gente chegou aqui não tinha nada, era só sertão. Pra você ter uma ideia, a gente dava um grito em Batayporã e se ouvia o eco de tanta mata fechada.

Na fala de diversas entrevistadas, pode-se perceber que elas carregam em seus discursos a palavra “sofrimento”. Entende-se que esse sofrimento esteja relacionado às mudanças às quais era preciso se adaptar depois de sair uma cidade já estruturada e vir para

um lugar onde sequer cidade existia. Eram apenas algumas clareiras que estavam sendo abertas pela colonizadora.

Provavelmente, muitos colonos que deixaram suas cidades sabiam que ao chegar a Batayporã não haveria nenhum sinal de progresso. Traziam suas crianças, mas sabiam que nem escola existia. E muitos não sabiam que existia uma professora. Eunice Mustafá conta que começou a lecionar em Batayporã apenas no ano de 1955, em uma escola muito precária.

A escola não havia. A escola que havia não tinha. Não existia escola. A gente trabalhava em uma salinha que meu sogro tinha na frente da casa, uma sala bem pequena. E alunos no começo não tinha muitos não, eram sete ou oito, por aí. No próximo ano já aumentou bastante, aí foi aumentando. Aí já teve que fazer uma outra escola. Tinha uns portugueses aqui e eles tinham muito interesse na escola, eles tinham bastantes filhos, então foram eles que fizeram ali, onde é a Braz, eles fizeram ali duas salas de madeira, aí melhorou mais (MUSTAFÁ, 2010).

Embora não existisse a escola – nem enquanto instituição, muito menos enquanto espaço físico –, Eunice Mustafá fez o possível para ensinar e alfabetizar os filhos dos colonos e dos colonizadores. Afinal, muitas dessas crianças que vinham de outras cidades já estavam em idade escolar. Assim, após adaptar uma sala de aula na casa de seu sogro, passou a ministrar as primeiras atividades de ensino no então distrito de Batayporã. Com o passar dos anos, a quantidade de alunos foi aumentando até que uma nova escola teve de ser construída.

Félix descreve em um dos causos de seu livro que:

às vezes as pessoas paravam com as foices para enxugar o suor da testa e no silêncio repentino podiam ouvir um ruído bem longe. [...] E o coração ficava cheio de esperança. Poderia ser o caminhão que traz mercadorias para o armazém de mês em mês (FÉLIX, 1992, p. 5).

Como havia poucos moradores e naquele tempo não havia carros, era possível escutar de longe apenas carroças e carroções de bois quando estavam se aproximando. Nos primeiros anos, Adélio trazia do Estado de São Paulo, em seu caminhão, a mercadoria necessária. Trazia um pouco de tudo, de alimentos e remédios a materiais de construção, pois não se tinha “nada” ali. Algumas pessoas, que não tinham como ir comprar o que precisavam, faziam suas encomendas para o mês seguinte. Os anos foram se passando até que depois chegou o senhor José Antônio Mourão, já falecido, que colocou uma casa de “secos e molhados”, ou empório, onde as pessoas passaram a fazer compras. Quem nos narrou essa história foi a senhora Antônia Cheirubim.

Meu pai iniciou assim como lavrador. Ele comprou uma propriedade e essa propriedade ele formou um café. Mas o forte dele foi no comércio, veio

iniciou com um pequeno armazém, que antigamente se falava armazém de secos e molhados. E depois, passados uns três anos, ele construiu um prédio maior onde que se tornou o armazém maior da cidade. Aí começou assim as pessoas chegarem gosta do lugar era às vezes até cinco mudanças por dia na cidade então isso foi assim muito gratificante né porque meu pai ele conseguiu evoluir bastante (CHEIRUBIM, 2010).

Nas narrativas acima, podemos perceber que o pai de Antônia Cheirubim, após adquirir alguns hectares de terra, veio na finalidade de cultivar café, assim como os primeiros colonos que chegaram aqui. Embora seu pai tenha chegado com a finalidade de desenvolver a agricultura, foi no comércio que ele enxergou uma grande oportunidade. Passados três anos, o senhor Antônio construiu um dos primeiros armazéns no local onde estava sendo instalada a cidade, iniciando, assim, as primeiras atividades comerciais e conferindo ao distrito uma dinâmica de cidade. Junto com o armazém, crescia também cada vez mais o número de pessoas que chegavam ao “sertão” em busca de um pedaço de terra e/ou de novas oportunidades.

O lugar que a colonizadora havia destinado para fundar a cidade de Batayporã foi ganhando forma. A cada dia que se passava, surgiam mais ruas, novas casas, comércio e, assim, também começaram a surgir as primeiras instalações elétricas e hidráulicas. Devemos lembrar que no início a água era retirada de poços artesianos. Quanto à energia, apesar de não se lembrar do período exato em que surgiram as primeiras instalações, Antônia Cheirubim descreve como era o processo de fornecimento.

Olha, o ano eu não lembro, não sei se foi o Diogo já na prefeitura eu não me lembro quando, mas puseram um vapor então tinha energia até meia noite. De meia noite em diante não tinha mais energia, mas isso já foi bem por último, acho que já foi na gestão do seu Diogo se eu não me engano. Porque antes era luz de vela, querosene. Geladeira meu pai tinha uma geladeira no armazém que era a querosene as pessoas de Nova Andradina vinha em Batayporã toma cerveja no armazém do meu pai, porque tinha cerveja gelada era o único armazém que tinha uma geladeira (CHEIRUBIM, 2010).

Em outro relato, podemos perceber melhor como e por quem era realizado o fornecimento de energia:

A Cia. Viação cedeu uma caldeira, um vapor, tocado a lenha e pó de serra. Depois de muito luta, a cidade bem ou mal, tinha luz elétrica. Quando o pessoal conseguiu reunir muita coragem, a ponto de contratar conjuntos de baile, problema passou a ser outro: Achar coragem pra falar com o prefeito afim de solicitar que a energia elétrica ficasse até mais tarde, pois costumeiramente o tal vapor funcionava algumas horas na parte da manhã e depois, das seis às onze da noite. Tanto que quando faltava cinco, minutos o funcionário dava uma piscadinha na energia e virava um corre-corre atrás

das lamparinas. Apenas para registrar a energia elétrica chegou na gestão do seu Manoel Leite Clementino (FELIX, 1992, p. 29).

Por meio da narrativa da senhora Antônia Cheirubim, podemos perceber que um dos poucos espaços de sociabilidade do então distrito era o armazém do Senhor José Antônio Mourão, o único lugar da região que tinha cerveja gelada, o que atraía clientes de diversas partes. Pode-se perceber, de acordo com a obra de Félix, que havia momentos de descontração dos colonos e dos colonizadores, por meio de pequenas festas. Quanto ao fornecimento da energia elétrica, foi somente por volta de 1968, na gestão do alcaide Manoel Leite, que a energia elétrica chegou à cidade.

É visível, por meio das narrativas, que os primeiros colonos e colonizadores enfrentaram inúmeras dificuldades, pois, uma vez que a estrutura era muito precária, era preciso fazer tudo. Sendo assim,

[...] a única coisa que se exigiam era a coragem de trabalhar pegar no pesado, meter a cara. E lá vinham cheios de otimismo (felizmente existe gente, até hoje e é isso que novas comunidades e novas cidades sejam criadas) [...] (FELIX, 1992, p. 5).

Com o passar dos anos, o então distrito de Batayporã foi se transformando. Aos poucos, no lugar onde havia apenas árvores passaram a surgir casas, ruas. O então “sertão”, encontrado na fala de diversos moradores, foi se transformando em cidade. Assim, foi possível perceber que “as cidades recém-surgidas, as ferrovias, a eletricidade, os novos ritmos de trabalhos e a utilização da natureza, foi lido e incorporado pelos que participaram desse processo” (ARRUDA, 2000, p. 44).

Nesse contexto se encaixa a fala de Gonçalo Ribeiro da Costa, entrevistado em outubro de 2010, e que se mudou de Cuiabá para Batayporã em 1961. Ele afirmou ter chegado ao então distrito no dia 16 de setembro de 1961, às 17 horas – fez questão de lembrar até mesmo o horário da chegada. Podemos perceber, nas narrativas do senhor Gonçalo, como o espaço onde hoje está localizado o município de Batayporã foi incorporado pelos participantes desse processo:

[...] em 1961 isso aqui era apenas uma promessa sabe, era uma promessa, poucas casas e todo dia vinha gente do Estado de São Paulo para adquirir terra aqui da companhia de viação, a colonizadora na época. E então Bataiporã era só uma promessa, uma esperança, um lugarejo, aqui com poucas casas, se contava as casas e hoje essa promessa, essa esperança virou uma realidade (COSTA, 2010).

1.7 Uma outra empresa colonizadora: O desenvolvimento da Moura Andrade & Cia.

Antônio Joaquim de Moura Andrade, dono da colonizadora responsável pelas cidades de Andradina e de Nova Andradina, nasceu no dia 22 de dezembro de 1889, na Espriada do Varjão, Freguesia de Brotas, Estado de São Paulo. Em 1904, seus pais se mudaram para Brotas, estabelecendo um comércio de animais e carnes. Aos 24 anos, Moura Andrade fez sociedade com Seraphin Colletes, sitiante, e Guilherme Moura, telegrafista em Taiúva, e fundou a “Colletes, Moura, Andrade & Cia”. A empresa tinha como principal atividade o comércio de cereais. Com o início da Primeira Guerra Mundial, passaram a exportar cereais e, a partir desse momento, Moura Andrade iniciou sua carreira empresarial.

No ano seguinte, Colletes saiu da sociedade e a razão social da empresa passou a ser “Moura Andrade & Cia”. A partir de 1917, iniciaram-se as primeiras aquisições de grandes porções de terras por parte da empresa. No ano de 1927, Guilherme Moura retirou-se da sociedade, mas Moura Andrade preservou o nome em função da amizade. Em 1931, seu irmão caçula Octávio Andrade, virou sócio da empresa e, assim, os irmãos Moura Andrade deram início às primeiras atividades de fundar municípios, pois “o espírito empreendedor não se esgotava nem se cansava. Já não bastava implantar uma fazenda. Urgia partilhar a riqueza oferecida pela Natureza, razão de suas terras de fundar Andradina [...] fundada em 11 de junho de 1937” (NETTO, 200-, p. 6).

Após a criação de Andradina, Moura Andrade e seu irmão atravessaram o rio Paraná e, em 1938, adquiriram quinhões de terras no Sul de Mato Grosso. Sua primeira aquisição no Estado foi a fazenda São Bento, que outrora pertencera a Domingos Barbosa Martins, vulgo “Gato Preto”, localizada no município de Entre Rios, atual Rio Brilhante. Hoje, a Fazenda São Bento se chama Fazenda Baile – por estar próxima a um córrego de mesmo nome – e está localizada no município de Nova Andradina.

Em 1945, Moura Andrade adquiriu terras por toda a região do atual município de Nova Andradina que passaram a ser colonizadas.

As glebas Primavera, Jacaré, Jacarevê e Caopora no local denominado “Samambaia”, totalizando a área de 59.026 hectares. Essa área passou a denominar-se Fazenda Primavera e situa-se às margens do Rio Paraná, banhada pela Baía do Rodrigo e Rio Samambaia (NETTO, 200, p. 9).

Atualmente, a Fazenda Primavera está localizada no município de Batayporã e, de acordo com as narrativas da senhora Eunice Mustafá, “a Fazenda Primavera era boa e lá tinha comércio” (MUSTAFÁ, 2010). A senhora Maria de Lourdes Alves Romeiro afirmou que o único meio de comunicação da fazenda era um rádio amador (ROMEIRO, 2010). Por meio das narrativas, percebe-se que a Fazenda Primavera era o lugar mais “evoluído” na região. Em 1952, foram adquiridas áreas próximas à Fazenda São Bento, passando a somar um total de 65.668 hectares. Anos mais tarde, parte dessas terras se tornaria o atual município de Nova Andradina.

Moura Andrade utilizava-se de inúmeros recursos que facilitavam o processo de colonização da região. Essa era uma característica da colonizadora Moura Andrade & Cia, que contava com recursos modernos para a época, tais como um aeroplano, um rádio de ondas curtas, tratores de diversos tipos e vários veículos terrestres que possibilitaram a abertura de uma estrada no ano de 1954. “[...] cortando a mata, com cerca de 65 km, ligando as suas duas propriedades, as fazendas Primavera e Baile. Essa estrada cruzava as terras da Cia. de Viação São Paulo/Mato Grosso onde já existia a vila de Batayporã, constituindo hoje segmento da MS-134” (NETTO, 200-, p. 9).

Em 1955, Moura Andrade, junto com demais moradores que habitavam essa região, deu início ao projeto de fundar outra cidade. Com a chegada do agrimensor, projetou-se onde seria implantada a cidade. Assim, em 1956, a Fazenda Baile, com uma área de aproximadamente 700 hectares, foi destinada às instalações da zona urbana que, dois anos mais tarde, se tornou Nova Andradina. Assim, deu-se início ao desmatamento, processo detalhado por Fernando Andrade Prado, neto de Moura Andrade, entrevistado no dia 11 de novembro de 2010.

Ele começou a dotar a Fazenda Primavera de elementos para fazer aqui, nessa região, um centro de recursos, porque para se fazer uma colonização é preciso que se tenha recursos, que ofereça facilidades e segurança ao colono que virá. Principalmente as pessoas que vêm, elas só virão se tiverem confiança no empreendedor, na pessoa que está dirigindo o empreendimento. E, no caso, o meu avô já era uma pessoa que inspirava confiança, porque ele já tinha feito duas cidades. Principalmente você nota isso levando-se em conta que muitas das famílias, que estão em Nova Andradina, vieram de Andradina e daquela região do Alto Noroeste. Aqui, principalmente as famílias japonesas, muitas delas eram de Andradina, e vieram pra cá porque tinham na época, em Andradina, vamos dizer assim, um exemplo, cinquenta alqueires, eles vendiam esses cinquenta alqueires, que valiam muito lá em Andradina, vinham pra cá compravam duzentos, trezentos alqueires. Então, de sitiantes tornavam-se fazendeiros. E muitos vieram pra cá porque sabiam aonde ia o velho Moura Andrade o empreendimento ia frutificar. E ele dotou a Fazenda Primavera de recursos. [...] Para abrir para colonização ele trouxe

tratores, *international harvester*, que eram tratores enormes de esteira; trouxe motoniveladora e todo um aparato de uma empresa de terraplanagem mesmo. E a Fazenda Primavera, ela tinha o arruamento todo como se fosse uma cidade, tinha energia elétrica com posteamento, energia elétrica que era tocada por automóvel, tocada por pó de serra da serraria e que fornecia luz pra Fazenda Primavera inteira. Não existia ainda a cidade nessa época e colocou-se posteamento telefônico. Ele abriu o Porto Primavera, na beira do Rio Paraná, porque ali, num local chamado Porto Velho, os barcos encostavam de forma precária. E ele fez o Porto Primavera, ali onde é uma saliência, que tem como se fosse um promontório, na beira do Rio Paraná. Fica hoje a sete quilômetros abaixo da represa onde se chama Porto Primavera, por causa do Porto Primavera antigo. Então hoje existem quatro primaveras, primeiro a Fazenda Primavera, que foi um nome que meu avô deu à Fazenda [...] (PRADO, 2010).

Com o auxílio de correntões, árvores centenárias foram derrubadas em poucos minutos. Segundo Netto, “tudo era sobrevivência. Ali onde estava fincada aquela grande árvore tornou-se o lugar de uma moradia ou capim plantado servindo para as primeiras cabeças de gado, o que nos tornaria, em pouco tempo, moradores da terra do ‘Rei do Gado’” (NETTO, 200-, p. 17).

Com a abertura da área, nos anos de 1956 e 1957, iniciou-se a construção dos primeiros edifícios, como o atual prédio da Prefeitura, a Casa Paroquial e a Santa Casa, marcando a chegada dos primeiros moradores a Nova Andradina.

As duas colonizadoras foram fundamentais para o desenvolvimento da região, porém foi possível desenvolver um estudo mais amplo apenas da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso, em função de já haver pesquisas realizadas sobre essa empresa. Infelizmente, a única obra encontrada referente à história do município de Nova Andradina é um álbum produzido por jornalistas que possibilitou um breve estudo sobre o local.

Devido à escassez das fontes, foi utilizada a metodologia da história oral, pois, assim como a colonização de Nova Andradina não está exclusivamente ligada à memória de Antônio Joaquim de Moura Andrade, Batayporã não deve sua existência apenas a Jan Antonin Bata.

As regiões que passaram por esse processo de colonização nunca mais voltaram a ser o que eram antes. Esses empreendimentos colonizadores atingiram com êxito seus objetivos de fazer com que essas regiões passassem a ser ocupadas. Assim, podemos concluir que

[...] com o movimento colonizador que se iniciou naquele período, o perfil histórico da região Sul de Mato Grosso passou por profundas transformações, alterando radicalmente as formas de exploração econômica; a densidade demográfica foi sensivelmente aumentada com a chegada de centenas de imigrantes de várias regiões do Brasil, bem como de outras nacionalidades; no mesmo sentido, ocorreu a mudança na constituição

sociocultural da população, com intensas e profundas interações culturais entre os que chegaram e os que já estavam na terra (ZILIANI, 2010, p. 122).

Como foi visto, vários fatores levaram ao povoamento do Sul de Mato Grosso: o povoamento indígena, as Frentes de Expansão, a Guerra do Paraguai e a Companhia Mate Laranjeira. Porém, foi somente na década de 1950, com as chamadas Frentes Pioneiras que a região estudada passou por um processo migratório em grande escala graças, em grande parte, à atuação das colonizadoras. Assim, a chegada dessas empresas, como a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso – responsável por colonizar o atual município de Batayporã – e a Moura Andrade e Cia. – responsável por colonizar o município de Nova Andradina – foram fundamentais para o povoamento da região. Inúmeras pessoas vieram para adquirir um quinhão de terra das colonizadoras ou para prestar serviços a essas empresas.

Como Batayporã e Nova Andradina estavam se estruturando aos poucos, as pessoas que ali viviam buscavam autonomia política de seus distritos, uma vez que para esses espaços se desenvolverem ainda mais fazia-se necessária a emancipação político-administrativa desses distritos. Assim, o próximo capítulo foi construído com base nessa busca por uma vida política própria para o distrito.

CAPÍTULO II - O DESMEMBRAMENTO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO DE BATAYPORÃ

2.1 Um breve balanço acerca das produções bibliográficas referentes às emancipações político-administrativas.

Nos últimos anos, pesquisadores de algumas áreas do campo acadêmico se debruçaram em pesquisas de mestrado e doutorado, abordando o tema “emancipações municipais”. Essas pesquisas resultaram em dissertações e teses sobre esse tema. Embora alguns pesquisadores já venham pensando nessa questão há algum tempo, ainda são incipientes e pouquíssimas as pesquisas já realizadas.

Foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicas (SciELO, Periódicos Capes e Google Acadêmico) a fim de encontrar trabalhos acerca do tema “emancipações municipais”. Dois textos encontrados foram disponibilizados pelos autores, uma vez que não estavam disponíveis nas bases de dados.

As buscas não se restringiram apenas a obras no campo da história, mas em diversas áreas e foram utilizadas as seguintes palavras-chave: desmembramentos municipais, emancipação político-administrativa e descentralização de municípios.

Com base no levantamento realizado para este estudo, chegou-se ao total de quatro trabalhos, dois quais três dissertações de mestrado – uma delas desenvolvida por Linderval Augusto Monteiro, no Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ (2001); outra conduzida por Solange Maria Carniel, pelo Programa de Pós-graduação em História da UFF/UNIOEST (2003); e a última feita por Ivandro Carlos Rosa, no programa de Pós-graduação em Ambiente de Desenvolvimento da UNIVATES (2012) – e uma tese de

doutorado, desenvolvida por Edison Favero na Escola Politécnica, no Departamento de Engenharia de Construção Civil da USP (2004).

O historiador Linderval Augusto Monteiro desenvolveu sua dissertação de mestrado com base na emancipação político-administrativa do município de Belford Roxo (RJ), emancipado em 1990 de Nova Iguaçu (RJ). O trabalho teve como objetivo verificar como os habitantes da região da Baixada Fluminense organizaram esse meio criando especificidades que pediam uma análise aprofundada. Para desenvolver esse trabalho, Monteiro utilizou “lentes” fornecidas pelos próprios baixadenses.

A historiadora Solange Maria Carniel desenvolveu sua dissertação de mestrado a respeito da emancipação político-administrativa do município de São José das Palmeiras (PR), emancipado em 1985 do município de Santa Helena (PR). O trabalho teve como objetivo analisar como ocorreu o processo de ocupação do município de São José das Palmeiras. Esse processo levou à pesquisa de como havia ocorrido a emancipação político-administrativa e a construção da identidade dos habitantes de São José das Palmeiras.

O Engenheiro Civil Ivandro Carlos Rosa desenvolveu sua dissertação de mestrado tomando como base a emancipação político-administrativa, a partir de 1989, de pequenos municípios antes pertencente à cidade de Lajeado (RS). Essas emancipações fizeram com que o município de Lajeado tivesse uma grande perda de área rural, fator que acabou levando a um crescimento desordenado da população. Assim, a pesquisa teve como objetivo avaliar a mensuração da área edificada do município de Lajeado através de técnicas de geoprocessamento. Com essa pesquisa, Rosa concluiu que o número de desmembramentos fez com que a cidade de Lajeado perdesse sua condição de autossuficiência para a sua população, gerando assim uma dependência de outras regiões.

O Engenheiro Civil Edison Favero desenvolveu sua tese de doutorado em torno do tema “emancipações político-administrativas”. Para desenvolver sua pesquisa, Favero buscou, em um primeiro momento, compreender os motivos que levaram à criação dos municípios, desde o período Romano até a transferência dos portugueses para o Brasil. O trabalho teve como objetivo analisar o desempenho dos municípios paulistas, na década de 90 – que concentrou o último grande movimento emancipacionista no País – sob vários aspectos: demográfico, físico, econômico, financeiro e social. E também objetivou verificar os aspectos positivos e os negativos, além dos reflexos provocados na economia local e nas finanças públicas, de maneira a nortear onde se deve intervir com objetivos de minimizar as distorções e fortalecer os pontos positivos deste processo.

Com base no balanço bibliográfico realizado, pode-se verificar que as pesquisas acerca das emancipações político-administrativa encontradas nas bases de dados pesquisadas se concentram em municípios emancipados a partir de 1988, ano de promulgação da Constituição Federal brasileira. As modificações da nova Constituição no que diz respeito à criação de novos municípios fez com que o País tivesse um aumento significativo na emancipação de distritos – o que foi comemorado pelas elites distritais.

Esta pesquisa, entretanto, teve como foco principal a emancipação político-administrativa do município de Batayporã, no ano de 1963, muito antes, portanto, da promulgação da Constituição de 88.

2.2- Os narradores do desmembramento político-administrativo do município de Batayporã

Como vimos no capítulo anterior, Batayporã teve sua origem graças aos empreendimentos da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso iniciados em 1953. No mesmo ano, o então deputado estadual Manoel Oliveira Lima¹⁵, por meio do Projeto de Lei nº 150/53¹⁶, solicitava que Batayporã fosse elevado à categoria de distrito. Em justificativa, Lima afirma que: “[...] [n]a área pleiteada para o novo distrito de Bataiporã existem mais de duas mil pessoas, das quais cerca de duzentas residem na sede, onde já se encontram cerca de quarenta casas. A renda anual arrecadada na área acima falada, orça em cerca de Cr. \$10.000,00 (dez mil cruzeiros)”¹⁷.

Entrevistas realizadas pelo autor deste trabalho mostram, no entanto, uma divergência com relação ao discurso do deputado. Em suas narrativas, a senhora Mustafá, que chegou a Batayporã em 1954, e Cheirubim, em 1957, afirmam que ainda não havia muitos moradores nessa época. Tal justificativa criada pelo deputado Oliveira Lima pode ter sido forjada para que fosse criado o então distrito de Batayporã para evitar que o projeto esbarrasse no segundo

¹⁵ De acordo com a ficha do parlamentar, localizada no Instituto Memória do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, Manoel de Oliveira Lima nasceu no dia 26 de Abril de 1916, no município de Campo Grande (atual capital de Mato Grosso do Sul) e se casou com Lygia C. O. Lima, residente no mesmo município. Manoel de Oliveira Lima exercia a profissão de advogado e se elegeu deputado estadual constituinte pelo partido UDN (União Democrática Nacional) representando o município de Campo Grande.

¹⁶ Projeto de Lei nº 150, de 27 de setembro de 1953. Dispõe sobre a criação do Distrito de Paz de Bataiporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

¹⁷ Idem.

parágrafo do Artigo 79 da Constituição do Estado de Mato Grosso (1963)¹⁸, impossibilitando, assim, a criação de Batayporã. De acordo com o

Artigo 79

§ 2.º- A criação do distrito dependerá das seguintes condições:

- a) População mínima de 1500 habitante;
- b) Renda anual nunca inferior a cinco mil cruzeiros;
- c) Mínimo de trinta moradas, na sede;
- d) Delimitação prévia dos quadros urbanos e suburbanos da sede.

Nesse mesmo ano, o deputado Manoel de Oliveira Lima também foi responsável pela criação do Projeto de Lei nº 152/53¹⁹, solicitando que Anaurilândia²⁰ também fosse elevado à categoria de distrito. Ao analisar os Projetos de Lei para a criação de Batayporã e Anaurilândia percebe-se que as justificativas de ambos são semelhantes, mudando apenas os nomes dos distritos. Os dois primeiros artigos do Projeto de Lei definem a qual município o então distrito de Batayporã passaria a pertencer.

Artigo 1º- Fica criado o Distrito de Paz de Bataiporã, com desmembramento parcial da área do Distrito de Ivinhema.

Artigo 2º- O Distrito de Paz de Bataiporã terá como sede o patrimônio de mesmo nome e pertencerá ao Município de Bataguassu²¹.

Com a criação do distrito de Batayporã, a área deixaria de pertencer, então, ao distrito de Ivinhema e passaria a pertencer a Bataguassu²², o município mais próximo à sede de Batayporã.

Conforme os anos foram passando, pessoas de diversas regiões do país passavam a saber do então Sul de Mato Grosso e, atraídas pela boa qualidade das terras, migravam em busca de novas oportunidades de vida. Assim, os espaços ocupados até então por mata “virgem” passaram a ser desmatados e, em poucos anos, já havia diversas casas. O que era um simples vilarejo passava a ter vida política própria.

¹⁸ Deve-se ressaltar que não foi encontrada a Constituição anterior ao ano de 1963. Entretanto, o arquivista do Instituto Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso disse que as alterações nas Constituições Estaduais são pequenas quando feitas em um curto espaço de tempo.

¹⁹ Mato Grosso. Projeto de Lei nº 152, de 27 de setembro de 1953. Dispõe sobre a criação do Distrito de Paz de Anaurilândia. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

²⁰ Anaurilândia é um município localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, outrora conhecido como Vila Água Amarela. O município atualmente faz divisa com os municípios de Bataguassu, Batayporã e Nova Andradina, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul, e com o município de Rosana localizado no Estado de São Paulo.

²¹ Mato Grosso. Projeto de Lei nº 150 de 27 de setembro de 1953. Dispõe sobre a criação do Distrito de Paz de Bataiporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

²² Como vimos no capítulo anterior, Bataguassu foi uma das cidades criadas graças aos empreendimentos da CVSPMT. O município de Bataguassu está localizado a 130 km do município de Batayporã.

Em entrevista, a senhora Maria de Lourdes Alves Romero, viúva do já falecido Senhor Sinfioriano Romero²³ – um dos moradores responsáveis por encabeçar o desmembramento político e administrativo de Batayporã – revelou uma informação que até então não se tinha acerca desse episódio ao responder à pergunta sobre a participação de seu marido no processo.

Nova Andradina não queria que Batayporã passasse que fosse desmembrado. Mas ele, Romero, tinha muito conhecimento, entendia muito de lei e sabia que aqui tinha condições de passar, porque naquele tempo acho que era por eleitores por habitantes (ROMERO, 2010).

Após tal afirmação, se fez necessário entender por que alguns moradores de Nova Andradina não queriam que Batayporã fosse desmembrado. Ao propor esta pesquisa, um dos principais métodos era o levantamento de fontes documentais acerca desse episódio. Para isso, se fazia necessária a ida ao Instituto Memória do Poder Legislativo, localizado na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso – quando ocorreu o episódio do desmembramento político e administrativo de Batayporã, o Estado ainda era *Uno*.

A ida ao Instituto Memória do Poder Legislativo era muito importante porque documentos que se constituem em Projetos de Leis do Poder Legislativo, acabam gerando outros tipos de documentos – como emendas, abaixo-assinados, atas e outros – que não estão na Lei, mas que compõem o Projeto de Lei, gerando, assim, necessidade de consultar outros inúmeros tipos de documentos que compõem ou não o Projeto de Lei. Como afirma o historiador André Porto Lopez, “[...] o documento arquivístico precisa estar inserido no contexto da produção e da função geradora; o documento isolado, isto é, descontextualizado, perde o seu significado” (ANCONA LOPEZ *In*: MALERBA, 1996, p. 20).

Por isso, no caso desta pesquisa, se fazia necessária a ida ao arquivo detentor de tal acervo, uma vez que o documento isolado perderia seu significado, impossibilitando a compreensão do todo. Segundo Carlos Bacellar, “no Brasil, os acervos públicos mais bem organizados pertencem aos poderes Executivo e Legislativo, sobretudo em âmbito nacional ou estadual, com grande carência já nos municípios” (BACELLAR *In*: PINSKY, 2005, p. 50).

A visita ao Instituto Memória do Poder Legislativo, localizado na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, ocorreu em fevereiro de 2014. A superintendente responsável pelo arquivo se colocou à disposição para ajudar no que fosse necessário.

²³ Sinfioriano Romeiro era imigrante de origem paraguaia. Nasceu no dia 22 de agosto de 1924. Em Guaíra, era encarregado dos trabalhadores na Companhia Mate Laranjeira. Após mudar-se para o distrito de Batayporã-MS, em 1955, passou a trabalhar como chefe de serviços, para a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso, desenvolvendo inúmeras atividades.

Ao iniciar o levantamento, o primeiro documento solicitado foi o Projeto de Lei da criação do município de Nova Andradina, uma vez que esse município foi o primeiro a se desmembrar de Bataguassu. Um dos arquivistas trouxe a pasta com o Projeto de Lei nº 187/1958²⁴, de autoria do deputado Martinho Marques²⁵ (UDN). Esse documento foi uma grande surpresa, pois, nesse projeto, Marques solicitava a criação de três municípios: Nova Andradina, Batayporã e Anaurilândia.

Analisando o Projeto de Lei nº 187/1958, foi possível perceber que nem o Poder Executivo²⁶, nem o Legislativo²⁷ do município de Bataguassu se opuseram à emancipação dos distritos de Anaurilândia e Batayporã e da Vila de Nova Andradina. O Projeto de Lei de autoria do deputado Martinho Marques (UDN) corria sem nenhum impedimento até que o deputado Clóvis Huguene²⁸ (PSD), no dia 12 de dezembro de 1958, apresentou uma emenda²⁹ no projeto solicitando que Batayporã fosse retirado do projeto de Lei nº 187/1958. Ficaria, portanto, assim:

A ementa:

Suprima-se: Bataiporã.

Ao artigo 1º:

Suprima-se: Bataiporã.

Acrescente-se:

O distrito de Bataiporã ficará pertencendo ao Município de Nova Andradina³⁰.

A emenda proposta pelo então deputado Clóvis Huguene fez com que os demais deputados levassem o projeto para votação. No decorrer daquela sessão, foi redigida a ata

²⁴ Mato Grosso. Projeto de Lei nº 187, de 16 de junho de 1958. Dispõe sobre a criação dos Municípios de Anaurilândia, Nova Andradina e Bataiporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

²⁵ De acordo com a ficha do parlamentar, localizada no Instituto Memória do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, Martinho Marques da Silva nasceu no dia 12 de janeiro de 1901, no município de Campo Grande-MT, foi casado com Creunilda Barbosa Marques, residente no município de Campo Grande-MS. Exercia a profissão de engenheiro eletrônico e se elegeu deputado estadual constituinte pela UDN. O parlamentar representava os municípios de Campo Grande, Sidrolândia, Rio Brilhante, Ivinhema, Anurilândia, Batayporã e Bataguassu.

²⁶ Ofício nº 69/58, de 17 de novembro de 1958, da Prefeitura Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso.

²⁷ Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso.

²⁸ De acordo com a ficha do parlamentar, localizada no Instituto Memória do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, Clóvis Huguene foi casado com Aracy Ferreira, residente no município de Campo Grande-MS. Exercia a profissão de advogado e se elegeu deputado estadual constituinte pelo PSD. O parlamentar representava os municípios de Santa Rita do Araguaia, Nova Andradina e Lageado.

²⁹ Mato Grosso. Projeto de Lei nº 187, de 16 de junho de 1958. Dispõe sobre a criação dos Municípios de Anaurilândia, Nova Andradina e Bataiporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

³⁰ Idem.

com o pronunciamento³¹ dos deputados que eram contra e dos que eram a favor da emenda proposta pelo então deputado Hugueneu. Ao trazer a discussão acerca dos discursos e dos pronunciamentos, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior afirma que:

Os discursos e pronunciamentos, ao serem vistos como monumentos, não são apenas ornamentos retóricos [...] todos os documentos ou testemunhos são formas de discursos, que os objetos e sujeitos não preexistem aos discursos e pronunciamentos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, aceitação, versões, inteligibilidade, verdades. Tanto que somente ao pronunciar ou escrever esses discursos e pronunciamentos, ou seja, somente ao expressar suas ideias, pensamentos, emoções, desejos, afetos, posições políticas, éticas, estéticas, morais ou religiosas, é que o emissor vai adquirindo uma dada identidade de sujeito, vai emergindo como uma figura que costumamos chamar de Eu. O sujeito só se torna autor da fala ao falar, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento ao emití-lo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 235).

Como posto na citação acima, o discurso ou pronunciamento não se limita apenas à retórica. Todos os documentos podem ser tratados como uma forma de discurso ou pronunciamento. Nesse caso, as atas da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, embora não se tratem de transcrição literal de um discurso falado, podem e devem ser entendidas como um pronunciamento de posições políticas, uma vez que, por meio desses pronunciamentos registrados de forma escrita, é possível encontrar as justificativas de deputados contra ou a favor de que o distrito de Batayporã fosse elevado à categoria de município.

Para entender/compreender melhor esses pronunciamentos, era necessário encontrar uma metodologia que mostrasse um possível caminho para elucidar os documentos. Assim, seguimos a sugestão de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que nos mostra que “a análise dos discursos e pronunciamentos deve obedecer ao que chamaríamos de uma análise externa e uma análise interna dessas produções ou artefatos discursivos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 236).

Podemos entender por “externa” uma análise mais superficial, em que o historiador busca apenas informações como data e local de produção do documento e em que momento esse pronunciamento surgiu. A análise externa também pode interrogar sobre as relações

³¹ Aqui pronunciamento será entendido como um ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas filosóficas, éticas econômicas judiciárias, estéticas etc. Trata-se do ato de exprimir-se verbalmente, de proferir ou articular um discurso; de ler em voz alta e clara uma peça de oratória; de manifestar que pensa e sente; de emitir sua opinião podendo ser feito também por meio de divulgação de uma peça escrita dirigida a ou veiculada pelos diferentes meios de comunicação social (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 224).

sociais, econômicas e políticas que estão explícitas naquele pronunciamento, em que relação de poder o autor está envolvido.

Já a interna pode ser entendida como uma análise mais profunda do documento, uma vez que o discurso ou pronunciamento não é transparente. Assim, para que isso possa ser feito, será necessário analisar como eram produzidos outros pronunciamentos, como eles eram proferidos, mapear regularidades, entender por que aquele discurso ou pronunciamento foi guardado em um determinado arquivo e qual a finalidade de tal armazenamento. A análise interna permite, muitas vezes, entendermos o que não está explícito no discurso, uma vez que

[...] nenhum discurso ou pronunciamento tem um único sentido possível, permite uma só leitura ou uma só decodificação. Um texto permite várias leituras que se modificam, inclusive com o passar do tempo e o contexto de recepção se altera. Da mesma forma que interessa ao historiador se perguntar pelo contexto de produção do discurso, é fundamental interrogar sobre o contexto de recepção, em que momento foi lido, onde foi lido ou ouvido, em que situação social, cultural e política está o leitor ou ouvinte e quem são eles (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 239).

Outra sugestão metodológica de análise dessas fontes é a do antropólogo Clifford James Geertz, muito parecida com a sugerida pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Entretanto, em vez de trabalhar com a ideia de análise interna ou externa, Geertz propõe que para se fazer “[...] etnografia é necessário se fazer uma ‘descrição densa’” (GEERTZ, 1926, p. 5). Isso porque os etnógrafos acabam, muitas vezes, fazendo em seus trabalhos apenas “descrições superficiais”.

Assim, para fazer uma descrição mais profunda das fontes, sejam elas documentais ou orais, é preciso compreender que às vezes “o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem” (GEERTZ, 1926, p. 5). Assim, Geertz nos leva a pensar que aquilo que nós historiadores chamamos de nossas fontes não são realmente nossas fontes, uma vez que não foram constituídas ou elaboradas por nós, mas sim por outras pessoas. Nós historiadores, assim como os antropólogos, em geral, simplesmente “[...] começamos com as nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes, ou o que achamos que eles pretendem, e depois passamos a sistematizá-las” (GEERTZ, 1926, p. 11). Portanto, assim como as pesquisas elaboradas no campo da antropologia, as da historiografia, não deixam de ser

(...) interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura.) Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo

construído”, “algo modelado” sentido original fictio — não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento. (GEERTZ, 1926, p. 5)

Dessa forma, por mais que se busque interpretar as fontes utilizadas nesta pesquisa, não seria possível fazer uma análise de primeira mão. Só seria possível fazer tal análise se algum personagem que tivesse participado desse episódio histórico se dispusesse a escrever sobre esse momento. Para que se pudesse realizar, então, uma possível interpretação de tal episódio histórico, era necessário organizar as fontes que foram construídas/elaboradas durante o processo do desmembramento e “fixá-las de uma forma inspecionável” (GEERTZ, 1926, p. 13). E assim se procedeu.

As atas de sessão da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso analisadas nesta pesquisa não passam de pronunciamentos de posições políticas que foram redigidos e registrados na sessão de 12 de dezembro de 1958. O pronunciamento analisado surgiu após o então deputado Clóvis Hugueney apresentar uma emenda no Projeto de Lei nº187/1958 do deputado Martinho Marques, que demandou votação em Plenário. A discussão gerada pelos deputados e suas posições em relação à emenda do deputado Clóvis Hugueney foram registradas nessas atas.

Devemos perceber que o acervo detentor desse arquivo é o Instituto Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Por se tratar de um documento político, foi arquivado e preservado. Logo após o presidente da câmara abrir a discussão da emenda proposta pelo deputado Clóvis Hugueney no Projeto do então deputado Martinho Marques, o mesmo pediu a palavra para proferir seu pronunciamento, contra a emenda. Segundo Marques:

Desejo apresentar a minha argumentação contrária a esta emenda porque o atual distrito de Bataiporã tem possibilidades, vamos dizer, iguais aos demais para trato [*sic*] as sua autonomia municipal, conseguiu um progresso satisfatório contribuindo para o aumento de nossa riqueza, o aumento da arrecadação do nosso Estado. O povoamento no distrito de Bataiporã que abrangia a totalidade, ou quase a totalidade, do município de Nova Andradina por mim proposto, o povoamento tem sido muito intenso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentou dados muito aquém da realidade, isto porque de um ano para outro modificam os dados colhidos e isto devido a grande intensidade do povoamento no município de Bataguassu. Por esse motivo e atendendo a aspiração do povo batalhador do município por mim proposto, peço a casa que mantenha o município de Bataiporã, rejeitando a emenda apresentada pelo nobre deputado Clóvis Hugueney³² (MARQUES, 1958, p. 8).

³² Ata nº 61, de 12 de dezembro de 1958. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Podemos perceber que Marques tinha seus interesses políticos voltados para os moradores para que o então distrito de Batayporã fosse criado, justificando para os demais deputados que Batayporã já tinha autonomia para se manter como município, uma vez que o distrito havia iniciado seus empreendimentos de colonização muito antes do que os de Nova Andradina e que havia se tornado distrito em 1953, enquanto Nova Andradina ainda se mantinha como vila. Em contrapartida à argumentação do deputado Martinho Marques, Clóvis Hugueneu, justificou por que apresentou a emenda, suprimindo a criação do município de Batayporã. Segundo Hugueneu:

Fui há pouco tempo procurado pelo senhor Antônio de Moraes Andrade [sic], pessoa que conhecia senão através de sua vida de trabalhos no Estado de São Paulo e acompanhado pelo deputado Amaral, deputado Federal, que me explicou a inconveniência da criação do distrito de Nova Andradina no ano passado pelo deputado Martinho Marques. Disse-me mais que o próprio deputado Martinho Marques havia apresentado um projeto criando somente o município de Nova Andradina (Hugueneu, 1958, p. 8).

Quando afirma em seu pronunciamento que havia sido procurado por “Antônio de Moraes Andrade”, o deputado Clóvis Hugueneu provavelmente esteja se referindo a Antônio Joaquim de Moura Andrade, que acompanhava o deputado federal Amaral. Por fim, Hugueneu terminou tentando mostrar por que o deputado Marques tinha feito um projeto solicitando apenas a emancipação do município de Nova Andradina, que não acabou indo adiante, no ano de 1957.

Marques reconheceu, então, que Hugueneu não estava errado, pois “apresentei exclusivamente a criação de Nova Andradina, e fui solicitado pelo povo de Bataiporã para apresentar aqui este projeto” (MARQUES, 1958, p. 8). Assim podemos entender que o Deputado Martinho Marques não levou o projeto da criação do município de Nova Andradina adiante, pois, provavelmente, naquele mesmo ano de 1957, os moradores do distrito de Batayporã acabaram procurando para que o distrito fosse também elevado à categoria de município. Como tinha interesses políticos (eleitorais) na região, acabou não apresentando o projeto naquele ano, mas no ano seguinte. Só que desta vez solicitava a criação dos municípios de Nova Andradina, Batayporã e Anaurilândia, como visto acima.

Em seu pronunciamento, Hugueneu tentava convencer a bancada usando em sua fala a influência de Antônio Joaquim de Moura Andrade, ressaltando os trabalhos por ele já empreendidos no interior do Estado de São Paulo na criação do município de Andradina. Em seu pronunciamento, fez questão de ler a declaração de número 5 da ata de sessão da reunião da câmara de vereadores de Bataguassu que afirmava “que a câmara com a maioria de seus

membros aconselha e autoriza a criação do município de Nova Andradina”³³. Ainda continuou afirmando que:

Ora Sr. Presidente, me convenceu ainda mais a criação do município de Nova Andradina porque as duas localidades são muito próximas uma da outra. Como vai trabalhar a população que quer a população de Nova Andradina. Ainda mais com a influência econômica do Sr. Antônio de Moura Andrade, nós teremos dentre em breve o município de Bataiporã elevado à categoria de distrito [*sic*]. Foram estas, Sr. Presidente, as razões que apresentei a emenda, anexando este município ao município de Nova Andradina (Hugueney, 1958, p. 8-9)³⁴.

Portanto, a emenda criada pelo deputado Clóvis Hugueney não partiu dele, mas de um pedido do senhor Antônio Joaquim de Moura Andrade, junto com o deputado federal Amaral. Embora não esteja escrito, pode-se especular que Antônio Joaquim de Moura Andrade tenha proposto algo em troca para o deputado Clóvis Hugueney, uma vez que este tentava convencer a bancada com muita veemência da criação apenas do município de Nova Andradina. Em contrapartida ao pronunciamento do deputado Clóvis Hugueney, Martinho Marques afirmou que:

[...] sei que sem me opor à criação do município de Nova Andradina, porque sou autor do projeto, sou contra a emenda como já disse porque submete o município de Bataiporã e vejo na supressão deste município, na inclusão deste município dentro dos limites de Nova Andradina um desestímulo do povo que a habita a vila de Bataiporã situado no município de mesmo nome. Esse desestímulo será prejuízo para o nosso Estado e por esse motivo eu defendo a aspiração do povo de Bataiporã. Quero pedir à casa que rejeite a emenda do nobre deputado e espero do alto espírito de amor ao nosso Estado, trata-se Srs. Deputados de uma revisão sobre o assunto. É a justiça do meu pedido rejeitando esta emenda porque assim daremos oportunidade para o município de Bataiporã se emancipando possa desenvolver resolvendo por si mesmo sem prejudicar o progresso de Nova Andradina que todos nós desejamos. Estas palavras eu disse ao Sr. Antônio de Moura, embora represente para Mato Grosso uma argumentação importante, elementos de outros Estados de outras terras virão para o nosso Estado (MARQUES, 1958, p. 9).

Em seu pronunciamento, o autor do projeto tentava convencer a casa para que ela rejeitasse a emenda proposta pelo deputado Hugueney. Marques argumenta que o veto ao desmembramento do distrito de Batayporã poderia acabar prejudicando a economia do Estado, uma vez que poderia provocar na população um “desestímulo”. Destacou também

³³ Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Bataguassu- Estado de Mato Grosso.

³⁴ Ata nº 61 de 12 de Dezembro de 1958. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

que, ao se tornar município, o distrito Batayporã não prejudicaria a economia de Nova Andradina.

O deputado José Cerveira³⁵ (PSD), do mesmo partido do deputado Clóvis Hugueneu, pediu a fala e procurou ressaltar em seu discurso que ainda era muito cedo para que fossem desmembrados três municípios naquela região. Também argumentou que Batayporã se mantinha no esquecimento em função da distância do município de Bataguassu e que, se Nova Andradina viesse a se emancipar, não haveria nenhum desestímulo, pelo contrário, as pessoas trabalhariam ainda mais pelo desenvolvimento da região. O que chamou mais atenção na fala de Cerveira foi que, em seu pronunciamento, procurou destacar que:

Na verdade, o que de melhor há em Bataiporã, foi feito graças ao esforço e trabalho do Sr. Moura Andrade. Foi ele que chegando ali, batalhou pela grandeza daquela região, abrindo estradas e ligando-as a rodovia oficial. Eis, Sr. Presidente, motivos por que não haverá desestímulo nenhum a Bataiporã. Não houve propriamente esquecimento a Bataiporã, justiça quero fazer ao prefeito de Bataguassu, porém a distancia não permitiu que fizesse mais beneficiamentos a Bataiporã. E, no momento que se criar o município de Nova Andradina, que tem atrás de si o Sr. Antônio Moura Andrade, essa alavanca e pioneira do progresso, tenho a certeza que, integrando o distrito de Bataiporã nesse novo município de Nova Andradina estaremos dando-lhe possibilidades de progredir, pois, dista dali apenas 12 Km. Voto conscientemente, altivamente, voto com [*sic*] mato-grossense que vê o progresso naquela região, pela aprovação da emenda do Deputado Clóvis Hugueneu, não fazendo assim nenhuma restrição e injustiça ao povo de Bataiporã. Quero render homenagem justa àquela gente que procura com seu suor engrandecer aquela região de Mato Grosso, confessando à casa, quanto a esses três municípios que se pretende criar em Bataguassu, que os Distritos de Bataiporã e Anaurilândia devem ser integrados à emenda do nobre deputado Clóvis Hugueneu (CERVEIRA, 1958, p. 10)³⁶.

Em seu pronunciamento, o deputado Cerveira menciona Antônio Joaquim de Moura Andrade como um forte empreendedor no processo de colonização. Podemos identificar nesse pronunciamento que o deputado estava totalmente equivocado ao afirmar que “o que de melhor há em Bataiporã foi feito graças ao esforço e trabalho do Sr. Moura Andrade. Foi ele

³⁵ De acordo com a ficha do parlamentar, localizada no Instituto Memória do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, José Cerveira, nasceu no dia 1 de fevereiro de 1921, no município de Rio Brillante-MS. Casado com Eliza Cerveiro. Residente no município de Dourados-MS. Exercia a profissão de advogado. Elegeu-se deputado estadual constituinte pelo PSD. O parlamentar representava os municípios de Dourados, Rio Brillante, Amambai, Iguatemi, Nova Andradina, Batayporã, Bataguassu, Caarapó, Maracaju e Itaporã.

³⁶ Idem.

que, chegando ali, batalhou pela grandeza daquela região, abrindo estradas e ligando-as a rodovias oficiais” (CERVEIRA, 1958, p. 10)³⁷.

Embora as duas colonizadoras possam ter trabalhado em conjunto em alguns momentos, Moura Andrade pouco fez nas terras da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso. Sua única benfeitoria, como já visto no primeiro capítulo, foi a abertura de uma estrada com aproximadamente 65 km, ligando a fazenda Baile e à fazenda Primavera. “Essa estrada cruzava as terras da Cia. de Viação São Paulo/Mato Grosso onde já existia a vila de Bataiporã, constituindo hoje um segmento da MS-134” (NETTO, 200-, p. 9).

O então deputado Martinho Marques insistia, em seu pronunciamento, para que a casa rejeitasse a emenda, uma vez que o município não se encontrava no “esquecimento”, como afirmava o deputado Cerveira. Marques se posicionava a favor da criação de município de Batayporã provavelmente porque havia percebido que os munícipes de Nova Andradina já haviam rompido as alianças políticas com ele. Para que não houvesse esse rompimento político também com os munícipes de Batayporã, Marques continuava a defender a importância da criação do município. Segundo Marques, “antes disso quero mostrar a injustiça da emenda do deputado Clovis Hugueneu. O distrito de Bataiporã vai desaparecer, nem sequer lembraram de incluir, caso a emenda fosse aprovada, um dispositivo que mantém o atual Distrito de Bataiporã” (MARQUES, 1958, p. 10)³⁸.

Hugueneu, por sua vez, mostrava que Batayporã não iria desaparecer porque passaria a pertencer ao Distrito de Nova Andradina. Por fim, o então deputado Vicente Bezerra Neto, presidente da sessão, abriu para votação o artigo 1º da emenda do deputado Clóvis Hugueneu. Bezerra Neto solicitou que os deputados de acordo permanecessem sentados. Assim, naquela manhã, na sala de sessão, foi

Aprovado³⁹ o artigo 1º com emenda. Entram em discussão dos demais artigos com emenda, do projeto de lei de autoria do deputado Martinho Marques, cria os municípios de Anaurilândia, Nova Andradina e Bataiporã-Processo 66/58, sem debates são aprovados (NETO, 1958, p. 11)⁴⁰.

Com o término da sessão e a emenda aprovada – fazendo com que Batayporã não fosse elevado à categoria de município e passasse, em vez disso, a ser distrito de Nova

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

³⁹ Não foi possível obter a quantidade de votos que a emenda obteve.

⁴⁰ Idem.

Andradina – o projeto foi enviado para sanção do então governador João Ponce de Arruda (PSD). Após a publicação no diário oficial⁴¹ de 20 de janeiro de 1959, o governador acabou vetando a criação do município de Anaurilândia, com a justificativa logo abaixo da lei de criação, na mensagem de nº 88/58, afirmando que:

A justificativa deste veto parcial é a mesma já alegada em tantos outros projetos semelhantes, ou seja, a falta de condição prescrita na Constituição Estadual para se elevar à categoria de município o território que se pretendia com a parte vetada neste projeto de lei (J Ponce de Arruda)⁴².

João Ponce de Arruda explica que acabou vetando a criação de Anaurilândia porque o então distrito não tinha as condições exigidas na Constituição Estadual de Mato Grosso (1963)⁴³.

Artigo 80- A criação dos Municípios fica dependendo das seguintes condições:

- I- Território, no mínimo com seis mil habitantes, dos quais seiscientos, pelo menos, na sede;
- II- Prédios apropriados para a instalação da municipalidade, cadeia pública e grupo escolar.
- III- Renda orçamentária municipal igual ou superior a setenta mil cruzeiros;
- IV- Mínimo de duzentas moradas, no quadro urbano da sede;
- V- Prévia delimitação dos quadros urbanos e suburbanos da sede do mesmo.

§ 1º- Não se permitirá a criação se, com o desmembramento, alguns dos Municípios deixar de preencher qualquer dos requisitos deste artigo.

§- Apresentando qualquer projeto de lei para a criação de Município, a Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão competente, terá sessenta dias para colher as informações necessárias à comprovação dos dispostos ns. I a III deste artigo; uma vez comprovadas essas condições à Assembléia não será permitido denegar a criação do Município.

Para entender melhor por que Antônio Joaquim de Moura Andrade não queria que Batayporã fosse emancipado, era necessário escutar os moradores do então distrito de Batayporã, uma vez que as fontes escritas não traziam todas as informações acerca desse episódio. A história oral foi, portanto, fundamental neste trabalho por mostrar que trabalhos de cunho político não podem ser feitos somente com base em documentos oficiais escritos. Nova abordagem e nova metodologia possibilitam o desenvolvimento da pesquisa. De acordo com Montenegro:

⁴¹ Diário oficial nº 13.748 do Estado de Mato Grosso de 20 de janeiro de 1959. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

⁴² Idem.

⁴³ A constituição estadual encontrada no Instituto Memória do poder legislativo mais próxima aos anos de 1958 e 1959 foi a de 1963. Como os anos são próximos, o arquivista do acervo garantiu que existem poucas alterações e quando há permanecem as leis e logo abaixo as alterações que foram feitas. Caso não haja alterações, consta a emenda no artigo.

[...] Os depoimentos gravados e editados como relatos orais de memória não constituem, por si próprios, referencial ou base teórica e metodológica com poder de instruir uma disciplina. Dessa forma, do ponto de vista teórico, os depoimentos orais caracterizam-se como parte dos recursos documentais a que o historiador pode recorrer, para ampliar o debate historiográfico e o recorte temático do seu objeto de estudo (MONTENEGRO, 2007, p. 30).

Os relatos coletados através da metodologia da história oral, foi de suma importância para essa pesquisa, uma vez que se tornou possível fazer ampliar o debate com as fontes escritas. Assim, a memória coletiva tornou-se peça fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, pois possibilita perceber fatores que os documentos não revelam. Para discutir questões acerca da memória, recorreremos novamente ao sociólogo francês Maurice Halbwachs.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 1990, p. 51).

As entrevistas tornam possível descrever a história do desmembramento político e administrativo do município de Batayporã, além de possibilitar perceber como cada indivíduo viveu esse episódio do desmembramento e como esse momento é tratado da mesma forma por todos os moradores. As entrevistas também permitem um debate historiográfico com as fontes primárias.

Deve-se destacar que, assim como a memória, a fonte oral não representa objetivamente dos fatos, uma vez que o processo de “recordar e contar já é interpretar” (PORTELLI, 1996, p.2). Embora a subjetividade esteja presente nas narrativas dos entrevistados, nossa tarefa será retirá-la uma vez que:

Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está constado de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos; e este ao seu modo, são também fatos, ou o que é o mesmo: dados de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados com técnicas e procedimentos em alguma medida controláveis, elaborados por disciplinas precisas como a linguística, narrativa ou a teoria da literatura (PORTELLI, 1996, p.4).

Os entrevistados trouxeram, de forma sucinta, não apenas elementos do cotidiano, mas também relataram fatos políticos para compreensão do desmembramento. Com os dados

obtidos nas entrevistas, deu-se início ao processo de análise das transcrições, uma vez que, nem todos os fatos/dados estavam expressos nas narrativas. A análise possibilitou, então, compreender o que, muitas vezes, está muito além da simples transcrição da fala. Nesse sentido, Portelli destaca que:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um *patchwork*, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos (PORTELLI, 1996, p.9).

Ao longo dos anos, a historiografia foi ganhando novas abordagens, diferentes fontes passaram a ser usadas. Antes, somente os documentos escritos e oficiais eram utilizados como fontes, mas “hoje os documentos chegaram a abranger a palavra o gesto. Constituem-se arquivos orais; são coletados etnotextos. Enfim o próprio processo de arquivar os documentos foi revolucionado pelo computador” (LE GOFF, 2003, p. 10). Na obra “História Oral: como fazer e como pensar” (2007), os historiadores brasileiros José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda mostram, de forma didática, a importância de se usar a história oral:

Ainda que muitas vezes a produção de entrevistas seja usada como alternativa para preencher vazios de documentos convencionais ou de lacunas de informações e até para complementar outros documentos, é importante ressaltar que se pode, de maneira positiva, assumi-la isoladamente e propor análise das narrativas para a verificação de aspectos não revelados, subjetivos, alternativos aos documentos escritos (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 24).

A história oral não deve ser usada apenas para “tapar buracos” documentais, mas, sim, para mostrar a importância da narração. Por meio das narrativas é possível encontrar informações que os documentos não trazem acerca do episódio do desmembramento político e administrativo do município de Batayporã.

As entrevistas tiveram como base a metodologia da história oral temática, pois ao se fazer uma história oral híbrida⁴⁴, como neste trabalho, vale mais a objetividade temática⁴⁵ do que a vivida. Na entrevista temática, “o mais importante são os enfoques centrados em assuntos específicos” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 130).

Ao analisar as fontes, percebemos que elas não traziam as respostas para explicar o motivo para Antônio Joaquim de Moura Andrade solicitar, no ano de 1958, que o deputado Clóvis Hugueneu criasse uma emenda solicitando que Batayporã fosse retirado do projeto de autoria do deputado Martinho Marques. Graças à metodologia da história oral, quando as fontes escritas começaram a ser analisadas, já tínhamos as respostas mostrando por que Antônio Joaquim de Moura Andrade tinha solicitado que Batayporã não fosse elevado à categoria de município e que passasse a ser distrito de Nova Andradina. A resposta veio da entrevista com a senhora Maria de Lourdes Romero, realizada em 2010:

Batayporã tinha condições de passar a município, porque naquele tempo, era por eleitores por habitantes que moravam aqui. Então, a fazenda do Moura Andrade ficaria pertencendo aqui ao município de Bataiporã, então eles faziam de tudo para segurar (ROMERO, 2010).

Para não ficar preso a apenas uma fonte, resolveu-se buscar outros narradores que pudessem de explicar por que Antônio Joaquim de Moura Andrade não queria que Batayporã se desmembrasse. Segundo Antônio Fernando Andrade Prado, neto de Antônio Joaquim de Moura Andrade, entrevistado no dia 11 de novembro de 2010,

[...] não sei se é uma coisa local de momento, pode ser. Porque talvez as da parte da colonizadora, acho que não houve nenhuma resistência, muito embora a Fazenda era uma das que gera bastante ICM, bastante imposto. Pode ter sido isso, as pessoas tinham essa ideia, mas na realidade isso hoje você vê que as duas cidades convivem como uma simbiose, é bom pras duas essa proximidade (PRADO, 2010).

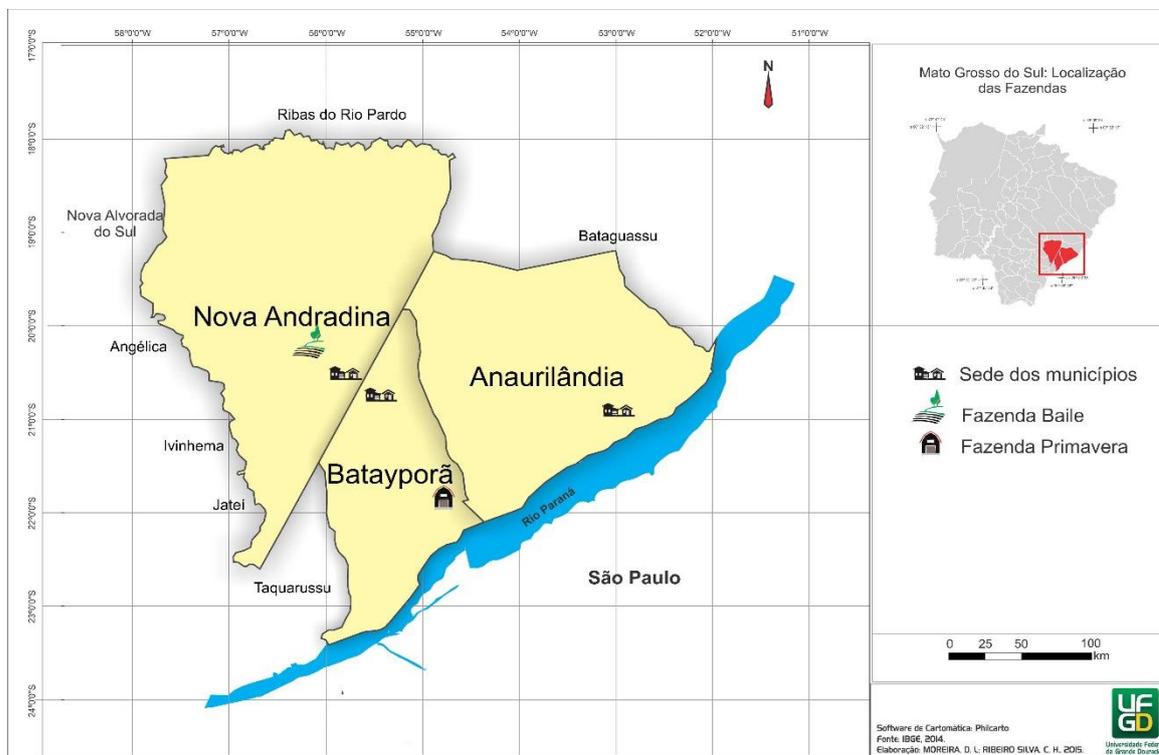
Como salienta Prado, por parte da colonizadora não houve nenhuma resistência para que Batayporã se desmembrasse de Nova Andradina, embora as pesquisas amparadas em fontes documentais mostrem claramente que o dono da colonizadora fez o que podia para

⁴⁴ [...] No caso da história oral híbrida preza-se o poder de “conversa” com outros documentos, sejam iconográficos ou escritos como: historiográficos, literário ou filosóficos (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 128).

⁴⁵ A história oral temática é a solução que mais se aproxima das expectativas acadêmicas que confundem história oral com documentação convencional. Aliás, o caráter documental decorrente das entrevistas é o cerne desse ramo. Também é o mais considerado por jornalistas e demais pessoas que se valem de entrevistas como forma dialógica de promover discussões em torno de um assunto específico. Quase sempre, a história oral temática equivale à formulação de documentos que se opõem às situações estabelecidas. Por natureza, a história oral temática é sempre de caráter social e nela as entrevistas não se sustentam sozinhas ou em versões únicas (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 38).

impedir essa emancipação que resultaria em tornar as terras da Fazenda Primavera pertencentes ao município de Batayporã. Prado acredita que a incorporação da Fazenda Primavera pudesse ter sido um dos principais motivos para que Batayporã quisesse o desmembramento de Nova Andradina, pois os lucros geravam renda para o município. Para que o leitor possa entender, segue abaixo o mapa com a localização das fazendas que pertenciam a Antônio Joaquim e Moura Andrade:

Mapa 2 - Localização das Fazendas Baile e Primavera.



Mapa elaborado por MOREIRA, D. L.; RIBEIRO SILVA, C. H., 2015.

Devemos destacar que o pedido para que Batayporã fosse elevado à categoria de município não dependia exclusivamente de Antônio Joaquim de Moura Andrade. A narrativa do senhor Gonçalo Ribeiro da Costa possibilitou fazer uma análise do panorama político da época e permitiu uma melhor compreensão do motivo para o poder executivo votar a favor da emenda do deputado Clóvis Huguency.

Eu, quando vim pra cá, não havia, ou eu nem percebia, que havia aquela rivalidade política e que foi uma coisa já natural com o surgimento de Nova Andradina e Bataiporã. Então, já havia essa tendência de briga política, e acabou a coisa tomando volume e outro rumo, sabe? Até que anteriormente o governo que era do PSD, então o que acontecia, Nova Andradina que estava, que teve propósito com o PSD, conseguiu é trazer a município pra Nova Andradina do que Bataiporã. Então o povo de Bataiporã foi ficando descontente, a ponto de fomentar essa briga política, essa rivalidade, que, embora a gente não queira, permanece até hoje [...] (COSTA, 2010).

Devemos destacar que, no ano de 1958, a bancada do partido da União Democrática Nacional (UDN) compunha a maioria dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, somando oito deputados de um total de 21. Em segundo lugar, havia sete deputados da bancada do Partido Social Democrático (PSD), depois três do Partido

Trabalhista Brasileiro (PTB) e três do Partido Social Progressista (PSP). Embora a bancada da UDN, do deputado Martinho Marques, fosse maioria na câmara, o número de deputados do PSD, do deputado Clóvis Hugueneu, não ficava muito atrás e, como foi possível perceber, ele ainda contou com o apoio do colega de partido, José Cerveira.

Embora o senhor Gonçalo tenha chegado a Batayporã só em 1961, foi a partir de suas narrativas, coletadas em sua residência no ano de 2010, que conseguimos perceber por que Antônio Joaquim de Moura Andrade teve o apoio político do deputado Clóvis Hugueneu. Tanto Nova Andradina quanto Batayporã não se encontravam politicamente emancipados até 1958. Como já mencionado acima, o deputado Martinho Marques havia elaborado, em 1957, um Projeto de Lei criando o município de Nova Andradina. Embora não tenha sido possível encontrar o porquê do projeto não ter sido levado adiante, podemos perceber que o deputado Martinho Marques teve seus interesses políticos sempre voltados para o que denominamos hoje de “Região do Vale do Ivinhema”⁴⁶.

É provável que, quando souberam que Marques havia elaborado um projeto de emancipação de Nova Andradina em 1957, os moradores do distrito de Batayporã o procuraram solicitando que fizesse o mesmo com este distrito. Provavelmente por ter interesses políticos naquela região, Marques propôs um projeto de criação de três novos municípios (Nova Andradina, Batayporã e Anaurilândia).

Foi nesse contexto que Antônio Joaquim de Moura Andrade solicitou ao deputado Clóvis Hugueneu a criação de uma emenda vetando a criação do município de Batayporã, tornando-o distrito de Nova Andradina.

A divisão política expressada na fala do senhor Gonçalo possivelmente ocorreu depois que Nova Andradina se tornou município, fazendo com que a população do distrito Batayporã simpatizasse com o partido UDN e a população de Nova Andradina, com o PSD.

Batayporã tornou-se distrito de Nova Andradina logo após a emancipação desta, em 1958. As discussões para o desmembramento político-administrativo só foram retomadas depois de cinco anos, de acordo com o Artigo 80⁴⁷ da Constituição do Estado de Mato

⁴⁶ O Território da Cidadania Vale do Ivinhema localiza-se no Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul. É formado por dez municípios, sendo eles: Anaurilândia, Angélica, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Ivinhema, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Santa Rita do Pardo e Taquarussu. Abrange uma superfície de 29.627,90 Km², o que representa aproximadamente 8% da área do Estado. A extensão dos municípios pertencentes ao Território varia entre 6.141,62 Km² (Santa Rita do Pardo) e 849,12 Km² (Novo Horizonte do Sul). Informação disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio127.pdf Acesso em: 30 Nov. 2014.

⁴⁷ Artigo 80- A criação dos Municípios fica dependendo das seguintes condições:

Grosso. Em 1963, os moradores de Batayporã retomaram as discussões porque não queriam mais ficar dependendo politicamente do município de Nova Andradina. As primeiras discussões aconteceram em maio, quando o Senhor Elias Caetano de Almeida⁴⁸ publicou um panfleto que foi divulgando no distrito explicando por que Batayporã deveria ser desmembrado:

Queremos Batayporã como Município

1-Ao senhor governador nós queremos pedir, Bataiporã a Município, para o povo se influir. O povo estão esforçado, aumentar renda para o Estado, progresso para o Brasil. Estamos todos a combinar viagem para Cuiabá em junho vamos seguir. 2- Bataiporã foi colonizada pela Cia. Viação era um lugar isolado, era um terrível sertão, hoje estão povoado dando uma renda para o Estado que faz admiração. 3- Enviamos esta estatística ao Senhor Governador Fernando Correia da Costa, este grande governador, nos astros é mais reluzente é o melhor presidente que Mato Grosso já ganhou. 4-Escrivo este versinhos que por mim foi encontrado, ao Sr. Governador e aos ilustres deputados, não há fim sem princípio. Bataiporã a município espero que seja aprovado, estamos em união habitante e produção vai ser logo apresentado. 5- No distrito de Bataiporã o que tem vou apresentar, tem 4 mil famílias que reside no lugar, 12 serrarias, as suas rendas é sem igual. 5 máquinas bem montadas para arroz beneficiar, uma máquina de café, e logo outra vai chegar. 6- Tem 900 casas nesta cidade natal, tem 1500 crianças somente para estudar, tem 8 mil habitantes, quem quiser venha contar, 2 mil eleitores prontos para votar e tem mais de 1500 que falta qualificar. 7- Um cinema e 3 dentistas, Cartório para se documentar, um guarda-livro e 3 farmácias, 50 casas comerciais, o povo estão esperando, só falta Dr. Fernando para nos Cooperar. 8- Vamos tratar no assunto da lavoura cafeeira, tem 20 milhões produzindo, tudo café de primeira, tem 10 milhões que é mais novo e vai na mesma carreira. Bataiporã terra querida! Que tem progresso e tem vida e a cultura é de primeira. 9- Bataiporã a município, quero ver publicar, no próximo mês de junho, no Diário Oficial, queremos que chegue este dia, é uma grande alegria, foguete zoa no ar. 10- Sou um pequeno eleitor e o meu nome é certo, me chamo Elias Caetano, sou fiel companheiro, digo e torno a dizer lutando hei de vencer neste torrão brasileiro (CAETANO, 1963)⁴⁹.

Um grupo de moradores do então distrito de Batayporã havia retomado seus interesses pelo desmembramento, pois sabiam que o distrito tinha condições de se emancipar desde 1958. Entretanto, a pedido de Antônio Joaquim de Moura Andrade isso não aconteceu e, além disso, Batayporã passou a ser distrito de Nova Andradina, o que provocou uma divisão política entre o distrito de Batayporã e o município de Nova Andradina. Os moradores

§6º- A criação de Novos Municípios e a modificação dos quadros territoriais poderão ser feitas de cinco em cinco anos.

⁴⁸ Elias Caetano de Almeida nasceu no dia 26 de agosto de 1925 em Quebrangulo (AL). Morava no município de Luziania (SP) e, em 1960, se mudou para o distrito de Batayporã. Embora não tivesse educação formal na área, ele foi considerado o primeiro farmacêutico do município.

⁴⁹ Fonte encontrada no acervo documental do Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã, MS.

sabiam que tinham “todo” o necessário para que Batayporã fosse elevado à categoria de município. Sabiam, inclusive, que agora o distrito tinha forte apoio político tanto da Câmara quanto do governador do Estado.

O nosso chefe político na época era o Enio Barbosa Martins, de Bataguassu, onde pegamos muita amizade com ele e ele nos dava muita atenção. Inclusive quando o Fernando Correia da Costa foi eleito governador, ele ficou muito forte na política e nos dava carta branca aqui em Batayporã para indicar nomeação de professores, como a da Lourdes Romero, Fátima Mustafá, as três filhas do saudoso Madalena, a Dirce que lecionava na serraria esperança (ROMERO, 2001)⁵⁰.

Como visto na citação acima, embora Batayporã pertencesse ao município de Nova Andradina, os moradores do distrito ainda contavam com o apoio de lideranças políticas do município de Bataguassu. Os munícipes sabiam que seria possível realizar o desmembramento do distrito de Batayporã, uma vez que agora contavam com o apoio do então governador do Estado Fernando Correia da Costa (UDN).

Para que o leitor possa ter um panorama geral e entender a política do Estado de Mato Grosso nas décadas de 1950 e 1960, elaborou-se uma tabela – com base na obra “História de Mato Grosso”, de Demosthenes Martins – para mostrar os representantes que tiveram à frente do poder executivo do Estado de Mato Grosso no período de 1950 a 1966.

Tabela 1 - Governadores do Estado de Mato Grosso (1950- 1966)

GOVERNADOR	PARTIDO	MANDATO
Fernando Correia da Costa	UDN	1951 – 1956
João Ponce de Arruda	PSD	1956 – 1961
Fernando Correia da Costa	UDN	1961 – 1966

O senhor Sinforiano Romero foi uma personalidade política muito forte dentro de Batayporã. Embora nunca tenha ocupado nenhum cargo político no município, estava sempre muito bem informado tanto a respeito da política local quanto da nacional. Seu Romero faleceu no ano de 2009, logo no início desta pesquisa. Embora não tenha sido possível entrevistá-lo, esse episódio do desmembramento pode ter sido um dos mais importantes de sua vida, uma vez que Romero o descreveu em sua autobiografia, publicada em 2001.

⁵⁰ Fonte encontrada no acervo documental do Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã, MS.

Em julho de 1963, formamos uma comitiva composta por João Mourão, Romero, Elias Caetano e o saudoso Arlindo Ramos. Saímos daqui, às 4:00 horas e chegamos em Campo Grande às 10:00 horas, portanto, gastamos 18:00 horas de viagem, num Jeep azul que o João Mourão possuía, no dia seguinte compramos a passagens para Cuiabá e seguimos viagem de avião [...] (ROMERO, 2001)⁵¹.

Em um relato muito similar ao escrito por Romero. Cheirubim confirma:

[...] meu pai tinha um Jeep. Naquela época um Jeep era um carro aqui, então meu irmão foi de Jeep até Campo Grande. Não tinha asfalto, era terra, estrada de terra. Ele foi até Campo Grande, ele, o seu Elias, o João, meu irmão, seu Elias e seu Sinforiano Romero. Chegou lá em Campo Grande, meu pai comprou as passagens, já deu o dinheiro pro meu irmão, comprou as passagens aéreas e foram de avião para Cuiabá, atrás desse sonho deles [...] (CHEIRUBIM, 2010).

Embora sejam muito parecidos, decidiu-se por colocar os dois relatos, uma vez que o primeiro se trata de um documento escrito por um dos participantes do episódio do desmembrando e traz informações que o segundo, uma narrativa da filha do senhor Mourão, não contém. E vice-versa.

Só foi possível saber como ocorreu esse processo da negociação em Cuiabá graças à autobiografia do Sr. Romero porque quando se iniciou esta pesquisa já não havia mais nenhum outro membro do grupo vivo e os demais entrevistados não narraram esse episódio. Segundo Romero,

[...] Chegando lá, fomos ficar num hotel e no dia seguinte fomos para a Assembleia Legislativa procurar o já falecido Deputado Weimar Torres, para entregar uma carta do vereador já falecido Joaquim Cearense, nos apresentando ao Deputado e também nos recomendando a ele. Encontramos o Deputado logo na entrada e o Elias que era o presidente do Partido, entregou a carta ao Deputado, ele leu e nos disse, esta carta é de um companheiro meu que pediu o meu apoio para ajudar na criação do município de Batayporã, mas eu não posso entrar contra a esse projeto, porque o Moura Andrade esteve aqui na semana passada e nos pediu para que não apoiássemos a criação do município de Batayporã, vou chamar um companheiro seu, para entrar com esse pedido, aí ele chamou o Dr. Alves Duarte e nos apresentou e, imediatamente nos levou ao seu gabinete, onde mandou escrever o projeto da criação do município, naquele instante solicitei uma cópia do projeto, e de imediato me forneceu (ROMERO, 2001)⁵².

⁵¹ Fonte encontrada no acervo documental do Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã, MS.

⁵² Fonte encontrada no acervo documental do Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã, MS.

O deputado Weimar Torres, por ser membro do (PSD), não apoiaria mesmo. Assim, solicitou que Elias procurasse o deputado Alves Duarte⁵³ (UDN), para ajudá-lo nessa questão. Alves Duarte recebeu o grupo imediatamente em seu gabinete e mandou redigir o projeto solicitando que Batayporã fosse emancipado. O depoimento do senhor Romero mostra que, ainda em 1963, existia uma interferência muito grande por parte de Antônio Joaquim de Moura Andrade, solicitando que o distrito de Batayporã não fosse desmembrado.

Por outro lado, o senhor José Antônio Mourão, mesmo não sendo político, sempre teve muita influência política no Estado de São Paulo e queria muito que Batayporã fosse elevado à categoria de município. Os relatos de Cheirubim revelam por que as pessoas que viviam no distrito de Batayporã eram a favor da emancipação.

Batayporã era uma cidade que estava produzindo muito na época. Ela era uma força muito grande que tinha na época. E ela queria ser livre, queria ser independente para que a pudesse a renda ficar aqui no município. Esse era o sonho deles, que tava muito difícil. Eles foi em busca (CHEIRUBIM, 2010).

Antônio Joaquim de Moura Andrade fez o que foi possível para impedir que Batayporã fosse elevado à categoria de município, uma vez que a renda gerada no então distrito de Batayporã era muito boa e, caso fosse desmembrado, além da Fazenda Primavera ficar pertencendo ao município de Batayporã, a renda arrecadada ficaria no município.

Em sua autobiografia, o senhor Romero relata o interesse político do então deputado Martinho Marques (UDN) pelo distrito de Batayporã:

Naquele dia, chegou lá o Dr. Martinho Marques, já falecido, era suplente do deputado e queria entrar com o projeto de criação do município e combinou com o Deputado amigo dele, para se afastar do cargo aquela semana, para que ele possa entrar com o projeto, mas nada deu certo, pois Elias já havia pedido para Dr. Duarte entrar com o projeto, como de fato, nós assistimos à leitura do projeto na Assembleia Legislativa (ROMERO, 2001)⁵⁴.

Desde o início, em 1958, o deputado Martinho Marques esteve à frente do processo da emancipação política do distrito de Batayporã. Como ainda era suplente em 1963, Marques

⁵³ De acordo com a ficha do parlamentar, localizada no Instituto Memória do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, Antônio Alves Duarte, nasceu no dia 19 de novembro de 1903, no município de Natividade (MT). Viúvo. Residente no município de Dourados (MS). Exercia a profissão de médico. Elegeu-se deputado estadual constituinte pela UDN. O parlamentar representava os municípios de Dourados, Itaporã, Fátima do Sul, Glória de Dourados e Jataí.

⁵⁴ Idem.

não podia dar entrada no projeto⁵⁵ e o senhor Elias acabou indo conversar com o então deputado estadual Alves Duarte (UDN)⁵⁶. Naquele mesmo dia (26 de junho) assistiram à leitura⁵⁷ feita pelo Deputado Alves Duarte na Assembleia Legislativa, em Cuiabá.

Na noite anterior, antes de retornarem a Batayporã, o grupo que havia ido para Cuiabá se encontrou com o governador do Estado. Segundo Romero, “quando voltamos de Cuiabá, trouxemos a promessa do governador da criação do município” (ROMERO, 2001). Com a mala cheia de esperança, a comitiva retornou alegre, pois trazia a promessa do governador de que o distrito seria elevado à categoria de município. Assim, o projeto de Lei nº 139/63⁵⁸ elaborado pelo então deputado estadual Alves Duarte corria em vias de aprovação na Câmara. Após tomar posse, o deputado estadual Martinho Marques, na intenção de ter uma participação no processo do desmembramento do município, criou uma emenda no Artigo 2º alterando os limites do município de Batayporã⁵⁹. A área sugerida na emenda ficaria similar à proposta no primeiro projeto⁶⁰, de 1958 e de autoria do deputado Martinho Marques.

Assim, depois da criação da emenda, o projeto retornou para seguir votação na Câmara e, na sessão do dia 22 de outubro de 1963, os deputados aprovaram⁶¹ o projeto de Lei nº 139/63. Bastava apenas que o governador aprovasse o Projeto de Lei e, segundo Romero: “Cumprindo a sua promessa conosco, o governador criou o município de Batayporã no dia 12 novembro de 1963, conforme a Lei nº 1967, de 12 de novembro de 1963, publicada no Diário Oficial nº 14.465, de 22 de novembro de 1963”⁶².

Após o desmembramento de Batayporã, era necessário organizar a vida política do município. O relato sobre a primeira eleição da cidade foi encontrado no livro *Causos de Batayporã*. Segundo Félix,

⁵⁵ O Deputado Estadual Martinho Marques tomou posse no dia 31 de julho de 1963, ocupando a vaga do Deputado Wilson Loureiro. Ata nº 34, de 31 de julho de 1961. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

⁵⁶ Mato Grosso. Projeto de Lei nº 139, de 26 de junho de 1953. Dispõe sobre a criação do município de Bataiporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

⁵⁷ Ata nº 11 de 26 de junho de 1963. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

⁵⁸ Mato Grosso. Projeto de Lei nº 139, de 26 de junho de 1953. Dispõe sobre a criação do município de Bataiporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Mato Grosso. Projeto de Lei nº 187, de 16 de junho de 1958. Dispõe sobre a criação dos Municípios de Anaurilândia, Nova Andradina e Bataiporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

⁶¹ Ata nº 96, de 22 de outubro de 1963. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

⁶² Fonte encontrada no acervo documental do Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã, MS.

Os candidatos a prefeito eram o seu Diogo e o seu Gilberto e, naturalmente, que cada um tinha a sua ala. Naquele tempo, a apuração era feita em Dourados. Depois de lacradas, as urnas foram entregues à Dona Marina, do Cartório. E a partir do momento em que isso aconteceu, os fiscais do Partido, Odilon e Zéca Eduardo não mais saíram de perto das mesmas. A viagem a Dourados foi feita na Kombi do Dr. Martinho Marques, que era deputado e estava atuando como uma espécie de supervisor das eleições. Viajaram na perua, o próprio Dr. Martinho, seu Henrique, Dona Marina e os fiscais Odilon e Zéca Eduardo (FÉLIX, 1992, p. 42).

Portanto, após o desmembramento, havia duas pessoas interessadas no cargo de prefeito. Assim que o primeiro processo de eleição foi realizado, as urnas foram lacradas e enviadas para Dourados, onde a apuração era feita. A estrada ainda era de terra e o trajeto foi realizado na Kombi do deputado Martinho Marques, levando os fiscais e as urnas. Ao chegarem a Dourados, deu-se início à contagem dos votos.

Na hora da apuração foi aquele suspense. De começo, o seu Gilberto Moreira Andrade saiu na frente e o pessoal dele sorria prá turma do contra fazendo micagem. [...]. Mas, pra sorte de uns, azar de outros, de repente a coisa virou e o seu Diogo começou a levar vantagem, o que acalmou os nervos da Dona Cecília, gordona de cinco meses, do Dioguinho. Decidida a apuração, venceu o Diogo. [...]. Na volta, entraram na cidade soltando rojão, buzinando, seu Diogo no capô do Jipe. Mais tarde teve outro desfile, com a bandeira nacional, Baile e etc... Só que no baile a turma do contra não foi (FÉLIX, 1992, p. 42).

Na primeira eleição para a Prefeitura Municipal de Batayporã, que ocorreu em 4 de abril de 1965, foi eleito o senhor Diego Sanches Marchi (UDN) como prefeito e Laurindo Mustafá como vice. Em suas narrativas, Marchi afirmou que, para se construir as instalações do poder executivo era necessário “tudo”, pois não havia “nada”, nem prédio para as instalações da prefeitura. “Aí consegui com a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, eles tinham um escritório e eles me cederam o escritório pra montar a prefeitura no escritório deles. O governo do Estado ajudou com mil cruzeiros pra instalar o município” (MARCHI, 2010).

Após cinco anos da criação do município de Batayporã, no ano de 1968, o deputado Carlos Medeiros⁶³, por meio do Projeto de Lei nº 80/1968⁶⁴, solicitava uma revisão territorial. Segundo seu projeto, uma área do município de Batayporã deveria ser desmembrada e

⁶³ De acordo com a ficha do parlamentar, localizada no Instituto Memória do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, Carlos de Souza Medeiros nasceu no dia 4 de novembro de 1907, no município de Santiago (RS). Casado com Julieta Sá Medeiros. Residente no município de Campo Grande (MT). Exercia a profissão de criador. Elegeu-se deputado estadual constituinte pelo PTB. O parlamentar representava os municípios de Jardim, Guia Lopes, Bela Vista, Nova Andradina, Anurilândia e Glória de Dourados.

⁶⁴ Mato Grosso. Projeto de Lei nº 80, de 24 de abril de 1968. Desmembra do município de Batayporã área a ser anexada no município de Nova Andradina. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

anexada ao município de Nova Andradina. A área requerida corresponde ao atual município de Taquarussu, outrora distrito de Batayporã. Os moradores de Taquarussu, tinham interesse nesse desmembramento, uma vez que foi feito um abaixo-assinado, contendo aproximadamente 170 assinaturas declarando que desejavam pertencer ao município de Nova Andradina.

O projeto tinha como justificativa a via de comunicação que ligava os loteamentos de “Pouso da Arara, Batarrama e Taquarussu” ao município de Nova Andradina, pois seria mais acessível, tornando-se assim mais fácil o escoamento dos produtos agrícolas. O projeto tramitava na sala das sessões e acabou sendo rejeitado, uma vez que não cumpria as exigências expressa na Lei complementar nº 1. De acordo com o

Art. 6º A criação e qualquer alteração territorial do Município somente serão feitas no período fixado na lei que dispõe em cada Estado, sobre organização municipal (Lei Orgânica dos Municípios).

Parágrafo único. A criação ou supressão de Distritos, Subdistritos e de suas sedes, bem como o desmembramento do seu território, no todo ou em parte, para anexação a outro Município, dependerão sempre de aprovação das Câmaras Municipais interessadas, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos seus membros⁶⁵.

O então projeto foi rejeitado porque, de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios expressa acima, “a criação do município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal”⁶⁶. Ou seja, o projeto de lei de autoria do então deputado estadual Carlos Medeiros não seguiu adiante para votação por não ter sido apresentado no ano de 1967, e sim no o ano de 1968, ano de eleições municipais.

Conclui-se, portanto, que o projeto citado acima não partiu de Antônio Joaquim de Moura Andrade, uma vez a Fazenda Primavera não estava localizada nessa região. O interesse de desmembrar a referida área partiu dos moradores de Taquarussu, como o abaixo-assinado evidencia. É possível que algum político do município de Nova Andradina tivesse interesses eleitorais na região, por isso solicitava que o município fosse desmembrado. Mas não foi encontrada nenhuma fonte que justificasse as reais intenções para o desmembramento da área proposta.

⁶⁵ Lei complementar Nº 1, de 9 de novembro de 1967. Informação retirada do arquivo em PDF do site <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1960-1969/leicomplementar-1-9-novembro-1967-364990-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 de maio de 2015.

⁶⁶ Lei complementar Nº 1, de 9 de novembro de 1967. Informação retirada diretamente do site <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1960-1969/leicomplementar-1-9-novembro-1967-364990-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 de maio de 2015.

Embora o município de Batayporã tenha se desmembrado de Nova Andradina, ainda se fazia necessário que um município divergisse do outro, uma vez que após a emancipação não existia uma identidade batayporãense que divergisse dos nova-andradinense. Assim, no próximo capítulo procurou-se abordar como foi realizada a construção da identidade do batayporãense para se diferenciar do nova-andradinense. Buscou-se também discorrer a respeito de como essa identidade se encontra em constante mudança.

CAPÍTULO III - “NÓS E OS OUTROS” - A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE BATAYPORÃENSE

3.1 A construção da identidade batayporãense

A busca pela construção da identidade do município de Batayporã teve início muito antes do desmembramento, uma vez que colonos que vinham de diversas regiões do país traziam consigo seus costumes, suas tradições e suas próprias identidades. Ao chegarem ao então distrito de Batayporã provavelmente não se manifestavam tanto com as suas identidades de origem, pois todos se encontravam na mesma situação, cada um com uma identidade diferente. Para que as divergências causada pelas múltiplas identidades fossem amenizadas, os colonos e os colonizadores passaram a formar, então, uma pequena comunidade, pois seria impossível viver ali sem estreitar as relações sociais.

Para entender como se deu a construção da identidade batayporãense é necessário pensar em autores que discutiram esse conceito. O historiador e sociólogo Michael Pollak, em seu artigo “Memória e Identidade Social”, afirma que:

Nessa construção da identidade [...] há três elementos essenciais. Há uma unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento do grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido literal e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (POLLAK, 1992, p. 204).

Para mostrar como se deu a construção da identidade batayporãense, esses três elementos definidos por Pollak servirão de base de apoio teórico.

Depois do desmembramento, os munícipes de Batayporã buscavam se distanciar dos munícipes de Nova Andradina. É possível perceber que a busca pela construção da memória, assim como da identidade, se deu através de “[...]valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e, particularmente, em conflitos que opõem grupos diversos” (POLLAK, 1992, p. 205).

Como o primeiro elemento abordado por Pollak é o de uma unidade física, buscamos alguns autores para que pudéssemos fazer uma breve discussão da construção da identidade

através das fronteiras. Ao problematizar o conceito de região, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior mostra como é constituída a elaboração dos espaços:

[...] Vamos perceber o papel que a própria linguagem desempenha no estabelecimento, na elaboração e na reelaboração das noções espaciais que manipulamos e como estas dão origem a práticas espaciais, a ações em relação aos espaços, como estas noções espaciais são a base e dirigem projetos políticos, administrativo, culturais, éticos, estéticos que definem e delimitam a fronteira, domínios, territórios, lugares, regiões, nações. [...] (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 57).

Podemos perceber que, muitas vezes, as fronteiras são configuradas a partir de discursos políticos na busca de elaboração ou reelaboração dos espaços que, por sua vez, são configurados por meio de projetos políticos-administrativos. O sociólogo francês Pierre Bourdieu, em sua obra “O Poder Simbólico”, mostra como ocorre o ato da separação/divisão dos espaços – processo que se assemelha ao desmembramento de um município. Segundo o autor,

Regere fines, o acto que consiste em traçar fronteiras em << traçar as fronteiras em linhas retas >>, em separar <<o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro>>, é um acto *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, que se diz, de fazer sobrevir e porvir enunciado. A *regio* e as suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *fines*), em impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social. Este ato consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que anuncia [...] (BOURDIEU, 2007. p, 113-114).

Para que possamos entender como se deu a construção da identidade batayporãense, devemos buscar entender como se deu a construção das fronteiras que compõem esse município. Esse processo em um determinado território pode ser entendido como espaço de lutas, pois “[...] é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operação estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 57).

O processo da busca pela construção da identidade dos munícipes de Batayporã inicia-se quando o governador do Estado (*rex*) aprova o projeto de lei de criação do

município, estabelecendo as fronteiras (*Regere fines*). No caso, de acordo com a Lei nº 1.967, de 12 de novembro de 1963, publicada no Diário Oficial nº 14.465, de 22 de Novembro de 1963, as fronteiras ficaram delimitadas da seguinte forma:

Artigo 2º O município de terá o seguintes limites: começa no porto Santa Ilidia no rio Paraná, daí por uma reta até a barra do ribeirão Combate no rio Três Barras; pelo ribeirão Combate acima até sua cabeceira; daí por uma reta até a cabeceira da Bugra, afluente da Margem esquerda do ribeirão Samambaia, seguindo por essa cabeceira abaixo até encontrar a linha divisória da antiga fazenda São Bento, seguindo por essa linha até o rio Ivinhema; daí pelo rio Ivinhema abaixo até o rio Paraná, seguindo por este acima até o porto Santa Ilidia⁶⁷.

Quando cria um município, o governador do Estado (*rex*) impõe uma lei de criação que delimita as fronteiras ou limites de um município, demarcado e estabelecido por leis de criação. É um ato estabelecido pelo Estado, fazendo com que o poder simbólico, inscrito em um pedaço de papel, seja imposto a todos.

No caso de Batayporã, o poder instituído nesse pedaço de papel fez uma nova reconfiguração no território, as terras que pertenciam ao município de Nova Andradina acabaram se tornando município de Batayporã. Assim, a Fazenda Primavera, que pertencia a Antônio Joaquim de Moura Andrade, dono da colonizadora que colonizou Nova Andradina, acabou ficando pertencente ao município de Batayporã.

O segundo elemento destacado por Pollak é o de continuidade dentro do tempo, no sentido literal e psicológico. Ele deve ser entendido a partir do sentimento de pertencimento, o qual é construído por meio do que o cientista político estadunidense Benedict Anderson denomina de “comunidade política imaginada”. Para ele:

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2008, p. 32).

Toda nação pode ser considerada imaginada, pois, por menor que seja, jamais todos os membros de um determinado grupo se conhecerão. Em Batayporã não é diferente. Esse processo de construção da nação pode ser entendido por meio do “[...] estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 2008, p. 33). Esses estilos tratados por Anderson mostram como comunidades imaginadas acabam criando laços de afeto. Para o autor, isso pode ser entendido através de duas formas, a primeira é “[...] como redes de parentescos e clientelas passíveis de

⁶⁷ Diário Oficial nº 14. 465, de 22 de Novembro de 1963. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

uma extensão indeterminada [...]” (ANDERSON, 2008, p. 33). A outra é como a “[...] nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p.34).

Para que uma comunidade possa ser imaginada e para que haja uma forma representativa do “nós” de continuidade no tempo, é necessário que se concebam “[...] meios técnicos para ‘re-presentar’ o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação” (ANDERSON, 2008, p. 55). Essa representação da comunidade imaginada, ocorreu em um primeiro momento no município de Batayporã através dos discursos articulados pelos moradores locais. Esses discursos tinham como finalidade justificar e organizar tanto as ações quanto as concepções que os moradores tinham de si mesmos. Assim, foi possível “[...] produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (HALL, 2005, p. 51).

A partir de então, iniciava a busca do terceiro elemento definido por Pollak, o sentido de coerência. Para construir uma identidade comum, os batayporãenses buscavam se diferenciar dos habitantes de Nova Andradina, iniciando, assim, a “[...] realização estratégica de poder, de domínio, de controle, de separação, de inclusão e exclusão” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 62).

Dessa forma, depois de sancionada a lei de criação do município e construído um sentimento de pertencimento através da memória coletiva, ainda se fazia necessária a construção de outros dispositivos que pudessem justificar e construir a identidade. Embora houvesse o momento da “unificação era necessária a manutenção da unidade” (POLLAK, 1992, p.206).

Esses elementos necessários para manutenção da unidade são denominados por Bourdieu de “Representações Objectais”, muitas vezes expressas por meio de “(emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (BOURDIEU, 2010, p. 112).

Essas “Representações Objectais” como a bandeira, o brasão e o hino foram e são elementos utilizados na construção e na manutenção da identidade tanto dos nova-andradinenses como dos batayporãenses. Esses símbolos, em ambos os municípios, foram estabelecidos através de legislação. No caso de Batayporã, o então prefeito Alcides Sãovesso, por meio da Lei nº 140, de 9 de agosto de 1971, estabeleceu a criação da bandeira, do hino e do brasão. Entretanto, naquele ano de 1971, foram confeccionados somente a bandeira e o brasão, seguindo a descrição da Lei:

Artigo 6º- A Bandeira Municipal de Bataiporã, de autoria do heraldista Professor Arcissoé Antônio Peixoto de Faria, a Enciclopédia Heráldica Municipalista e que assim se descreve: esquartelada em faixa sendo os quartéis de verde, constituídas por três faixas horizontais brancas, carregadas de sobre faixas vermelhas, que partem de um triângulo por base à própria talha da Bandeira.

§1º- O estilo da bandeira obedece à tradição da heráldica portuguesa, da qual herdamos os cânones e regras, com direito a opção pelos estilos terciado, esquartelado, sextavado ou oitavados, ostentando uma figura geométrica no tampo, na trilha ou no centro onde o Brasão é aplicado, tendo por cores as mesmas constantes do campo do escudo.

§ 2º O Brasão constante da Bandeira simboliza o Governo Municipal e o flanco quartel branco onde é aplicado, representa a própria cidade sede do município, as faixas que partem desse flanco quartel dividindo o campo da bandeira em quartéis assim constituída representam as propriedades rurais existentes na mesma⁶⁸⁶⁹.

Ao mencionar a batalha em torno da simbologia republicana, com relação ao hino e à bandeira, José Murilo de Carvalho afirma que “não poderia ser de outra maneira, de vez que são esses tradicionalmente os símbolos nacionais mais evidentes de uso quase obrigatório” (CARVALHO, 1990, p.109).

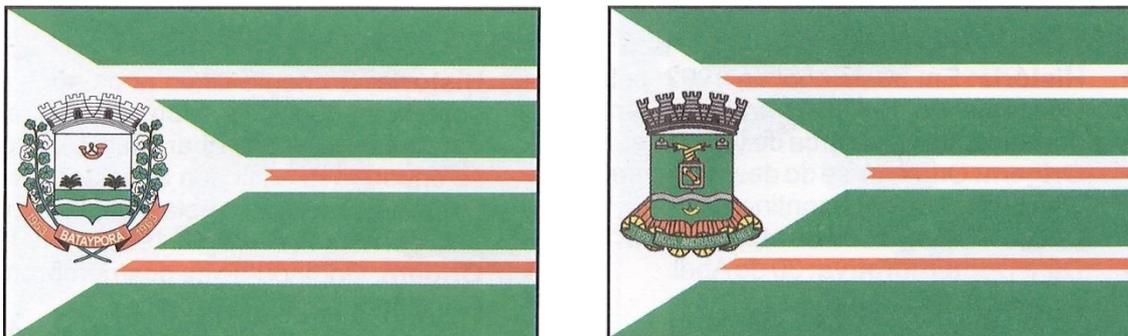
Como mostram as datas dos projetos de lei, a bandeira do município de Nova Andradina foi confeccionada primeiro, de acordo com a Lei Municipal nº 189/70. Deve-se destacar, entretanto, que tanto a bandeira do município de Nova Andradina quanto a de Bataiporã foram desenhadas pelo mesmo heraldista, Arcissoé Antônio Peixoto de Faria e ambas são praticamente iguais, a única diferença entre elas é o brasão que apresentam. As descrições vistas na lei de criação da bandeira de Bataiporã são as mesmas expressas para a bandeira do município de Nova Andradina.

A bandeira é utilizada como um elemento da unidade. Esse elemento, porém, não era um dos principais para divergir da identidade dos nova-andradinenses, uma vez que ambas são praticamente idênticas, como mostra a figura abaixo:

⁶⁸ Lei nº 140/1971 De 09 de Agosto de 1971. Prefeitura municipal de Bataiporã-MS.

⁶⁹ Lei nº 189/1970 de 19 de Novembro de 1970. Prefeitura municipal de Nova Andradina-MS.

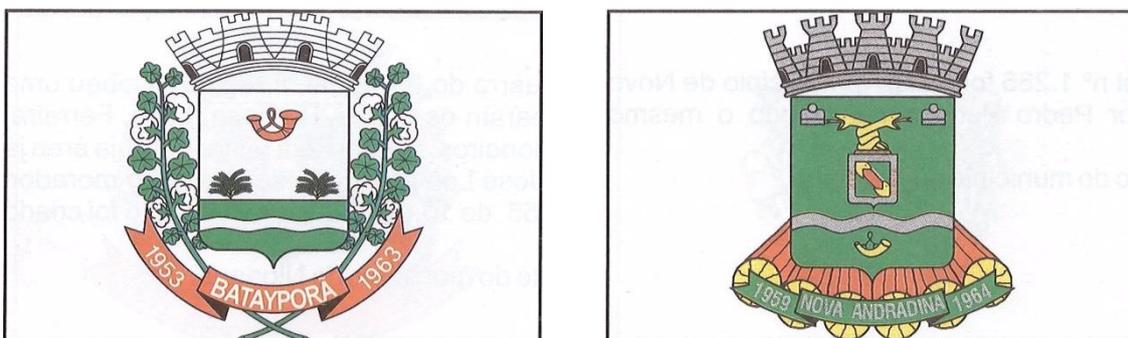
Fotografia 1 - Bandeira do Município de Batayporã e Nova Andradina.



Fonte: Prefeitura Municipal de Batayporã e Nova Andradina

Confeccionado junto com as bandeiras, o brasão configurou um elemento simbólico utilizado para divergir os municípios de Nova Andradina dos de Batayporã, como podemos ver na imagem abaixo:

Fotografia 2 - Brasão dos Municípios de Batayporã e Nova Andradina.



Fonte: Prefeitura Municipal de Batayporã e Nova Andradina.

Ambos os brasões foram desenhados pelo mesmo heraldista que confeccionou as bandeiras. O brasão do município de Batayporã ficou descrito da seguinte forma:

Artigo 19- [...] Escudo semintica encinada pela corôa mural de seis torres, de argente. Em campo de argente, firmada em chefe, uma buzina de caça, estilo boiadeiro de góles, ao terso um tersado de sínopla cortada de uma faixa ondade de argente, sendo nascentes do mesmo dois tufos de samambaia de cor do terrado, como surportes, à dextras e sinistra do escudo, hastes de algodão florido ao natural entrecruzadas em ponta, sobrepostas de um listel de goles, contendo em letras argentinas o topônimo “Bataiporã” ladeado pelos milésimos “1953 e 1963”⁷⁰.

⁷⁰ Lei nº 140, de 9 de agosto de 1971. Prefeitura municipal de Batayporã-MS.

Por ser muito extensa a descrição do brasão, fez-se a seleção de algumas partes para mostrar os elementos utilizados pelo heraldista na construção e/ou manutenção da identidade do batayporãense. De acordo com o parágrafo único do artigo 19,

[...]

c) O metal argente (prata) do campo do escudo simboliza a paz, trabalho, amizade, prosperidade, pureza e realização.

d) Em chefe ponto de honra e parte superior do escudo, a buzina estilo boiadeira de góles (vermelha) representa no brasão a pecuária, uma das expressões econômicas de maior destaque na vida municipal.

[...]

f) em ponta o tersado, de sinópla (verde) exalta a exuberância das terras, posto que a cor que se representa é símbolo de abundância, honra, civilidade cortesia e alegria; é o verde a com simbólica da “esperança e, a esperança tem essa cor porque a mesma lembra os campos verdejantes na primavera, fazendo “espera copiosa colheita”.

g) a faixa ondada de argente (prata) que corta o terrado de sinópla (verde) representa o córrego Samambaia onde foi feita a demarcação da primeira divisas de terras, dando origem a formação do povoado, os tufos de samambaia lembra no brasão a origem do primeiro topônimo dado à localidade.

h) Nos ornamentos exteriores, as hastes de algodão florida ao natural, representam o principal produto oriundo da terra dadivosa e fértil, esteio da economia municipal, no listel de góles (vermelha), em letras argentina (prateada), inscreve-se o topônimo identificador “Bataiporã” ladeado pelos milésimos “1953” da sua fundação e “1963” de sua emancipação política⁷¹.

Devemos destacar, ainda, que muitos desses elementos expressos na descrição utilizada pelo heraldista fazem parte do cotidiano dos batayporãenses. Pela proximidade dos municípios, esses mesmos elementos também estão expressos no brasão municipal de Nova Andradina. Por exemplo, a buzina estilo boiadeira utilizada em ambos os brasões representam a pecuária, que é muito forte tanto em Batayporã quanto em Nova Andradina.

Por outro lado, as hastes de algodão floridas representavam o principal produto da agricultura local na época em que o brasão foi elaborado. Nos dias de hoje, o algodão deu lugar ao plantio da cana-de-açúcar e de grãos. Dessa forma, o algodão não representa mais um produto da identidade local.

Outro elemento criado para unificar e manter a identidade local foi o hino do município de Batayporã. Embora estivesse expresso na lei municipal nº 140/1971, foi somente no ano de 1994 que ocorreu o concurso para a escolha do hino. Segundo o artigo 18

⁷¹ Idem.

da lei municipal citada acima, “fica o poder executivo autorizado a contratar serviços de um compositor ou instituir um concurso entre compositores para a escolha do hino municipal”⁷².

Assim, no dia 3 de janeiro de 1994, a prefeitura criou o edital de concurso público nº 001/94, que tinha como finalidade a escolha do hino para o município. De acordo com a ata do julgamento, a escolha foi realizada no dia 20 de dezembro de 1994, nas dependências do Centro Educacional Municipal. De acordo com o documento, foi

[...] constatado a existência de três participantes, a saber; 1- Edivaldo da Silva, 2- Dário do Amaral Trachta, 3- Haroldo Lobo Ruiz Garcia, tendo sido esclarecido que o Sr. Haroldo Lobo Ruiz Garcia, concorria com dois Hinos. [...] Após isto, foi tocada em teclado, as melodias apresentadas em partituras e para melhor entendimento e análise, foram tocada as fitas K7apresentadas. Após nova análise das letras e novamente ouvido as respectivas fitas K7, realizou nova votação para eliminação, tendo sido excluído o Hino do Sr. Dário do Amaral Tracta, restando os hinos de Edivaldo da Silva e Haroldo Lobo Ruiz Garcia analisaram novamente para a escolha do Hino vencedor; ficando a votação por unanimidade, para o Hino de Haroldo Lobo Ruiz Garcia⁷³.

Haroldo Lobo Ruiz Garcia era natural de Presidente Prudente (SP) e se mudou para Batayporã nos anos 90, onde passou a ministrar aulas de violão. Além de professor, ele era compositor de inúmeras peças musicais. Depois de participar e ganhar o concurso para a composição do Hino de Batayporã, também participou de outros concursos para escolha de hinos de outros municípios do Estado, como Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Jateí e Juti⁷⁴.

Em função da busca por elementos essenciais na construção da identidade do batayporãense, realizou-se uma análise dos hinos de Batayporã e de Nova Andradina, uma vez que há aí mais uma coincidência: ambos foram escritos pelo mesmo compositor. Abaixo, um quadro com as letras:

⁷² Idem.

⁷³ Ata de Julgamento para escolha do Hino do município de Batayporã. Anexo ao Projeto de lei nº 030/2003 da Câmara Municipal de Batayporã.

⁷⁴ Informações retiradas do site: <http://www.progresso.com.br/policia/morre-compositor-haroldo-lobo> Acesso em 19 de abril de 2015.

Quadro 01- Hinos dos Municípios de Batayporã e Nova Andradina

Hino de Batayporã-MS	Hino de Nova Andradina-MS
<p>Música e Letra de Haroldo Lobo Ruiz Garcia</p> <p>Tu és... de tantas lindas, De tantas terras que já vi A mais bonita e a mais bem-vinda Meu doce berço de dormir.</p> <p>Batayporã... que lindo nome... De água boa que é Yporã Jan Antonin Bata... e seu sobrenome... Se fez assim Batayporã.</p> <p>Do Vale... Cidade Amizade Do Estado... um exemplo de viver Batayporã... céu mais azul Tu és o orgulho do Mato Grosso do Sul.</p> <p>Bandeira... exibe o vermelho Das terras de outrora lindas matas E no teu branco a nossa paz A esperança o verde traz.</p> <p>Teus rios... casal perfeito O Samambaia e o Paraná Em tuas matas, faunas e floras Grande tesouro, há de guardar.</p> <p>Pecuária... tão altaneira Leva o teu nome... Oh! Mãe gentil És conhecida... muitas fronteiras Que atravessam o Brasil.</p> <p>Cidade... pequeno paraíso Que Deus deixou aqui na terra E o teu solo... sempre em sorriso Vem germinando a semente que se enterra.</p> <p>De um povo gentil e acolhedor Que canta o teu nome com respeito Batayporã... és puro amor Rincão querido e eterno leito.</p>	<p>Música e Letra de Haroldo Lobo Ruiz Garcia</p> <p>Nova Andradina, de águas claras, céu azul. Linda gigante, tu és orgulho do Mato Grosso do Sul. Eu sou feliz, por fazer parte desta grande família. Um povo alegre, acolhedor, Nova Andradina és amor.</p> <p>Cidade Baile, antigo nome deste nosso paraíso. Nova Andradina, do nosso vale é a "Cidade Sorriso". Rio Samambaia e o Ivinhema descendo com muita calma. Mata e rios, a natureza faz feliz a minha alma.</p> <p>Piso em teu solo, durmo em teu colo, oh! Meu berço varonil. És veia artéria do nosso Estado, que se orgulha em ser Brasil. Tua bandeira, verde esperança, branco paz. O teu vermelho, terra tombada fartura que nos traz.</p> <p>Suave amarelo é o sol se pondo pedindo à claridade. Chamar a lua e na amplidão surge o pioneiro Moura Andrade. Solo sagrado e abençoado que da tudo ao teu povo. Nova Andradina nunca cansamos de teu cantar de novo.</p> <p>Tua pecuária faz o teu nome travessar muitas fronteiras. Tão cobiçadas foram tuas matas por tão ricas madeiras. Foi Deus quem deu este chão lindo à nossa gente. Nova Andradina aqui nasci, escolhi, vivo contente.</p>

Fonte: Prefeitura Municipal de Batayporã e Nova Andradina

Podemos perceber que o compositor, no decorrer da tessitura de ambos os hinos, utiliza elementos que procuram destacar as características geopolíticas, sociais e históricas de cada município. Entretanto, pela proximidade de ambas cidades, podemos perceber que Garcia sentia certa dificuldade em encontrar elementos para diferenciar a identidade batayporãenses daquela dos nova-andradinenses; ambas as letras são compostas de elementos

muito parecidos. Há relatos de que o compositor teria concorrido com dois hinos no concurso de Batayporã e teria utilizado a letra daquele que foi eliminado, com algumas adaptações, para concorrer no concurso do município de Nova Andradina.

Embora o concurso tenha ocorrido no ano de 1994, foi somente em 2003 que o então prefeito Jercé Eusébio de Souza encaminhou o projeto de Lei nº 030/2003 para o legislativo visando instituir o hino do município de Batayporã. Os vereadores Reinaldo Antônio Mariscal e Edson Peres Ibrahim relataram o projeto de lei, afirmando que:

Tomamos a decisão acima em virtude de verificarmos que necessário se faz regulamentarmos e instituímos o Hino de nosso município, pois isto deveria ter sido feito em gestões anteriores uma vez que a letra e música, composta por Haroldo Lobo Ruiz Garcia venceu o Concurso Público em janeiro de 1994, por lapso as providências devidas não foram tomadas pela administração da época, então somente agora buscamos oficializar o hino⁷⁵.

Pode-se perceber que, embora o município de Batayporã tenha sido criado em 1963, levou-se um tempo para estabelecer os elementos oficiais que unificassem a identidade dos batayporãenses, diferenciando-os, assim, dos nova-andradinenses. Os elementos citados acima – a bandeira, o brasão e o hino – constituem tradições inventadas que unem, aproximam um determinado grupo de pessoas,.

Para os historiadores Eric Hobsbawn e Terene Ranger, “a importância destes sinais residia justamente em sua universalidade” (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 19).

A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação (Firth *in* HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 19).

Embora existam diversos elementos necessários à construção da identidade de um grupo, esses três símbolos expressos na citação acima são os mais utilizados – não só na construção, mas também na manutenção das identidades. “Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – o sentimento de unidade de continuidade e coerência” (POLLAK, 1992, p. 206).

Embora houvesse ocorrido todo um processo na busca pela construção da identidade batayporãense, essas diferenças, nesse primeiro momento, só se concretizaram através das

⁷⁵ Projeto de lei nº 030/2003 da prefeitura Municipal de Batayporã.

representações simbólicas. As mágoas geradas pelo não desmembramento político-administrativo de Batayporã nas décadas de 1950 e 1960 acabaram ficando para trás, foram sendo amenizadas e esquecidas pelo intenso fluxo tanto dos batayporãenses para o município de Nova Andradina, como dos nova-andradinenses para o município de Batayporã. Embora exista um limite dividindo os municípios, eles se tornam praticamente invisíveis pelo intenso tráfego diário de pessoas que circulam, trabalham e estudam, indo e vindo de um município para o outro.

Como vimos, pessoas da elite local estiveram envolvidas no processo de emancipação político-administrativa de Batayporã e, embora a emancipação faça parte da construção da identidade, é preciso levantar uma questão: será que houve algum interesse por parte dessa elite política envolvida no desmembramento em criar esses símbolos na busca de uma identidade própria? Fica evidente que não, uma vez que se levou aproximadamente nove anos para confeccionar os primeiros elementos simbólicos do novo município.

Assim, buscando compreender quais foram os impactos gerados pelos símbolos na construção da identidade, surge outra pergunta: qual identidade a elite dirigente tentou estabelecer? Nenhuma. Essa busca por uma identidade local através dos símbolos foi em vão, uma vez que acabou não atingindo o conjunto da população. Esses meios de propagandas confeccionados pelo governo local não despertaram o entusiasmo dos moradores. Pode-se afirmar, portanto, que a criação dos símbolos locais, como a bandeira, o brasão e o hino, não passaram de mera formalidade.

Sem despertar um sentimento de união ou recriar um imaginário, a população local acabou caindo em um “vazio” (CARVALHO, 1990, p. 128). Esse vazio deixado na construção de uma identidade local não é apenas um problema da realidade batayporãense, mas sim do sul-mato-grossense. Após a divisão do Estado, os habitantes do Mato Grosso do Sul não criaram elementos que de fato construísse essa identidade, em função do grande “vazio” deixado, fazendo com que novas identidades acabem surgindo, como veremos adiante.

3.2 A invenção da identidade tcheca no município de Batayporã

Segundo o sociólogo jamaicano Stuart Hall, “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório e variável e problemático”. Como resultado, “esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa essencial e permanente” (HALL, 2005, p. 12).

A modernidade ficou marcada pelas construções das identidades fixas. Os elementos simbólicos como as fronteiras, a bandeira, o hino e o brasão são utilizados até os dias de hoje, tanto na construção como na manutenção das identidades. Segundo Anthony Giddens, “nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações [...]” (Giddens, 1990, p. 37 *Apud* HALL, 2005, p. 14).

Embora esses elementos simbólicos sejam utilizados, eles não sustentaram a construção da identidade batayporãense, uma vez que os limites expressos na lei de criação do município de Batayporã já não são mais os mesmos. Depois do desmembramento do então distrito de Taquarussu⁷⁶, os limites foram reconfigurados.

Da mesma forma, como já vimos acima, alguns dos elementos expressos na bandeira e no brasão já não se sustentam porque já não fazem mais parte da economia local. Entretanto, ainda são utilizados, pois “[...] é o que prevaleceu, sendo as outras funções tomadas como implícitas ou derivadas de um sentido de identificação com uma ‘comunidade’ e/ou as instituições que a representam, expressam ou simbolizam, tais como a ‘nação’” (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 17).

Os elementos simbólicos expressos pela modernidade na construção das identidades estáveis e sólidas passaram por inúmeras transformações. Deve-se destacar que essas mudanças passaram a ocorrer a partir do momento em que o globo passou a se conectar entre si, causando, assim, inúmeras transformações sociais em toda a superfície do planeta. “[...] O deslocamento tem características positivas. Ele desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos [...]” (HALL, 2005, p. 17-18). Além disso, “tudo surge sob nova luz a partir de uma lente que desfoca identidades que parecem homogêneas e estabilizadas e demonstra como estas podem ser híbridas” (ANDERSON, 2008, p. 14).

⁷⁶ Lei Estadual nº 77, de 12 de maio de 1980 – Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Voltando à ideia de que tanto a identidade individual quanto a coletiva são híbridas e se encontram em constante movimento, a identidade dos batayporãenses também não é estável, uma vez que os “vazios” deixados na construção dessa identidade fizeram com que novos grupos emergentes acabassem buscando uma reconfiguração para ela. A identidade batayporãense começou a passar por mudanças depois que um grupo familiar descendente de tchecos organizou o arquivo pessoal que pertencia ao senhor Jindrich Trachta, gerente da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso.

A criação e organização do arquivo histórico, iniciou-se em 2002 e terminou em 2004, dentro de um projeto de pesquisa interdisciplinar do Departamento de Geociências e de História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, denominado: “Resgate e construção da memória e da história da Colonização do Sudeste de Mato Grosso do Sul” coordenado pelo Prof. Luiz Carlos Batista geógrafo, com a participação do Prof. José Carlos Ziliani, historiador do Campus de Três Lagoas da UFMS e do Prof. Carlos Martins Junior historiador do Departamento de História do Campus de Aquidauana (BATISTA; JÚNIOR; ZILIANI, 2005)

A organização desse acervo deu origem ao Centro de Memória Jindrich Trachta (CMJT), inaugurado no dia 12 outubro de 2001⁷⁷. Bonfim mostra como se deu o que, a princípio, era apenas para ser um projeto de pesquisa e acabou ganhando força e se tornando uma identidade local.

Resultante de um inesperado conjunto de relações que se estabeleceram entre a equipe do projeto, a família responsável pelo Centro de Memória Jindrich Trachta, da cidade de Batayporã, e diplomatas da Embaixada e do Departamento de Estado da República Tcheca, foi organizada uma exposição “itinerante” com materiais do acervo documental e fotográfico, organizados e disponibilizados pelo projeto. Essa exposição, com o título “Passos Tchechos em Terras Brasileiras”, contou com o apoio financeiro do Ministério das Relações Exteriores da República Tcheca. A exposição realizou-se em dezembro de 2003, nas cidades de Batayporã e Bataguassu (BONFIM, 2009, p. 18).

Além da organização do arquivo e da realização da exposição “Passos Tchechos em Terras Brasileiras”, no ano de 2003, a construção dessa identidade passou a ganhar força depois que dois descendentes de tchecos escreveram uma obra de caráter memorialista com o mesmo nome da exposição. Desde então, essa identidade passou a fazer parte do cotidiano do batayporãense.

⁷⁷ O Centro de Memória está instalado em parte da antiga casa gerencial da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, que desde a sua construção foi residência do Sr. Jindrich Trachta. Situado na Rua José Antônio Mourão, 1756 Batayporã (MS).

No início da colonização, alguns migrantes da então Tchecoslováquia vieram para terras onde hoje está localizado o município de Batayporã. Esse pequeno grupo formado por poucas famílias – como os Trachta, os Zpeavak, os Dobes e os Bata – sempre esteve presente na sociedade batayporãense, porém nunca haviam se movimentado na direção da construção de uma identidade tcheca. Os próprios migrantes/colonizadores não se preocuparam em difundir a cultura trazida por eles, nem sequer se preocuparam em difundir a língua. Pode-se especular que os primeiros imigrantes não se preocuparam em difundir sua cultura, pois

Alguns, considerando a volta, puseram-se a temer, de forma inesperada, uma nova expatriação: a de reencontrarem em seu país de origem. Podemos acreditar em parte; deixaram seu país há muito tempo, e nele não tem mais amizades vivas, seus filhos nasceram e na colônia enterraram seus mortos (MEMMI, 1977, p. 23).

É visível que esses migrantes não voltaram para o seu país de origem porque a Europa, principalmente a então Tchecoslováquia, ainda vivia momentos de tensão política no pós-guerra. Os fatores expressos por Albert Memmi na citação acima possibilitam pensar os motivos que fizeram com que esses imigrantes acabassem nem pensando em um possível retorno. É provável que esses migrantes tchecos não tenham se preocupado em perpetuar sua cultura para seus familiares em função de uma memória traumatizada.

Os migrantes tchecos, de fato, não se preocuparam em construir uma identidade tcheca no município. Como os demais habitantes, eles estavam mais preocupados com a construção de uma identidade comum. Foi somente após a construção do CMJT, em 2001, que se iniciou a manipulação da memória local. Como esclarece o antropólogo Joël Candau,

De uma maneira geral, todos os traços que têm por vocação “fixar” o passado (lugares, escritos, comemorações, monumentos etc.) contribuem para a manutenção e transmissão da lembrança de dados factuais: estamos, assim, em presença de “passados formalizados”, que vão limitar as possibilidades de interpretação do passado e que, por essa razão, podem ser constitutivos de uma memória “educada” ou mesmo “institucional” e, portanto, compartilhada (CANDAU, 2012, p. 118).

A memória que vem sendo perpetuada dentro do município de Batayporã é a memória do colonizador. Esse processo da construção de memória ligado à República Tcheca acaba fazendo com que a memória do batayporãense esteja ligada à memória do colonizador, o já mencionado Jan Antonin Bata. Essa memória faz com que a memória ou a identidade daqueles colonos que chegaram e construíram aquela cidade e lutaram na busca pela construção da identidade batayporãense acabe se eclipsando.

Pode-se dizer que o que vem acontecendo no município de Batayporã é a imposição de uma memória por um determinado grupo que “valoriza os comportamentos apropriados e reprime os demais a fim de produzir uma memória adequada à reprodução de saberes e fazeres e à manutenção de uma identidade [...]” (CANDAUI, 2012, p. 118). E a valorização dessa memória “se dá através do prestígio das famílias dominantes, que se exprime pelas genealogias” (Le Goff, 2008, p. 427).

A memória é algo que está sempre em jogo. Indivíduos estão sempre em busca de mostrar que são portadores de certa memória com o objetivo de perpetuá-la. Em Batayporã, como já se falou anteriormente, a falta de uma identidade local forte e o “vazio” deixado pela falta de elementos simbólicos e culturais, que muitas vezes constroem a identidade de um povo, possibilitou que determinados grupos familiares acabassem se apropriando da memória local. Para Le Goff,

[...] Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2008, p. 422).

O conceito de “Comunidade Imaginada” fornece apoio para ajudar entender como vem sendo contada e difundida essa ideia da cultura tcheca dentro do município de Batayporã, para compreender os mecanismos utilizados na construção dessa identidade por parte desse pequeno grupo de descendentes de tcheco. O cientista político Benedict Anderson defende que a imprensa sempre teve um papel essencial na construção e manutenção das nações. Mas foi durante o século XVIII, na Europa, que surgiram duas formas de criação imaginária da nação: “[...] o romance e o jornal. Pois essas formas proporcionaram meios técnicos para ‘representar’ o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação” (ANDERSON, 2008, p. 55).

Ao discutir como se dá o surgimento da cultura nacional, o sociólogo Stuart Hall afirma que ela é apresentada através da

[...] narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos símbolos e rituais nacionais que simbolizam e representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal “comunidade imaginada”, nos vemos no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa. Ela dá significado e importância a nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino

nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte (HALL, 2005, p. 52)

Em um primeiro momento, essa cultura foi difundida através de narrativas, mas passou despercebida aos olhos da sociedade. Após a construção do Centro de Memória Jindrich Trachta, essa cultura passou a ser apresentada de outra forma, como veremos adiante. Outro conceito que vai nos permitir compreender como vem sendo difundida a cultura tcheca dentro de Batayporã é o conceito de “tradição”, pois “tradições que parecem ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas [...]” (HOBSBAWM; RANGER *in* Hall, 2005, p. 54). Os historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger, mostram o que podemos entender por:

“tradições inventadas” um conjunto de práticas normalmente reguladas por réguas tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9).

As tradições relacionadas à identidade tcheca passaram a ser difundidas em Batayporã com relação a identidade do dono da colonizadora. Esse surgimento está ligado ao mito ou ídolos de “origem”. Há muitos casos em que as sociedades históricas buscaram uma explicação para sustentar as tradições através de um personagem que estivesse ligado à memória de um determinado lugar. O historiador francês Marc Bloch lançou uma crítica a esse conceito de “origens”. “Para o vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade; aí mora o perigo” (BLOCH, 2001, p. 57).

No caso de Batayporã, o mito do surgimento está ligado à memória do dono da colonizadora da cidade, Jan Antonin Bata. A partir da crítica lançada por Bloch, recorda-se que, muitos antes do aparecimento do dono da colonizadora, essa região já habitada por outros povos – como exposto no primeiro capítulo. Por isso, esse termo “origem” acaba sendo ambíguo, pois exclui das memórias e das histórias os primeiros moradores que chegaram a essa região.

Para compreender como vem sendo difundida essa identidade tcheca, utiliza-se aqui a metodologia sugerida por Bloch. “Por mais intacta que suponhamos uma tradição, faltará sempre apresentar as razões de sua manutenção” (BLOCH, 2001, p. 58). Dessa forma, buscou-se mostrar quais os principais elementos utilizados tanto na construção quanto na manutenção dessa identidade.

Desde a inauguração do Centro de Memória Jindrich Trachta, inúmeras intervenções culturais, políticas e sociais vêm sendo realizadas para divulgar essa nova identidade que vem sendo constituída no município de Batayporã.

Não foi possível encontrar nenhum relato de como foi realizada a manutenção dessa identidade nos primeiros anos, só foi possível realizar essa análise a partir de 2009. Embora não se tenha informações de anos anteriores, nos momentos iniciais não foram realizadas muitas intervenções, elas se tornaram mais intensas a partir de 2009.

Para que as tradições possam ser perpetuadas e se tornar partilhadas faz-se necessário o uso dos meios de comunicações. Outrora essas divulgações das tradições eram realizadas através de materiais impressos, como visto acima. Hoje, com o aumento do uso das tecnologias, as tradições inventadas vêm sendo divulgadas através de *websites*, revistas eletrônicas e por meio das redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*.

As primeiras intervenções para a manutenção dessa identidade tiveram início com a chegada de professoras da República Tcheca para ensinar o idioma tcheco no município de Batayporã, as aulas eram ministradas na escola Jan Antonin Bata. Como não foi possível fazer levantamento anterior ao ano de 2009, não é possível afirmar com precisão desde quando essa língua vem sendo ensinada. De toda forma, as informações levantadas mostram que não se ensina apenas o idioma, mas também informam sobre dados culturais e costumes tchecos no município. Através do *site* do consulado da República Tcheca em São Paulo, podemos saber que:

Como cada ano, a Páscoa se celebra pelos compatriotas também em Batayporã. Nesse ano, a Páscoa ficou para o quarto final de semana de abril. Antes de workshop prático os alunos da língua tcheca e os estudantes da Escola Estadual J. A. Bata assistiram uma palestra sobre a Páscoa na República Tcheca. Eles ficaram sabendo também mais informações sobre país do fundador da cidade – Dr. Jan Antonin Bata. A palestra ocorreu na escola no dia 18 de abril. Na quarta-feira no dia 21, os compatriotas podiam tentar entrelaçar uma vareta. Não foi fácil porque faltam os galhos de salgueiro. Tínhamos que usar um tipo de cipó que não era tão flexível como os galhos de salgueiro. Enfim, conseguimos entrelaçar umas varetas e decorá-las com as fitas coloridas. Depois pintamos os ovos. Os ovos coloridos decoramos com cera quente, os raspamos com agulha ou usamos um aparelho para furá-los. O resultado do nosso trabalho podem ver nas fotografias. Martina Čermáková, professora da língua tcheca em Batayporã.⁷⁸

⁷⁸ Informação retirada do site:

http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/compatriotas/pascoa_em_bataypor.html. Acesso em 5 de abril de 2015.

Podemos perceber no texto escrito por Čermáková que essa prática já se tornou uma tradição, uma vez que o próprio texto deixa transparecer que tais práticas já foram realizadas em anos anteriores. O termo “compatriota” usado no texto expressa para os outros de fora que os batayporãenses são ou compartilham da mesma pátria, ou da mesma nacionalidade.

Embora o grupo de pessoas que compartilham dessa pátria reúna poucas pessoas, podemos perceber para que tal tradição é justificada, para manter os costumes as tradições Tchecas dos colonizadores.

No ano de 2009, foi realizada a primeira “Semana Checo-Brasileira de Identidade, Cultura e História”, realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul *Campus* de Nova Andradina (UFMS/CPNA), em parceria com o Centro de Memória Jindrich Trachta. De acordo com um *site* de notícias local, “a função principal do evento será o de debater a história, cultura, identidade e a memória dos imigrantes Checos no Brasil, principalmente na região do Vale do Ivinhema, onde sob suas influências foram fundadas as cidades de Batayporã e Bataguassu”⁷⁹.

Embora tenha sido realizado por uma Universidade, o evento não teve um impacto acadêmico relevante, uma vez que não fez parte de sua programação a apresentação de pesquisas acerca da identidade tcheca local. O evento procurou destacar e difundir a cultura e a memória do colonizador de Batayporã.

No dia 12 de novembro de 2009, durante a gestão do então prefeito Edson Perez Ibraim, foi inaugurado o busto do colonizador Jan Antonin Bata (imagem abaixo). O domínio da memória agora se materializava, pois a representação do colonizador, antes presente apenas nas narrativas, agora se fazia presente em um monumento, o que para o historiador francês Jacque Le Goff é denominado de “arquivo de pedra”⁸⁰ (LE GOFF, 2008, p. 428).

⁷⁹ Informação retirada do site: <http://www.valedoivhemagora.com.br/imprimir.php?id=49410>. Acesso em 9 de abril de 2015.

⁸⁰ A pedra e o mármore serviram, muitas vezes, de suporte a uma sobrecarga de memória. Os “arquivos de pedra” acrescentavam à função de arquivos propriamente ditos caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea (LE GOFF, 2008, p. 428).

Fotografia 3 - Busto de Jan Antonin Bata



Foto: Arquivo pessoal do autor

Na placa embaixo do busto há duas frases, uma em tcheco – *Batayporã, to je náš klenot* – e outra em português – *Batayporã, esta é a nossa joia*. A tradução para o tcheco mostra como o município está ligado à memória daquele país e esse elo se dá através da imagem do colonizador, configurando, assim, mais um elemento responsável pela manutenção dessa identidade inventada. O domínio dessa memória fez com que, desde 2009, se fortalecesse ainda mais o intercâmbio de Batayporã com a República Tcheca. Além do busto, a cidade conta com outro monumento típico da República Tcheca, o *žudro* localizado em frente ao Centro de Memória Jindrich Trachata (foto na próxima página). O *žudro* é

[...] usado na entrada das casas populares na região de Moravské Slovácko e parte da Eslováquia. Suas partes laterais representam pilares e em cima uma abóbada protegida pelas telhas ou outro material. Geralmente decorado com ornamentos pintados de flora e fauna⁸¹.

⁸¹ Informação retirada do site: <http://cs.wikipedia.org/wiki/%C5%BDudro>. Acesso em 19 de abril de 2015. Tradução de Martina Čermáková.

Fotografia 4 - Žudro- Centro de Memória Jindrich Trachta



Foto: Arquivo pessoal do autor

Já no ano de 2010, próximo da data do 47º aniversário da emancipação política e administrativa de Batayporã, se espalharam pelas ruas e avenidas da cidade *outdoors* e faixas contendo duas imagens que chamavam bastante a atenção: uma bandeira da República Tcheca ao lado da bandeira do município. Ao fazer uma leitura das imagens, pode-se pensar que, pelo fato do município ter sido colonizado pelo tchecoslovaco Jan Antonin Bata, a administração local ligava a memória do município à do colonizador. Mais um ponto para ajudar a manter a construção dessa identidade tcheca que vinha sendo incorporada pelos munícipes locais. Desta vez, porém, a iniciativa não partiu do grupo de descendentes de tcheco, mas do poder executivo do município.

Fotografia 5 - Outdoor com a bandeira de Batayporã e da República Tcheca.



Foto: Arquivo pessoal do autor

Em 2011, essa identidade se tornava cada vez mais evidente, uma vez que as “tradições” continuavam se mantendo no município. Por exemplo, as aulas de tcheco⁸² continuavam a ser ministradas. O município de Batayporã passava também a ser conhecido na República Tcheca, provavelmente como a cidade de Jan Antonin Bata, pois nesse ano passou a receber desde políticos até turistas tchecos⁸³. Ainda em 2011, foi firmada uma parceria da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems/Nova Andradina) com a Universidade de Carlos, situada na cidade de Praga, capital da República Tcheca. De acordo com *site* local *Nova News*,

⁸²Informação retirada do site:

http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/curso_de_lingua_tcheca_em_bataypor_e.html. Acesso em 20 de maio de 2015.

⁸³ Informação retirada do site:

http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/cultura/nisanka_grupo_folclorico_tcheco_no.html. Acesso em 20 de maio de 2015

Informação retirada do site: <http://www.novanews.com.br/noticia/brasil/senadores-da-republica-tcheca-visitam-centro-de-memoria-em-bataypora>. Acesso em 20 de maio de 2015

O acordo de cooperação internacional nasceu a partir de um contato já estabelecido entre a unidade da UEMS em Nova Andradina e o Centro de Memória Jindricht Trachta de Batayporã, que preserva a história da colonização tcheca na região. O responsável pelo Centro de Memória, Evandro Trachta, foi pessoalmente a Praga, onde intermediou as conversações entre as universidades⁸⁴.

Pode-se perceber que tal acordo visa a construção e a manutenção da identidade tcheca, pois, como bem destacou o *site*, esse acordo tinha como finalidade “preservar a história da colonização tcheca na região”. Fica claro que esse interesse é mútuo, não só os descendentes de tchecos em Batayporã, mas também pessoas da República Tcheca visam fortalecer essa identidade com o Brasil. Afinal, seguindo a ideia de outros europeus, os tchecos talvez precisem mostrar que eles também colonizaram outras regiões no mundo. Para oficializar ainda mais esse acordo, foi promovida uma “Semana Tcheco-Brasileira” em Nova Andradina e Batayporã⁸⁵.

Ainda compondo esses elementos de criação de identidade tcheca, Batayporã tem um grupo de dança tcheca chamado *Klenot* (Joia), coordenado por Dolores Bata, neta de Jan Antonin Bata, dono da colonizadora. O grupo é composto tanto por descendentes quanto por não descendentes de tchecos e realizam ensaios constantemente para se apresentar em eventos no município. No ano de 2012, esse grupo de dança tcheca de Batayporã foi convidado para participar da 6ª Edição do Festival Folclórico de Compatriotas⁸⁶, na cidade de Praga, no mês de setembro. Segundo a coordenadora do grupo, em entrevista para o *site Nova News*, o

[...] grupo se apresentou com trajes originais da Republica Tcheca, que foram restaurados e conservados ao longo de anos, por sua mãe Ludmila A. Batová Arambacic, filha de Jan Bata, acervo esse doado à Oficina Cultural Tcheco e Eslovaca do Brasil, que atualmente está em Batayporã. “Existe trajes com mais de 100 anos, e todos bem conservados”, explica ela. De acordo com a coreografa do grupo, Guiomar Bata, foi a primeira vez que esse acervo foi utilizado em Praga, depois da segunda guerra mundial⁸⁷.

⁸⁴ Informação retirada do site: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/uems-de-nova-andradina-elabora-convenio-com-universidade-tcheca> Acesso em 22 de maio de 2015.

⁸⁵ Informação retirada do site: http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/semana_tcheco_brasileira_em_nova.html Acesso em 22 de maio de 2015.

⁸⁶ Informação retirada do site: http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/compatriotas/sucesso_dos_dancarinos_brasileiros_na.html Acesso em 22 de maio de 2015

⁸⁷ Informação retirada do site: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/depois-de-festival-na-europa-grupo-klenot-se-apresenta-em-bataypora> Acesso em 24 de maio de 2015.

Após retornarem à cidade de Batayporã, se fazia necessária a manutenção da identidade tcheca no município. Assim, foi colocado na entrada da cidade um *outdoor* parabenizando o grupo. O problema é que muitos moradores da cidade sequer sabem o que é o grupo *Klenot*. No ano seguinte, o grupo de dança, devidamente trajado, se apresentou na 43ª Festa do Padroeiro de Batayporã, em meio a quadrilhas e comidas típicas de Festa Junina. “Segundo a comissão organizadora da Festa do Padroeiro, o convite estendido ao grupo tem por objetivo valorizar a cultura e a tradição dos pioneiros de Batayporã, que eram naturais da República Tcheca”⁸⁸. O problema é que os naturais da República Tcheca, os “pioneiros” sequer se preocuparam em difundir essa cultura, pois até o presente momento não foi encontrado nenhum relato de danças típicas antes do surgimento do CMJT.

Fotografia 6 - Outdoor do grupo Klenot.



Foto: Arquivo pessoal do autor

Nos dias de hoje, as redes sociais têm um papel imenso no processo da construção da identidade do município de Batayporã, dentre as quais se destaca o *Facebook*, onde, por meio de postagens, essa identidade vem sendo construída pelos descendentes locais e absorvida pelos de fora. A imagem abaixo foi capturada durante uma aula de tcheco, em Batayporã, e, depois de postada no *Facebook*, acabou gerando uma série de comentários. Lê-se em um

⁸⁸ Informação retirada do site: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/depois-de-festival-na-europa-grupo-klenot-se-apresenta-em-bataypora>. Acesso em 24 de maio de 2015.

comentário que “a cidade é repleta de descendentes de tchecos, porque eles colonizaram a cidade”.

Percebe-se, portanto, que essa identidade vem se mantendo assim, através de pequenas representações – como o busto do fundador, o žudro, o grupo de danças – que dão a entender que em Batayporã há uma colônia de migrantes tchecos. No cotidiano, essas representações passam despercebidas, uma vez que essa identidade é alimentada por um grupo muito pequeno da sociedade batayporãense. Diferentemente do que ocorre em cidades como Blumenau (SC) e Holambra (SP), onde características culturais estrangeiras são vivenciadas por grande parte dos moradores.

Fotografia 7 - Página do Facebook.



Fonte: Facebook - Valeska Rocha Kubik

Santo Antônio é o padroeiro da cidade de Batayporã. Esse elemento religioso é essencial na construção, bem como na manutenção, da identidade de qualquer município, uma vez cada cidade elege um santo, ou santa, para ter como padroeiro/a. No ano de 2013, o cardeal Dominik Duka⁸⁹ trouxe uma réplica do Menino Jesus de Praga que foi entregue a alguns membros da comunidade tcheca de Batayporã.

⁸⁹Informação retirada do site:

http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/visita_do_cardeal_dominik_duka_no_brasil.html. Acesso em 25 de maio de 2015.

Segundo o Presidente do Centro de Memória, Evandro Trachta, o projeto da vinda da imagem começou no ano de 2011 quando, em contato com a Igreja Nossa Senhora da Glória, em Praga, ele teria manifestado a vontade de construir um santuário do Menino Jesus na cidade de Batayporã. Em 2012, o contato foi mantido novamente, mas desta vez, com a Arquidiocese de Praga e foi nessa ocasião que foi confirmada a vinda da réplica ⁹⁰.

A imagem foi recebida com um grande evento, foi realizada uma celebração na igreja Matriz e, logo após, foi feito o lançamento da pedra fundamental onde será construída uma pequena capela para abrigar a imagem. Durante meses, a imagem ficou exposta na igreja Matriz e lá permanece até hoje, uma vez que a pequena capela no Centro de Memória ainda não foi construída.

Fotografia 8 - Imagem do Menino Jesus de Praga



Fonte: Imagem retirada do *site Nova News*⁹¹

A manutenção dessa identidade fez com que o município recebesse, no ano de 2014, um número relativamente grande de visitas oficiais de representantes da República Tcheca. O

⁹⁰ Informação retirada do site: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/bataypora-recebera-uma-replica-da-imagem-do-menino-jesus-de-praga> Acesso em 19 de abril de 2015.

⁹¹ Informação retirada do site: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/bataypora-recebe-imagem-do-menino-jesus-de-praga-neste-domingo-25> Acesso em 19 de abril de 2015.

primeiro grupo a visitar Batayporã foi composto pelo Embaixador Da República Tcheca no Brasil Jiří Havlík e pelo Cônsul Geral da República Tcheca em São Paulo Pavel Procházka. Essa visita teve dois momentos, primeiro eles se encontraram com o então governador do Estado de Mato Grosso do Sul André Puccinelli, e falaram sobre “as possibilidades das relações comerciais, econômicas, culturais e educacionais com a República Tcheca”⁹². No segundo momento, o grupo visitante

[...] tomou conhecimento das atividades dos compatriotas tchecos e descendentes de Jan Antonín Bata nas cidades Batayporã e Bataguassu, as quais Bata fundou no século 20. Nos anos 40 estabeleceu. Em todos os lugares mencionados se realizaram as reuniões com os prefeitos e representantes do governo. O Embaixador e o Cônsul geral foram recebidos em Batayporã pela banda sopros criada da escola local. No encontro informal se apresentaram, entre outros, os membros do grupo folclórico "Klenot", qual em Praga em 2012 ganhou o 1 ° prêmio de 50 grupos folclóricos de todo o mundo⁹³.

O segundo grupo a visitar Batayporã foi um grupo de voluntárias. De acordo com o site do Consulado Geral da República Tcheca,

Entre os dias 4 até 22 de agosto de 2014 realizou-se na cidade de Batayporã já pela sétima vez o projeto dos voluntários tchecos, organizado pelo Centro de Memória Jindrich Trachta e agência INEX de Praga. As quatro voluntárias Hanka Šmeráková, Iva Kaniová, Lenka Pastorková e Romana Komárková vieram para Batayporã com o objetivo de participarem na fase final de preparação da sala da língua tcheca⁹⁴.

Por fim, o terceiro e último grupo a passar pelo município era composto de 22 empresárias da regiões da Moravia e da Bohemia, na República Tcheca, que fazem parte de uma organização intitulada “Mulheres Empreendedoras”. De acordo com o *site Nova News*,

Dolores Bata, neta do fundador de Batayporã, Jan Antonin Bata, comentou sobre a oportunidade de crescimento para a cidade de Batayporã. Segundo ela, é importante o ingresso em divisas estrangeiras dentro do Brasil, uma vez que há

⁹²Informações retiradas dos sites:

http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/comercio_e_economia/visita_oficial_do_embaixador_jiri_havlik.html
<http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/hasioka-apresenta-potenciais-de-nova-andradina-a-diplomatas-da-republica-tcheca>. Acesso em 27 de maio de 2015.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Informação retirada do site:

http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/compatriotas/cesti_dobrovolnici_v_bataypor_jiz_po.htm. Acesso em 27 de maio de 2015.

tempos atrás, seu avô, que era um industrial tcheco, já havia desenvolvido atividades em Batayporã⁹⁵.

Percebe-se por meio das fotos contidas na página⁹⁶ da reportagem mencionada acima que essa identidade tcheca que vem sendo construída em função do vazio deixado pela falta de uma sólida identidade local. A construção dessa identidade inventa, entretanto, acabou gerando benefícios ao município, pois esses empresários e turistas acabam colaborando com o desenvolvimento da economia local.

Verifica-se, ainda, uma busca em manter essa identidade ligada à memória do colonizador, pois as fotos que aparecem na imprensa são feitas sempre em frente aos monumentos – já mencionados nesta pesquisa – que fazem referência à identidade tcheca. O trabalho de perpetuação da memória do colonizador fez com que Batayporã passasse a ser vista, de fato, como uma cidade colonizada por tchecos.

No ano de 2015, quatro descendentes receberam a entrega do título de cidadãos tchecos. A matéria⁹⁷ que relata o fato traz alguns indícios de que o título foi concedido por serem os beneficiários descendentes de tchecos, mas fica subentendido que o título foi concedido por mérito, embora raramente títulos de cidadão tcheco sejam concedidos por mérito. A nacionalidade atribuída a esse grupo de descendentes se deu através do critério *jus sanguinis*, quando filhos de pais estrangeiros nascem no Brasil e adquirem a cidadania de origem do pai ou da mãe. Esse é um dos mais típicos processos.

Podemos perceber que essa manutenção de identidade vem sendo divulgada ao mesmo tempo em que vem sendo construída. Além da visibilidade desse grupo na imprensa brasileira, diversas reportagens acerca de Batayporã vêm sendo publicadas na República Tcheca – por serem escritas em tcheco fica difícil de saber como Batayporã vem sendo visto e apresentado pelos outros. Abaixo, um exemplo de uma dessas reportagens, publicada na revista *Reflex*⁹⁸, que circula na República Tcheca.

⁹⁵ Informação retirada do site: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/bataypora-recebera-22-empresarias-da-republica-tcheca-no-mes-de-outubro> Acesso em 27 de maio de 2015.

⁹⁶ Idem

⁹⁷ Informação retirada do site: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/consul-da-republica-tcheca-entrega-titulos-de-cidadania-a-moradores-de-bataypora> Acesso em 27 de maio de 2015.

⁹⁸ Informação retirada do site: <http://www.reflex.cz/clanek/cestovani/64234/prales-v-brazilii-uz-nekde-zmizel-naopak-batovo-mesto-porad-zustava.html> Acesso em 27 de maio de 2015.

Fotografia 9 - Reportagem sobre Batayporã na Revista Reflex



Fonte: Imagem retirada do Facebook de Sembera⁹⁹

O próprio título da reportagem – *Prales zmizel, Češi zůstali* (O mato desapareceu, mas os Tchecos ficaram) – dá a entender que houve uma forte colonização de tchecos em Batayporã. Essa identidade que vem sendo construída acaba fazendo com que a identidade batayporãense acaba ficando em segundo plano e muitas vezes acaba passando despercebidamente em função dessa identidade que vem sendo transmitida. É claro que se “Batayporã - A cidade de Bata ainda vive” não é em função de Jan Antonin Bata, uma vez que ele sequer viveu nessas terras, pois era apenas era o dono da colonizadora. Se a cidade do Bata ainda vive é porque, nas décadas de 1950 e 60, pessoas de diversas regiões do país e migrantes de várias outras nacionalidades, como portugueses e alemães, apostando em uma vida melhor, trouxeram sonhos e esperança de um novo começo e aqui permaneceram e construíram não apenas a cidade, mas também uma identidade.

⁹⁹ Título: Prales zmizel, Češi zůstali- (O mato desapareceu, mas os Tchecos ficaram). Subtítulo: Brazílie, Batayporã Batovo město žije (Brasil, Batayporã- A cidade de Bata ainda vive). Tradução de Markéta Pilátová. Informação retirada do site: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10205451977635462&set=a.1785542754954.98934.1131063545&type=1&theater>. Acesso em 27 de maio de 2015.

Pode-se afirmar, portanto, que essa identidade que vem sendo construída no município de Batayporã é uma identidade para poucos, uma vez que nem todos os moradores têm acesso a ela ou se identificam com essa identidade. Essa afirmação pode ser feita, por meio das reportagens do *site Nova News*, permite que os internautas façam comentário nas reportagens e algumas pessoas usando pseudônimos ou não acabam fazendo inúmeros comentários de forma irônica em relação essa identidade Tcheca. Stuart Hall sugere que:

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2005, p. 39).

Enfim, devemos entender essa identidade como um processo de identificação. Por mais que existam senhores de uma memória “oficial”, eles não são senhores de todas as memórias. Batayporã é repleta de diferentes memórias que constituíram a identidade do batayporãense. Essa identidade é formada, então, por um hibridismo cultural de pessoas que vieram de inúmeras regiões do Brasil, com uma boa dose da cultura pantaneira. Assim surgiu o batayporãense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade narrar a história da emancipação político-administrativa do município de Batayporã. Para que o leitor pudesse compreender melhor como se deu o surgimento desse município foi necessário fazer uma breve contextualização histórica do processo de ocupação da região. Diversos fatores econômicos, sociais e políticos foram essenciais nesse processo de ocupação.

Nesse primeiro capítulo buscou-se dar um pouco mais de atenção aos colonos que chegaram em Batayporã na década de 1950 e 1960. Por meio da memória desses colonos foi possível conhecer novos aspectos dessa história da construção da cidade. Ao final do primeiro capítulo, pode-se perceber que, embora algumas pesquisas voltadas à história das cidades de Nova Andradina e Batayporã tenham sido realizadas, ainda é necessário que novos pesquisadores construam trabalhos que explorem a dinâmica histórica nessa região.

Na primeira parte do segundo capítulo, realizou-se um balanço bibliográfico acerca de pesquisas realizadas sobre o tema “emancipações político-administrativas” no Brasil. Pode-se concluir que, nos últimos anos, esse tema vem chamando a atenção de alguns pesquisadores brasileiros, uma vez que vem aumentando o número de pesquisas realizadas. Já na segunda parte, com o auxílio da história oral e com o levantamento e a análise de fonte documental, conseguimos compreender melhor alguns fatos acerca da emancipação político-administrativa do município de Batayporã.

Assim, foi possível perceber que, de acordo com a Lei nº 187¹⁰⁰, a história do desmembramento teve início no ano de 1958, portanto muito antes de 1963, ano em que Batayporã se tornou, oficialmente, um município. Essa conclusão só foi possível graças à documentação levantada e analisada, proveniente do Instituto Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Sem essa documentação e apenas com base nas entrevistas, estava-se chegando à conclusão de que o desmembramento só havia tido início no ano de 1963.

Foi possível constatar também que moradores do então distrito de Batayporã tinham interesse na emancipação e procuraram o deputado Martinho Marques para solicitar que o distrito fosse elevado à categoria de município. Nesse contexto foi possível perceber que

¹⁰⁰ Mato Grosso. Projeto de Lei nº 187, de 16 de junho de 1958. Dispõe sobre a criação dos Municípios de Anaurilândia, Nova Andradina e Batayporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Martinho Marques, com interesses políticos na região, elaborou um Projeto de Lei não somente com a criação de um município, mas solicitando a criação de três novos municípios: Batayporã, Anaurilândia e Nova Andradina.

Podemos perceber por meio tanto das entrevistas quanto das fontes documentais que Antônio Joaquim de Moura Andrade, dono da Moura Andrade & Cia. (empresa responsável pela colonização do município de Nova Andradina), fez de tudo para que Batayporã não fosse elevado à categoria de município porque não queria que uma de suas propriedades, a Fazenda Primavera, passasse a pertencer ao município de Batayporã. Moura Andrade chegou a procurar um outro deputado para que fosse criada uma emenda vetando a criação do município de Batayporã e, ainda, fazendo com que o então distrito deixasse de pertencer a Bataguassu e passasse a ser distrito de Nova Andradina.

Depois da solicitação de Moura Andrade para que o distrito não fosse desmembrado, surgiram as primeiras rivalidades políticas, fazendo com que os moradores de Nova Andradina e de Batayporã se encontrassem divididos politicamente. Foi possível chegar a essa conclusão porque, após o desmembramento, os moradores do distrito de Batayporã não recorreram ao poder executivo de Nova Andradina e se mantiveram politicamente ligados ao município de Bataguassu.

Através das fontes documentais, foi possível perceber que, passados cinco anos, o processo de desmembramento foi retomado novamente em 1963. Os moradores do distrito sabiam que Batayporã tinha todas as condições necessárias para que fosse desmembrado, mas, mesmo assim, Antônio Joaquim de Moura Andrade ainda tentava impedir que o distrito fosse elevado à categoria de município.

Dessa forma, um grupo de moradores iniciou novamente as articulações na busca pela emancipação político-administrativa do distrito. Composto por João Mourão, Romero, Elias Caetano e Arlindo Ramos, o grupo partiu para Cuiabá, uma vez que contavam com um forte apoio político não só por parte de alguns deputados estaduais, mas também por parte do governador do Estado. Assim, depois de conhecer o projeto mostrando que Batayporã tinha todas as condições políticas para emancipação, o deputado Alves Duarte submeteu imediatamente à votação o projeto de lei de criação do município.

Antes de retornar a Batayporã, esse grupo de moradores acabou se encontrando com o então governador do Estado de Mato Grosso, que prometeu que o distrito seria elevado a município. Retornaram ao distrito, portanto, com a malas cheias de promessa e esperança. Em

vista disso, no dia 12 de novembro de 1963, o então governador do Estado aprovou a Lei nº 1967, criando o município de Batayporã.

Conclui-se que o interesse pelo desmembramento do município de Batayporã em ambos os momentos partiu dos munícipes, uma vez que existiam inúmeros interesses sociais, políticos e econômicos dos envolvidos nesse processo. Os moradores do distrito de Batayporã sabiam que, com o desmembramento, novas alianças políticas seriam feitas, possibilitando, assim, o desenvolvimento econômico do município.

Outro fator é que não precisariam mais ficar recorrendo à elite política de outro município para o desenvolvimento local, pois teriam autonomia político-administrativa para isso. Deve-se destacar que os munícipes sabiam que tinha todas as condições para se emancipar. Quando Batayporã passou a pertencer a Nova Andradina, em nenhum momento recorreram à ajuda daquele município. Durante esse período, os moradores do distrito de Batayporã permaneceram politicamente ligados ao município de Bataguassu.

Pode-se concluir que durante todo o processo, que durou aproximadamente seis anos, o deputado estadual Martinho Marques esteve sempre à frente lutando para que o município fosse emancipado, mesmo depois de 1957, quando já não contava mais com o apoio político dos munícipes de Nova Andradina e, embora não quisesse perder apoio político nessa região, apoiou os munícipes de Batayporã em todo o processo. Até que esta pesquisa fosse realizada, os moradores locais desconheciam esse fato.

Com relação à construção da identidade, foi possível perceber que em nenhum momento depois da emancipação houve interesse por parte dos munícipes em buscar uma construção identitária que diferenciasse Batayporã de Nova Andradina. A construção desses elementos simbólicos – a bandeira, o hino e o brasão – para formar uma identidade, nesse primeiro momento, não passou de mera formalidade política.

As rixas geradas pelo não desmembramento no ano de 1958 foram amenizadas, e mais tarde esquecidas, somente após a emancipação do município de Batayporã. Embora os elementos simbólicos tenham sido construídos nesse primeiro momento, não houve manutenção – muito menos construção – de elementos culturais que compusessem a identidade do batayporãense. O “vazio” deixado nesse processo fez com que uma nova identidade acabasse surgindo.

Nas últimas décadas, a identidade do batayporãense vem sendo construída/inventada por grupos familiares descendentes de tchecos. Essa identidade que vem sendo “inventada” dentro do município é para poucos, pois nem todos se identificam com essa nova construção

identitária. A falta de identificação por parte dos moradores impede que seja despertado o sentimento de “comunidade imaginada”, fazendo com que essa identidade ainda permaneça no “vazio”.

Antônio Joaquim de Moura Andrade sempre foi uma pessoa de forte influência política, diferentemente de Jan Antonin Bata. Os contatos de Moura de Andrade possibilitaram que Nova Andradina acabasse se desenvolvendo muito mais economicamente do que Batayporã. É possível também que o não desmembramento de Batayporã, na década de 50, possa ter influenciado nesse não desenvolvimento econômico e social do município.

FONTES

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Bataguassu- Estado de Mato Grosso.

Ata de Julgamento para escolha do Hino do município de Batayporã. Anexo ao Projeto de lei nº 030/2003 da Câmara Municipal de Batayporã.

Ata nº 11 de 26 de junho de 1963. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ata nº 61 de 12 de Dezembro de 1958. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ata nº 96 de 22 de Outubro de 1963. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Autobiografia de Sinforiano Romero. Fonte encontrada no acervo documental do Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã, MS.

Diário oficial nº 13.748 do Estado de Mato Grosso de 20 de janeiro de 1959. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ficha parlamentar do deputado Antônio Alves Duarte Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ficha parlamentar do deputado Carlos de Souza Medeiros. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ficha parlamentar do deputado Clóvis Hugueneu. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ficha parlamentar do deputado José Cerveira da Silva Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ficha parlamentar do deputado Manoel de Oliveira Lima Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ficha parlamentar do deputado Martinho Marques da Silva Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Lei complementar Nº 1, de 9 de Novembro de 1967. Informação retirada diretamente do site <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1960-1969/leicomplementar-1-9-novembro-1967-364990-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 20 de maio de 2015.

Lei Estadual nº 77, de 12 de maio de 1980 – Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Lei nº 140/1971 de 09 de Agosto de 1971. Prefeitura municipal de Batayporã-MS.

Lei nº 189/1970 de 19 de Novembro de 1970. Prefeitura municipal de Nova Andradina-MS.

Mato Grosso. Constituição (1963). Constituição do Estado de Mato Grosso. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ofício nº 69/58, de 17 de Novembro de 1958 da Prefeitura Municipal de Bataguassu- Estado de Mato Grosso.

Panfleto “Queremos Batayporã como Município”. Fonte encontrada no acervo documental do Centro de Memória Jindrich Trachta. Batayporã, MS.

Projeto de lei nº 030/2003 da Câmara Municipal de Batayporã-MS

Projeto de Lei nº 139 de 26 de junho de 1953. Dispõe sobre a criação do município de Bataiporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Projeto de Lei nº 187 de 16 de junho de 1958. Dispõe sobre a criação dos Municípios de Anaurilândia, Nova Andradina e Bataiporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Projeto de Lei nº 80 de 24 de abril de 1968. Desmembra do município de Batayporã área a ser anexada no município de Nova Andradina. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Projeto de Lei nº 150 de 27 de setembro de 1953. Dispõe sobre a criação do Distrito de Paz de Bataiporã. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Projeto de Lei nº 152 de 27 de setembro de 1953. Dispõe sobre a criação do Distrito de Paz de Anaurilândia. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

SITES

Morre compositor Haroldo Lobo. *Progresso*. Disponível em: <http://www.progresso.com.br/policia/morre-compositor-haroldo-lobo>. Acesso em 19 de abril de 2015.

Páscoa em Batayporã. *Consulado da República Tcheca em São Paulo*. 04 de maio de 2011. Disponível em: http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/compatriotas/pascoa_em_bataypor.html Acesso em 05 de abril de 2015.

Aberta em Nova Andradina a Semana Checo-Brasileira. *Vale do Ivinhema Agora*. 18 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.valedoivinhemagora.com.br/imprimir.php?id=49410> Acesso em 09 de abril de 2015.

Curso de língua tcheca em Batayporã e Nova Andradina. *Consulado da República Tcheca em São Paulo*. 14 de Abril de 2011. Disponível em: http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/curso_de_lingua_tcheca_e_m_bataypor_e.html. Acesso em 20 de maio de 2015

Nisanka - grupo folclórico tcheco no Brasil. *Consulado da República Tcheca em São Paulo*. 06 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/cultura/nisanka_grupo_folclorico_tcheco_no.html. Acesso em 20 de maio de 2015.

GOMES, Acácio. Senadores da República Tcheca visitam Centro de Memória em Batayporã. *Nova News*. 05 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticia/brasil/senadores-da-republica-tcheca-visitam-centro-de-memoria-em-bataypora>. Acesso em 20 de maio de 2015.

GOMES, Acácio. UEMS de Nova Andradina elabora convênio com universidade tcheca. 18 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/uems-de-nova-andradina-elabora-convenio-com-universidade-tcheca>. Acesso em 22 de maio de 2015.

ČERMÁKOVÁ, Martina. Semana Tcheco-Brasileira em Nova Andradina e Batayporã. *Consulado da República Tcheca em São Paulo*. 24 de junho de 2011. Disponível em: http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/semana_tcheco_brasileira_em_nova.html. Acesso em 22 de maio de 2015.

Sucesso dos dançarinos brasileiros na República Tcheca. *Consulado da República Tcheca em São Paulo*. 17 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/compatriotas/sucesso_dos_dancarinos_brasileiros_na.html. Acesso em 22 de maio de 2015.

ROZ, Germino. Depois de festival na Europa, Grupo Klenot se apresenta em Batayporã. *Nova News*. 10 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/depois-de-festival-na-europa-grupo-klenot-se-apresenta-em-bataypora>. Acesso em 24 de maio de 2015.

Visita do Arcebispo de Praga, cardeal Dominik Duka, ao Brasil. *Consulado da República Tcheca em São Paulo*. 07 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/visita_do_cardeal_dominik_duka_no_brasil.html. Acesso em 25 de maio de 2015.

ROZ, Germino. Batayporã receberá uma réplica da imagem do Menino Jesus de Praga. *Nova News*. 16 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/bataypora-recebera-uma-replica-da-imagem-do-menino-jesus-de-praga>. Acesso em 19 de abril de 2015.

ROZ, Germino. Batayporã recebe imagem do Menino Jesus de Praga neste domingo (25). *Nova News*. 23 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/bataypora-recebe-imagem-do-menino-jesus-de-praga-neste-domingo-25>. Acesso em 19 de abril de 2015.

Visita oficial do Embaixador Jiří Havlík no Mato Grosso do Sul. *Consulado da República Tcheca em São Paulo*. 08 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/comercio_e_economia/visita_oficial_do_embaixador_jiri_havlik.html. Acesso em 27 de maio de 2015.

NOVA ANDRADINA, Acessoria. Hashioka apresenta potenciais de Nova Andradina a diplomatas da República Tcheca. *Nova News*. 16 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/hashioka-apresenta-potenciais-de-nova-andradina-a-diplomatas-da-republica-tcheca>. Acesso em 27 de maio de 2015.

ČERMÁKOVÁ, Martina. Os voluntários tchecos em Batayporã já pela sétima vez! 17 de setembro de 2014. Disponível em: http://www.mzv.cz/saopaulo/pt/cultura_compatriotas_e_educacao/compatriotas/cesti_dobry_olnici_v_bataypor_jiz_po.htm. Acesso em 27 de maio de 2015.

ROZ, Germino. Batayporã receberá 22 empresárias da República Tcheca no mês de outubro. *Nova News*. 19 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/bataypora-recebera-22-empresarias-da-republica-tcheca-no-mes-de-outubro>. Acesso em 27 de maio de 2015.

ROZ, Germino. Cônsul da República Tcheca entrega Títulos de Cidadania à moradores de Batayporã. *Nova News*. 13 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.novanews.com.br/noticia/cidades/consul-da-republica-tcheca-entrega-titulos-de-cidadania-a-moradores-de-bataypora> Acesso em 27 de maio de 2015.

ŠEMBERA, Pavel. Prales v Brazílii už někde zmizel, naopak Baťovo město pořád zůstává. *Reflex*. 23 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.reflex.cz/clanek/cestovani/64234/prales-v-brazilii-uz-nekde-zmizel-naopak-batovo-mesto-porad-zustava.html>. Acesso em 27 de maio de 2015.

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Diego Sanches Marchi (Diogo) nasceu em Tabapuã (SP) no dia 15 de setembro de 1928. Foi entrevistado por Danilo Leite Moreira no dia 11 de junho de 2010 em sua residência, localizada na Av. Antonia Spinosa Mustafá, 1802, Batayporã (MS). Tempo de duração da entrevista: 8 minutos e 41 segundos. Suporte de gravação: DVD. Total de páginas transcritas da entrevista: 11.

Maria de Lourdes Alves Romero nasceu em Presidente Venceslau (SP) no dia 17 de janeiro de 1938. Foi entrevistada por Danilo Leite Moreira no dia 7 de outubro de 2010 em sua residência, localizada na Rua José Antônio Mourão, 1554, Batayporã (MS). Tempo de duração da entrevista: 13 minutos e 36 segundos. Suporte de gravação: DVD. Total de páginas da entrevista transcrita: 5.

Gonçalo Ribeiro da Costa nasceu em Aguaçu (MT) no dia 24 de março de 1937. Foi entrevistado por Danilo Leite Moreira no dia 15 de outubro de 2010 em sua residência, localizada na Rua Ataliba Ramos, 1389, Batayporã (MS). Tempo de duração da entrevista: 39 minutos e 33 segundos. Suporte de gravação: DVD. Total de páginas da entrevista transcrita: 07.

Eunice Rodrigues Mustafá nasceu em Novo Horizonte (SP) no dia 12 de dezembro de 1934. Foi entrevistada por Danilo Leite Moreira no dia 27 de outubro de 2010 em sua residência, localizada na Av. Antonia Spinosa Mustafá, 1653, Batayporã (MS). Tempo de duração da entrevista: 22 minutos e 51 segundos. Suporte de gravação: DVD. Total de páginas da entrevista transcrita: 4.

Antônio Fernando Andrade Prado nasceu em São Paulo (SP) no dia 28 de fevereiro de 1945. Foi entrevistado por Danilo Leite Moreira no dia 11 de novembro de 2010 no Escritório da Santa Casa, localizado na Rua Elizabeth Rubiano, 1441, Nova Andradina (MS). Tempo de duração da entrevista: 56 minutos e 55 segundos. Suporte de gravação: DVD. Total de páginas da entrevista transcrita: 8.

Antônia Mourão Cheirubim nasceu em Fernão Dias (SP) no dia 24 de março de 1944. Foi entrevistada por Danilo Leite Moreira no dia 12 de novembro de 2010 em sua residência, localizada na Rua Jair Abranches Mella, 1721, Batayporã (MS). Tempo de duração da entrevista: 21 minutos e 59 segundos. Suporte de gravação: DVD. Total de páginas da entrevista transcrita: 4.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Cássio A. A. *Prolegômeno historiográfico ao objeto político*. *Historiæ*. Rio Grande, v. 2, n.2 p. 9-24, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2487/1318>>. Acesso em 08 de maio de 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Discursos e Pronunciamentos A dimensão retórica da historiografia*. In. _____PINSKY, Carla Bassanezi; Luca, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. *Fronteiras – Revista de História da UFGD*, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ARAMBASIC, Dolores Ljiljana Bata & SILVA, Evandro. Amaral Trachta. *Passos Tchecos em Terras Brasileiras*. Batayporã: OCTEB, 2003.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões Entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

BACELLAR, C. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: BASSANEZI PINSKY, C. (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BATISTA, Carlos Luiz; JÚNIOR, Carlos Martins; ZILIANI, José Carlos. *Resgate e construção da memória e da história da colonização do sudeste de Mato Grosso do Sul*. 2005. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra23/colonizacao-ms.htm> Acesso em: 09 de maio de 2015.

BIACHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso: (1880-1940)*. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

BONFIM, Juliana Sanches. *Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo Mato Grosso (1940-1960)*. 2009. 122f. Dissertação (Mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados) Dourados-MS.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 13ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNIEL, Maria Solange. *O Oeste Paranaense e a singularidade de São José das Palmeiras – 1969 -1985 2003*. 202 f. Dissertação (Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense- UFF) Niterói-RJ.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1983*. 2ª ed. rev. e atual. Ed UFMS. Campo Grande-MS, 2006.

DUTRA, Carlos. A.S. *Território Ofaié Pelos Caminhos da História: Reencontro e Trajetória de um povo*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2004. Acesso em 16 de Setembro de 2010.

FAVERO, Edison. *Desmembramento territorial: O processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais*. 2004. 278 f. Tese (Doutorado Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil) São Paulo.

FÉLIX, Eurico. *Causos de Batayporã*. Batayporã: Prefeitura Municipal de Batayporã, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura. São Paulo, 1986.

JESSEE, Erin. *The Limits of Oral History: Ethics and Methodology Amid Highly Politicized Research Settings*. *The Oral History Review*, Oxford University Press, v. 38, n. 2, 2011, p. 287–307.

LE GOFF, J. *História e memória*; Tradução Bernardo Leitão. 4ª ed. Campinas, SP, UNICAMP, 2003.

LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. 2º. Ed. Campinas-SP: Papyrus, 1986b.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. Ed. da UNICAMP. Campinas, 1986a.

LOPEZ, Andre Porto Ancona. “*Documento e História*”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. São Paulo: Papyrus, 1996.

MAGALHÃES, João Carlos. *Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil*. In: _____. *Dinâmica dos municípios*. Rio de Janeiro: IPEA. 2007. Cap. 1. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo1_30.pdf Acesso em

MARTINS, Demóstenes. *História de Mato Grosso*. [S.I.: s.n]. 1975.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve Painel Etno-Histórico de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. ampliada e Revisada, Campo Grande: Ed. UFMS/COMPED/INEP. 2002.

MARTINS, José de Souza. *O tempo da fronteira*. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 8 (1): 24-70, maio de 1996.

MEIHY, José. Carlos Sebe B; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1977.

MONTEIRO, Linderval Augusto Monteiro. *Baixada Fluminense, identidades e transformações: Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense*. 2001. 141f. Dissertação (Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro) Rio de Janeiro-RJ.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História e memória: combates pela história*. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. São Paulo, v.10, n.1, p. 27-42, Jan./jun. 2007.

NETTO, Guido. P. *Nova Andradina: 46 anos de história*. Nova Andradina: Jornal O Independente, [200-].

PASSERINI, Luisa. Memória e utopia em um mundo global. In: _____. *Depois da Utopia: A história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz: Fapesp, 2013.

PINTO, Georges José. *Município, descentralização e democratização do Governo*. Caminhos de Geografia – Revista Online do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU. Uberlândia, v.3, n. 6, p. 1-21, Jun. 2002. Disponível em <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/10538.pdf> Acesso em 10 de Agosto de 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212. 1992.

PORTELLI, ALESSANDRO. *A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais*. *Tempo*, V. 1, n.2, p.59-72, 1996.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. “Caminhos e fronteiras”: *Vias de transporte no extremo Oeste do Brasil*. In: _____. GOULARTI FILHO, Alcides; QUEIROZ, Paulo R. Cimó. (Org.) *Transportes e formação regional: contribuições à História dos transporte no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

_____. *A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares*. In: Anais do I e II encontro de Pós-Doutores do Programa de Pós-Graduação em História da UFF [recurso eletrônico], 2010, Niterói. Anais... Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2010. p.79-93. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/cap_2009_forumPosgra_d_anais_i_ii.pdf . Acesso em: 10 Nov. 2014.

_____. *Uma esquina nos confins do Brasil: O Sul do Mato Grosso colonial e Suas Vias de Comunicação (Projetos e Realidades)*. *Fronteiras- Revista de História da UFGD*, Dourados, v.11, n.19, p.197-227, jan/jun. 2009.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *Notícia dos Ofaié-Chavante*. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, v. V., São Paulo. 1951.

ROSA, Ivandro Carlos. *Processo de emancipação municipal e a urbanização do município de Lajeado-RS*. 2012. 46 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento Centro Universitário UNIVATES) Lajeado-RS.

STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

Waibel, Leo. *As zonas Pioneiras do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 389-421, out./dez. 1995.

ZILIANI, José Carlos. *Colonização: Táticas e Estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960)*. 2010. Tese (Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista-UNESP) Assis-SP.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 20 de agosto de 2015.

Danilo Leite Moreira